

Denise Elias

A PRODUÇÃO DA FÁBULA DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL

novas e velhas faces da dependência

Neste livro, a professora Denise Elias nos oferece uma cosmovisão crítica e profundamente engajada sobre o agronegócio globalizado brasileiro e suas múltiplas implicações – econômicas, políticas, sociais, territoriais e ambientais.

Temos em mãos o resultado de mais de quatro décadas de dedicação à pesquisa científica sobre as dinâmicas socioespaciais do Brasil, com especial atenção à expansão do agronegócio. A autora conduz o leitor por uma análise rigorosa, mas também sensível, que entrelaça experiência, teoria e empiria.

A influência de Milton Santos, referência incontornável na geografia crítica, é assumidamente central na trajetória intelectual e pessoal de Denise Elias. Por isso, este livro é também um convite a mergulhar no universo teórico-conceitual e metodológico de um dos maiores pensadores brasileiros, em diálogo direto com os dilemas do presente.

O subtítulo da obra – novas e velhas faces da dependência – anuncia a perspectiva histórica

que atravessa o texto: a permanência de uma lógica primário-exportadora que mantém o Brasil em posição subalternizada na divisão internacional do trabalho. A autora argumenta, com lucidez e contundência, que o agronegócio, longe de ser a “salvação” econômica da nação, constitui um obstáculo à soberania, ao desenvolvimento sustentável e à consolidação democrática.

Na apresentação dos “nós do agronegócio”, a leitura se torna mais do que uma denúncia: é também gesto de revelação, desatando os fios de um modelo excludente e apontando possibilidades de superação.

Ao interpretar as tramas do avanço do agronegócio no Brasil, Denise Elias nos oferece uma chave para compreendermos o país e os desafios profundos de sua jovem e frágil democracia.

Hidelbrando dos Santos Soares

Geógrafo, professor e Reitor
da Universidade Estadual
do Ceará (UECE)

Denise Elias

A PRODUÇÃO DA FÁBULA
DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL:
novas e velhas faces da dependência

LETRAPITAL

CONSELHO EDITORIAL

SÉRIE LETRA CAPITAL ACADÊMICA

Ana Elizabeth Lole dos Santos (PUC-Rio)
Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)
Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)
Claudio Cezar Henriques (UERJ)
Ezilda Maciel da Silva (UNIFESSPA)
João Luiz Pereira Domingues (UFF)
João Medeiros Filho (UCL)
Leonardo Agostini Fernandes (PUC-Rio)
Leonardo Santana da Silva (UFRJ)
Lina Boff (PUC-Rio)
Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)
Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)
Michela Rosa di Candia (UFRJ)
Olavo Luppi Silva (UFABC)
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)
Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)
Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)
Robert Segal (UFRJ)
Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)
Sandro Ornellas (UFBA)
Sergio Azevedo (UENF)
Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)
Waldecir Gonzaga (PUC-Rio)

Copyright © Denise Elias, 2025

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.

EDITOR João Baptista Pinto

CAPA Tiago Soares

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO Luiz Guimarães

REVISÃO Cristiane Patricia Zaniratto Vale

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

E41p

Elias, Denise

A produção da fábula do agronegócio no Brasil [recurso eletrônico] : novas e velhas faces da dependência / Denise Elias. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2025.

Recurso digital ; 3 MB

Formato: epdf

Requisitos do sistema: adobe acrobat reader

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5252-177-4 (recurso eletrônico)

1. Agronegócio - Brasil. 2. Geografia humana - Brasil. 3. Urbanização - Brasil.
4. Livros eletrônicos. I. Título.

25-98983.0

CDD: 307.116

CDU: 711.4(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels.: (21) 3553-2236/2215-3781
www.letracapital.com.br

Sumário

Prefácio - O “fabuloso” Brasil do agro: território-negócio para poucos	8
<i>Rogério Haesbaert</i>	
Introdução	15
Organização do livro.....	19
PARTE I.....	23
1. Pressupostos, agentes e processos socioespaciais	25
1.1. Agronegócio: pressupostos e agentes hegemônicos.....	25
1.2. Processos socioespaciais inerentes à difusão do agronegócio.....	31
2. A psicosfera do agronegócio	37
2.1. A produção do agronegócio como fábula	37
2.2. Alguns dos mais difundidos mitos do agronegócio	41
O mito de que o agronegócio acabaria com a fome no Brasil	42
O mito de que o agronegócio é ambientalmente sustentável	44
O mito de que os agrotóxicos não fazem mal à saúde das pessoas e ao meio ambiente	45
3. Formas-conteúdo do agronegócio	48
Questão fundiária como problema estrutural	48
A violência como princípio de apropriação dos bens naturais.....	50
A brutalidade das mudanças alimentares e dos preços dos alimentos	53
4. Nós do agronegócio	55
Nó da relação orgânica entre o Estado e os agentes do agronegócio.....	56
O nó da corrupção normativa	63
O nó da concentração econômica.....	66
O nó da criminalização dos movimentos sociais	68

PARTE II	71
5. Economia política da urbanização e das cidades do agronegócio.....	73
5.1. Urbanização corporativa fragmentada	78
5.1.1. Agronegócio e seletividade espacial: regiões produtivas do agronegócio	79
5.1.2 Cidades do agronegócio: o mito do direito à cidade	83
5.2. Desintegração competitiva do Semiárido: o agronegócio de frutas.....	92
Os agentes hegemônicos do agronegócio de frutas	99
Impactos socioambientais	105
5.3. Tramas da urbanização do Matopiba	109
6. Pensando a operacionalização de pesquisas sobre regiões e cidades do agronegócio	118
Eixos da pesquisa.....	119
a) Reestruturação produtiva da agropecuária	120
b) Consumo produtivo do agronegócio	123
c) Composição do setor industrial	125
d) Dinâmica populacional	127
e) Dinâmica do mercado de trabalho	128
f) (Re)estruturação da cidade	130
g) Desigualdades socioespaciais na escala interurbana	132
7. Consumo produtivo nas cidades do agronegócio	137
7.1. Revisitando o conceito de consumo produtivo	137
7.2. Economia urbana e consumo produtivo do agronegócio....	140
a) Comercialização de sementes, fertilizantes, defensivos e máquinas	141
b) Tradings agrícolas	143
c) Feiras agropecuárias.....	144
d) Sistema financeiro	146
e) Ensino técnico, tecnológico e superior	147
f) Pesquisa agropecuária.....	148
Considerações finais	151
Bibliografia.....	155

Prefácio

O “fabuloso” Brasil do agro: território-negócio para poucos

Rogério Haesbaert¹

O Brasil, com seu gigantismo de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, sem obstáculos físicos que impeçam o uso agrícola na maior parte do seu território, transformou-se em um dos espaços mais importantes para suprir a demanda global por *commodities* ligadas aos setores alimentar e energético. Mas a que custo? Em nome de assegurar alimento ou energia (de que tipo, para quem e com que qualidade?) impõe-se a monocultura, no sentido mais amplo de “mono-cultura”, promovendo um “modelo de desenvolvimento” – claramente uma política de Estado e enaltecido pela grande mídia – que concentra a propriedade da terra, devasta a biodiversidade, destrói solos e difunde formas muito próprias e violentas de desigualdade socioespacial.

Denise Elias, uma importante pesquisadora no campo do agronegócio, enfrenta, aqui, com rigor, o dilema de investigar essa questão envolvendo o agronegócio em suas múltiplas dimensões. A relevância deste livro e de sua problemática básica está relacionada, em primeiro lugar, à própria extensão geográfica do fenômeno: enquanto, fisicamente, incorpora cerca de um terço da superfície deste país continental, sua imagem se projeta de tal forma que o Brasil é hoje conhecido no mundo inteiro como um – se não o – “país do agro”, o maior produtor e/ou exportador de artigos como soja, cana-de-açúcar, café, laranja, carne bovina e de frango. Os dados oficiais, ainda que muito questionáveis, são eloquentes: um quarto do PIB e quase metade das exportações se devem ao agronegócio.

¹ Geógrafo, professor titular no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro.

A autora, assim, teve um imenso universo a explorar, considerando que o chamado agronegócio inclui não apenas a produção agropecuária, mas também a agroindústria, o grande segmento de insumos e os chamados agrosserviços, com destaque para os intrincados setores financeiro e imobiliário. Como investigadora, sua opção por privilegiar a espacialidade do processo revela uma faceta nem sempre considerada em sua devida importância: como esses múltiplos processos se materializam espacialmente e que lógicas essa geograficidade impõe à sua reprodução e transformação.

Por isso, o empenho de Denise Elias consistiu em tratar, com seu acurado olhar de geógrafa, o “ainda pouco trabalhado papel que o agronegócio desempenha na expansão da urbanização e da (re)estruturação urbano-regional no país”. Desse modo, esta obra também revela o quanto o espaço importa e o quanto ele se manifesta em termos de táticas e estratégias geoeconômicas e geopolíticas, não apenas aquelas construídas e/ou impostas pelos grupos hegemônicos, mas também as das classes subalternizadas, em suas lutas de resistência frente a essa avalanche de mudanças.

Este trabalho representa a culminância de uma vasta e densa trajetória de pesquisa que, simplificando, começa com a tese de doutorado de Denise, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP), em 1996, sob orientação do geógrafo Milton Santos. A tese, depois transformada em livro (Elias, 2003 – com reedição em 2018), versou sobre o “Meio Técnico-científico-informacional e Urbanização na Região de Ribeirão Preto”.

Gradativamente, para além do espaço estritamente agrário, a autora foi ampliando seu universo de pesquisa através de articulações, como aquelas com a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), a Rede de Pesquisas sobre Regiões Agrícolas (Reagri) e a Rede Observatório das Metrópoles (OM). Atenta ao vínculo indissociável entre o “rural” (conceito cada vez mais controverso) e a esfera do urbano-industrial, seu trabalho se estende, hoje, para o âmbito das metrópoles, como fica

evidente na recente publicação de “Estudos sobre Agronegócio e Urbanização”, com foco na região metropolitana de Fortaleza. De modo amplo, podemos questionar se haveria algum canto do Brasil, hoje, que não seria afetado, direta ou indiretamente, pelo imenso “campo” do agronegócio.

Já no conceito central de sua tese de doutorado, Denise revela a profunda influência da Geografia de Milton Santos nas bases teórico-conceituais de suas investigações. A autora trabalhou durante vários anos no grupo de pesquisa de Milton e colaborou com algumas de suas obras muito conhecidas, como “Metamorfoses do espaço habitado”. No livro aqui apresentado, ela manifesta explicitamente esse vínculo, tendo no grande geógrafo seu “mestre e fonte de inspiração”. Assim, todo um arsenal de noções e conceitos é devidamente acionado, como forma-conteúdo, formação socioespacial, psicosfera, urbanização corporativa fragmentada, fluidez do território, verticalidades/horizontalidades, região produtiva e rugosidades. Em suas próprias palavras: “As pesquisas que realizei tiveram no arcabouço teórico-conceitual e metodológico propostos por Milton Santos um pilar central”, garantindo a coerência metodológica nessa linha de investigação.

Os vastos espaços do agronegócio constroem – para utilizar uma expressão conhecida da autora – regiões produtivas do agronegócio, onde todo um conjunto complexo de relações se desenha, capitaneado pelas cidades do agro. Muitas dessas cidades emergem com uma velocidade impressionante, como é o caso de Luiz Eduardo Magalhães, no oeste baiano, cujo crescimento foi possível analisar pessoalmente por ocasião de minha tese de doutorado, ainda nos anos 1990.

Apenas para enfatizar esse exemplo abordado pela autora, conhecemos a região em uma viagem ainda durante a graduação, em 1978, e ali, em meio à planura dos Cerrados, existia apenas um posto de gasolina. Ao retornarmos para nossa pesquisa, mais de uma década depois, já se via um vilarejo com ruas largas e esparsas moradias, Mimoso do Oeste, com cerca de 10 mil habitantes, cercado de imensas lavouras de soja. Em uma

espécie de barganha simbólica com o governo baiano, que resistia em aprovar a emancipação de uma área de migrantes sulistas, o município, criado apenas no ano 2000, passou a se chamar Luiz Eduardo Magalhães, em homenagem ao ex-deputado, filho de um dos mais famosos oligarcas baianos. Em poucas décadas, sua população mais que decuplicou, seguindo uma urbanização típica, hoje com condomínios fechados de alto padrão e amplas artérias de intensa atividade comercial de apoio à grande produção, ao lado de bairros periféricos muito pobres e carentes de infraestrutura.

É por este “fabuloso” país, construído nesse intrincado conjunto de contradições, que Denise Elias começa sua análise. A autora recorre a uma outra ideia do nosso maior geógrafo – a de “globalização como fábula” – para, a partir daí, encarar as profundas contradições do agronegócio. O “‘fabuloso’ país do agro”, aqui aludido, faz referência, portanto, a essa dupla condição: ao mesmo tempo cantado mundo afora como “fabuloso”, no sentido de sua riqueza e expansão, o agronegócio está profundamente envolvido em fábulas ou mitos. São ressaltados pela autora os mitos do fim da fome, da sustentabilidade ambiental e o de que os agrotóxicos não causam danos, nem ecológicos nem à nossa saúde.

Uma das partes mais interessantes do livro, o Capítulo 4, focaliza o que Denise denomina “nós do agronegócio”. Entre os “nós” a serem desatados, um dos mais interessantes e que gostaria de destacar aqui é aquele que a autora, inspirada em um artigo de Guilherme Howes, denomina “corrupção normativa” (ou normatizada). Por meio de uma estratégia típica de estados de exceção, que prolifera nas atuais sociedades de (in)segurança (inclusive financeira, na qual os paraísos fiscais são o exemplo clássico), as classes hegemônicas buscam legalizar o ilegal. “Inerente à financeirização da agricultura”, essa corrupção normatizada, diz a autora:

[...] é um nó que precisa ser desatado, por induzir fortemente a grilagem, a concentração fundiária, a elevação do preço das terras, a estrangeirização das terras e a redução da pro-

dução de alimentos da cesta básica, entre outros processos impeditivos para a reconstrução e transformação da sociedade e do território brasileiros.”

Mais adiante, o livro se detém no estudo específico da “urbanização corporativa fragmentada” (Capítulo 5) das regiões do agronegócio e traz ricos exemplos concretos, como o da fruticultura do Semiárido e o da soja dos Cerrados (na “região produtiva” do Matopiba, entre Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, uma das mais dinâmicas – e de maior destruição ambiental – do país). Mais para o final, no Capítulo 6, em “Pensando a operacionalização de pesquisas sobre regiões e cidades do agronegócio”, a autora nos brinda com referências para a própria metodologia de pesquisa na temática, com um rol de eixos de análise a partir dos quais os estudos “sobre regiões produtivas e cidades do agronegócio” devem ser articulados, a saber: a reestruturação produtiva da agropecuária, o consumo produtivo do agronegócio, a composição do setor industrial, a dinâmica populacional, a dinâmica do mercado de trabalho, a reestruturação da cidade e as desigualdades socioespaciais na escala intraurbana. O último capítulo destaca um desses eixos: o consumo produtivo na economia urbana do agronegócio.

Essa busca de um ordenamento espacial capitaneado pelas grandes corporações agroindustriais e de serviços ligados ao agro, em conluio com as instituições estatais, revela um “modelo” que pode ser considerado eminentemente moderno-colonial na medida em que, em nome da modernização capitalista, promove uma neocolonização da vida tanto no nível da tecno quanto da psicosfera, para utilizar termos miltonianos tão caros à autora. Basta observar o ninho gestor e/ou difusor de ideologias de extrema-direita em que se converteram regiões do agronegócio, como bem evidencia a sobreposição dos mapas da presença da soja e do voto em Bolsonaro nas eleições de 2018, reproduzidos neste livro.

Parte dessa manifestação se deve à relação com grupos migrantes do sul do país, descendentes de imigrantes alemães

e italianos que, junto com a expansão da modernização capitalista, reproduzem, lembrando Max Weber, uma espécie de “ética protestante” (ou, mais amplamente, cristã) empreendedorista da ascensão pelo trabalho e pela apropriação privada da terra. Mas, apesar desse conservadorismo patrimonialista, revelador de um traço estrutural do conjunto da sociedade brasileira, resistências não só são possíveis como precisam ser reconhecidas e estimuladas.

Em visita recente a um assentamento do Movimento dos Trabalhadores sem Terra no oeste baiano, resistindo em meio a um oceano de grandes lavouras, percebemos a gravidade das contradições e dos conflitos em espaços que somente a muito custo admitem a convivência com outras formas de vida que questionem a cultura única da moderna agricultura capitalista. Coletoras de sementes, em luta pela preservação de espécies do Cerrado, um dos biomas mais devastados do país, são um exemplo claro de que, apesar de tudo, ainda é possível acreditar em outras geografias, muito mais plurais, nas quais a vida seja respeitada e incentivada em sua diversidade de manifestações, nem tudo seja valor contábil e o alimento seja cultivado aliado com cuidados tanto para com humanos quanto para não ou mais do que humanos. Como afirma a autora:

[...] Acredito nas resistências dos homens simples do Brasil profundo, na fortaleza dos movimentos sociais para a construção de novas solidariedades orgânicas em contraposição à das corporações. Dessa forma, a agenda de reconstrução do país precisa considerar que as saídas estão nas resistências, na atuação junto aos movimentos sociais, na formação de uma frente popular, na reforma agrária popular, na construção de uma sociedade de direitos e não de privilégios como a que vivemos, como já nos alertava Milton Santos, ainda na década de 1980, em seu livro “O espaço do cidadão”.

Que as análises e denúncias de livros fundamentais como este de Denise Elias sirvam de farol para estudantes, professo-

res, ativistas e políticos, que efetivamente lutam por um país, um continente e um mundo descolonizado de ideias e práticas moldadas pelo padrão extrativista de chãos e mentes que impõe uma visão de mundo capitalista, alienada das condições de vida da grande maioria da população, vista ainda apenas como força de trabalho ou aglomerado de indivíduos consumidores. Sem dúvida, “A produção da fábula do agronegócio no Brasil” não apenas revela “novas e velhas faces da [nossa secular] dependência”, mas também conclama a nos organizarmos e lutarmos para alcançar uma saída digna neste enorme território-negócio que é privilégio de poucos.

Introdução

Este livro tem como tema central o agronegócio no Brasil. Alguns objetivos estão no âmago de sua elaboração; contribuir para a desconstrução dos muitos mitos criados sobre o agronegócio é um deles, uma vez que julgo que tais mitos precisam ser desfeitos para que possamos trilhar caminhos rumo a uma sociedade mais igualitária. Evidenciar a magnitude de sua difusão por todo o território nacional e sua relação com o incremento da urbanização e da reestruturação urbano-regional no Brasil nas últimas cinco décadas é outro objetivo principal.

As discussões apresentadas alicerçam-se em algumas teses interligadas e complementares que defendo. Duas delas são centrais e estruturam o desenvolvimento do pensamento contido neste livro. A primeira refere-se ao fato de que o agronegócio globalizado é um dos principais vetores de reorganização do território brasileiro, especialmente desde os anos 1970, sendo responsável pela reestruturação não apenas do espaço agrícola, mas também dos espaços urbano e regional em diferentes partes do país, incrementando a urbanização e a (re) estruturação urbano-regional. A segunda tese é a de que a difusão do agronegócio no país ocorre de forma espacialmente seletiva, economicamente concentradora, socialmente excludente e ambiental e culturalmente devastadora, promovendo cada vez mais a concentração de riquezas e o crescimento da pobreza estrutural, além de acirrar as desigualdades socioespaciais por todo o território nacional, no campo e nas cidades.

O agronegócio fundamenta-se fortemente em formas tradicionais de apropriação privada da natureza. Seus modos de espoliação evidenciam a inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho, mostrando algumas das novas faces da dependência do país. Portanto, a difusão do agronegócio no território brasileiro agrava traços estruturais da sociedade e constitui um entrave para ações contra-hegemônicas, apre-

sentando-se como um obstáculo para o avanço no processo de construção da emancipação social e da democracia.

Para a elaborar este livro, considerei as linhas de pesquisa com as quais trabalho e a atual situação de aprofundamento da crise estrutural do capitalismo e de grande retrocesso político no Brasil e no mundo. Dessa forma, discorro sobre a difusão do agronegócio globalizado, a consequente fragmentação do território e sobre o aumento da pobreza estrutural e das desigualdades socioespaciais, além de refletir sobre possíveis caminhos para a ação emancipatória. Também discuto algumas possibilidades de investigação dos territórios do agronegócio. Entendo que é possível lançar luz sobre algumas disputas e processos contemporâneos promovidos pelo uso dos territórios, bem como sobre a gravidade das crises que estamos vivendo.

O livro baseia-se em pesquisas individuais e coletivas, que tenho realizado nos últimos 40 anos. As ideias e reflexões apresentadas sintetizam alguns temas e processos com os quais tenho trabalhado e expõem minha interpretação das transformações da agropecuária e do espaço agrário, bem como do espaço urbano e regional do Brasil. Esta obra visa contribuir com o debate sobre as novas tendências da urbanização brasileira, além de levantar questões para o reconhecimento dos processos de (re)produção dos espaços agrícolas e urbanos não metropolitanos, recentemente incorporados aos *circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação* (Santos, 1986, 1993, 1996) da agropecuária globalizada.

As pesquisas visaram reconhecer alguns processos, como a reestruturação produtiva da agropecuária; as especializações territoriais produtivas inerentes ao agronegócio; a dinâmica das novas relações campo-cidade nas áreas de difusão do agronegócio; a dinâmica de (re)produção dos espaços urbanos não metropolitanos inseridos em áreas de difusão do agronegócio; as relações entre a economia urbana e as novas funções exercidas pelas cidades, como lócus da gestão do agronegócio em regiões de expansão do setor; a urbanização corporativa fragmentada; e o aumento da pobreza e das desigualdades socioespaciais nas

regiões produtivas e cidades do agronegócio. Os resultados individuais de tais trabalhos não serão meramente expostos, mas serão realizadas reflexões de síntese à luz desses estudos prévios, alguns dos quais já registrados através de *papers* de eventos científicos, artigos em periódicos científicos, capítulos de livros e artigos de opinião em mídias digitais alternativas.

Como recorte temporal, adotei o período de 1970 até o presente momento, pois compreendo que, somente assim, é possível identificar algumas das principais transformações estruturais da agropecuária brasileira e entender como chegamos à situação atual. Durante esse período, ocorreram quebras de paradigmas significativos das explicações referentes à sociedade e ao território brasileiro, sem os quais qualquer interpretação ficaria incompleta.

Como aprendi com Milton Santos (1996), meu mestre e fonte de inspiração, tais transformações foram analisadas como fruto da dialética entre uma ordem global e uma ordem local, buscando, na totalidade, a força do método e trilhando o caminho analítico para uma Geografia crítica. Como ele insistia, para ser útil, a Geografia crítica precisa ser analítica e não apenas discursiva, sendo necessários esforços de análise e síntese para integrar o teórico e o empírico, tarefa das mais difíceis e marca importante de sua obra.

De maneira geral, a metodologia das pesquisas que embasaram este livro foi estruturada nos fundamentos da pesquisa qualitativa para a construção de uma análise crítica. Entre os procedimentos dos estudos realizados, adotei metodologias clássicas de investigação científica nas áreas das Ciências Humanas e Sociais aplicadas, como a pesquisa bibliográfica e documental;² a organização de uma hemeroteca por temas e

² Além de trabalhos acadêmicos, como livros, teses, dissertações e artigos científicos, consultamos jornais, revistas especializadas e matérias obtidas através das chamadas novas mídias, ou seja, mídias digitais que podem ser acessadas diretamente via internet, entre as quais destaco: *De Olho nos Ruralistas: Observatório do Agronegócio no Brasil*; *Brasil de Fato*; *Outras Mídias*; *Carta Capital*; *Repórter Brasil*; *Diário do Centro do Mundo*; *Outras Palavras*; *Nexo Jornal*; *Le Monde Diplomatique Brasil*; *Mídia Ninja*; *A terra é redonda*; *GGN – o jornal de todos os Brasis*, entre outras. Os rankings das grandes empresas publicados por revistas

processos de interesse; o levantamento de dados estatísticos e a construção de séries históricas de variáveis de interesse; e a realização de trabalhos de campo em diferentes áreas de difusão do agronegócio, nas cinco grandes regiões do país, em anos distintos.

Os trabalhos de campo foram realizados em diversos momentos e tornaram-se imprescindíveis para as interpretações aqui elencadas. Compreendo que o contato direto com as áreas visitadas permitiu o aperfeiçoamento dos instrumentos de análise, contribuindo para uma construção teórica mais consistente e, conseqüentemente, para realizar uma síntese mais precisa dos resultados obtidos via pesquisa bibliográfica e documental (Santos, 1988).³

Além de tomar contato com os territórios estudados, considerando seus componentes históricos e, principalmente, os fixos e fluxos atuais, resultantes das transformações das últimas décadas, os trabalhos de campo permitiram a interação com os principais agentes econômicos e públicos, sujeitos sociais, especialmente através da realização de entrevistas semiestruturadas. Também foram importantes as conversas informais, colóquios, *workshops*, seminários com colegas de instituições de ensino superior, não somente da Geografia, mas também da Sociologia Rural, Economia, Arquitetura e Urbanismo, Desenvolvimento e Meio Ambiente, entre outras áreas.

As pesquisas que realizei tiveram como pilar central o arcabouço teórico-conceitual e metodológico proposto por Milton Santos. Assim, o conteúdo deste livro perpassa, direta e indiretamente, várias de suas ideias, noções, conceitos e categorias contidos em suas obras, mostrando que suas reflexões sobre a natureza do espaço geográfico continuam atuais e contribuem

e jornais de circulação nacional também foram de grande valia, como *Exame Melhores e Maiores: as 1000 Maiores Empresas do Brasil*; *Valor 1000 Maiores Empresas*; *Globo Rural: Anuário do Agronegócio*; *Dinheiro Rural*; *Forbes: a Força do Agro*, entre outros.

³ Agradeço, em especial, ao CNPq, mas também à Capes e à Funcap pelo financiamento das pesquisas, em diferentes momentos, que embasaram a redação do presente livro e permitiram a realização de trabalhos de campo em diferentes partes do país.

significativamente para as leituras de análise e de síntese do Brasil e do mundo contemporâneo.

Às vésperas do centenário de seu nascimento (1926) e exatamente há quatro décadas após o ano em que o conheci pessoalmente como meu professor, dedico este livro ao geógrafo brasileiro Milton Santos. Mesmo após 24 anos sem sua presença física, ele se mantém vivo através de sua vasta obra, uma verdadeira teoria geográfica, que continua sendo decifrada em suas diversas dimensões, fases e faces, e que ainda necessita de muita análise e reflexão, dada a sua complexidade. Assim, ainda temos um extenso campo de ação a partir de sua obra.

Sinto-me privilegiada por ter convivido com o professor Milton Santos durante vários anos, inicialmente como aluna da graduação, ao cursar sua primeira disciplina ministrada como docente do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP); em seguida, como sua assistente de pesquisa e, posteriormente, como orientanda de pós-graduação. Nessas ocasiões, me foi possível aprender não só sobre a Geografia, mas também sobre a vida. Essa convivência me marcou definitivamente, constituindo um importante divisor de águas na periodização de minha própria existência.

Organização do livro

Além da presente introdução e das considerações finais, este livro está dividido em duas partes, totalizando sete capítulos, que apresentam os elementos de argumentação para as teses supracitadas, bem como uma proposta de operacionalização para pesquisas em regiões produtivas e cidades do agronegócio.

A primeira parte, notadamente os capítulos 2, 3 e 4, reúne reflexões feitas especialmente entre o período de 2016 e 2022, à luz dos retrocessos políticos no país, particularmente desde o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff (2016), e da pandemia de Covid-19, que escancararam as portas já praticamente sem trancas ao capital – produtivo e improdutivo –, expandindo as

transformações neoliberais na agropecuária, incluindo a financeirização e, conseqüentemente, o fortalecimento do poder por parte dos agentes hegemônicos do agronegócio.

Essa parte é composta por quatro capítulos. O primeiro sintetiza o que entendo como alguns pressupostos do agronegócio globalizado. Especialmente considerando seu caráter polissêmico, pareceu-me relevante destacar os pilares que o sustentam.

O segundo capítulo discute a produção do agronegócio brasileiro como fábula, com objetivo de evidenciar como são produzidos os mitos do agronegócio, destacando alguns dos mais recorrentes. Para tanto, na primeira seção, discorro sobre a produção da psicosfera do agronegócio, enquanto a segunda seção versa sobre alguns dos mitos do agronegócio, em especial os de que *ele eliminaria a fome no Brasil; de é ambientalmente sustentável e de que os agrotóxicos não fazem mal à saúde humana nem ao meio ambiente.*

No terceiro capítulo, apresento reflexões sobre o que considero algumas das formas-conteúdo do agronegócio no Brasil, com ênfase nos seguintes aspectos: *a questão fundiária como um problema estrutural do país, a violência como princípio de apropriação das terras e dos bens naturais, e a brutalidade das mudanças alimentares e dos preços dos alimentos.*

No quarto capítulo, que encerra a primeira parte do livro, apresento uma metáfora com a qual venho trabalhando, associada à ideia de que há uma gama de “nós” criados pela economia e pela sociedade do agronegócio, que funcionam como seus esteios e que desatá-los seria um passo fundamental para uma ação emancipatória no país. São discutidos, em especial, os seguintes nós: *a relação orgânica entre o Estado e os agentes do agronegócio; a corrupção normativa; a concentração econômica e a criminalização dos movimentos sociais.*

Essa primeira parte do livro visa comprovar a tese apresentada no início desta introdução, de que a difusão do agronegócio no país ocorre de forma economicamente concentradora, socialmente excludente e ambiental e culturalmente devastadora, promovendo cada vez mais concentração de riquezas, agravamento da pobreza estrutural e acirramento das desigualdades

socioespaciais em todo o território nacional, tanto no campo quanto nas cidades. Sua escrita se deu em formato ensaístico, como fruto de reflexões pessoais não apenas sobre o agronegócio, mas também sobre o próprio país, então imerso em uma conjuntura sem precedentes.

Na segunda parte do livro, apresento reflexões em forma de síntese, à luz de resultados de pesquisas realizadas, especialmente ao longo das últimas décadas. Discorro sobre a tese de que é possível identificar cidades, municípios e regiões no Brasil, cujo incremento da urbanização, assim como a constituição de novas regionalizações, se devem diretamente à consecução e à expansão do agronegócio globalizado. Entendo que, em face de seu caráter espacialmente seletivo e socialmente excludente, a difusão do agronegócio promove a fragmentação do território, o incremento da urbanização e de novas especializações territoriais produtivas, culminando na formação do que venho chamando de regiões produtivas do agronegócio (RPAs) e cidades do agronegócio. Essa segunda parte é composta por três capítulos.

O quinto capítulo, que inicia a segunda parte do livro, intitula-se *Economia política da urbanização e das cidades do agronegócio*. Em sua primeira seção, discuto a urbanização corporativa fragmentada, focando na seletividade espacial e na formação das regiões produtivas do agronegócio, assim como das cidades do agronegócio, entendidas como o grande mito do direito à cidade para todos. A segunda e a terceira seções do capítulo tratam, respectivamente, de duas regiões produtivas do agronegócio. A primeira região, no Semiárido, hoje é considerada a principal produtora de melão do país, voltada especialmente à exportação e formada por municípios do Ceará e do Rio Grande do Norte. A segunda, conhecida como Matopiba, é uma região formada por partes do oeste da Bahia, sul do Maranhão, sul do Piauí e do estado do Tocantins, sendo grande produtora de grãos, especialmente soja, milho e algodão.

No sexto capítulo apresento uma possibilidade de operacionalização de pesquisas sobre os territórios do agronegócio

– regiões produtivas e cidades do agronegócio. Já no sétimo e último capítulo, operacionalizo efetivamente um dos eixos apresentados no capítulo anterior, mais precisamente o do consumo produtivo do agronegócio.

Para finalizar esta introdução, é importante fazer alguns agradecimentos. Começo agradecendo pelos vários e distintos momentos de interlocução com colegas da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), da Rede de Pesquisas sobre Regiões Agrícolas (REAGRI) e da Rede Observatório das Metrôpoles (OM).

Gostaria também de agradecer pela leitura do boneco do livro e pelos comentários entusiasmados de meu orientando Felipe Rodrigues Leitão, com quem venho compartilhando um novo *front* de pesquisas sobre o agronegócio, considerando um recorte espacial que só mais recentemente passei a adotar para análise: o da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).⁴

Termino agradecendo de forma muito especial ao arquiteto e urbanista Renato Pequeno, professor do Instituto de Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará (UFC), não só pela leitura cuidadosa e comentários do boneco do livro, mas, especialmente, pelo companheirismo dos últimos 25 anos. Nesse período, temos compartilhado não só descobertas, alegrias e amor pela ciência e pesquisa científica, mas também dúvidas, dificuldades, ansiedades e, principalmente, a convicção de que um outro futuro é possível, mesmo que, por vezes, ele pareça tão distante. Então, ontem, hoje e sempre, compartilhamos as saudades do futuro!!!!

E que a leitura possa ser ilustrativa e encorajadora!!!!

⁴ Sobre o tema, pode ser visto Elias, Pequeno, Leitão (2024).

PARTE I

Pressupostos, agentes e processos socioespaciais

O primeiro capítulo, composto por duas seções, apresenta uma síntese do que compreendo como alguns dos pilares do agronegócio globalizado no Brasil. Considerando seu caráter polissêmico, pareceu-me relevante salientar em quais bases se ancora. É composto por duas seções.

Na primeira seção, voltamos à década de 1960, em plena Ditadura Militar, quando transformações significativas foram engendradas na agropecuária, visando adequá-la mais positivamente aos novos paradigmas do capitalismo agrário. A segunda seção, por sua vez, aborda processos socioespaciais inerentes à difusão do agronegócio, com ênfase naqueles que mais diretamente impactam as relações sociais de produção na agropecuária, o meio ambiente e a urbanização da sociedade e do território.

1.1. Agronegócio: pressupostos e agentes hegemônicos

A palavra “agronegócio” passou a ter uso corrente no Brasil, especialmente desde o início do século XXI, até mesmo pelos veículos da chamada grande mídia e pela população em geral.⁵ Dado seu caráter polissêmico, carregado de ideologias e mitos, é importante recordar, ainda que muito brevemente, os pilares sobre os quais se ancora. Para isso, retrocederemos a meados

⁵ O termo “agronegócio” é uma tradução do inglês “*agribusiness*” e engendra a concepção nascida nos Estados Unidos, mais precisamente na Universidade de Harvard, em meados do século XX, trabalhada pelos professores John H. Davis e Ray A. Goldberg, com o objetivo de criar as bases conceituais e ideológicas para um novo momento de desenvolvimento do capitalismo agrário. Segundo Fernandes (2004), o conceito associa-se muito claramente ao paradigma do capitalismo agrário, que entende que os problemas da questão agrária brasileira podem ser resolvidos pelo desenvolvimento do capitalismo.

da década de 1960, quando alguns de seus sustentáculos começaram a ser edificados no Brasil, em plena Ditadura Militar, e quando se iniciaram algumas importantes transformações da agropecuária. Desde então e cada vez mais, tal atividade está ancorada no mesmo tripé destrutivo que sustenta o capitalismo no período histórico atual: uma permanente reestruturação produtiva, no caso da agropecuária, o neoliberalismo, sob o comando do capital financeiro.

Parafraseando Santos (1996), é possível afirmar que vivemos, desde então, uma verdadeira revolução tecnoagrícola, que não só transformou radicalmente as forças produtivas do setor e as possibilidades de uso e ocupação do espaço agrícola, como também impactou diretamente as relações sociais de produção. Esse conjunto de transformações visou responder mais positivamente à racionalidade do capitalismo em sua fase atual, viabilizando o aumento da produção e da produtividade, gerando muitas novas possibilidades para a acumulação ampliada do capital e para a realização da mais-valia mundializada na agropecuária (Elias, 2003a).

Isso indica, entre outros fatores, que sua reestruturação produtiva impôs que a agropecuária passasse a ser calcada na utilização intensiva de ciência, tecnologia e informação como forças produtivas, adotando pacotes tecnológicos (químicos, mecânicos, biotecnológicos, informacionais, serviços modernos etc.) e a difusão de um padrão estandardizado de produção.

Engendrou-se, desde então, um modelo econômico, social, político e territorial de produção agropecuária, que se conveniou chamar de agronegócio, o qual articula as condições internas do país aos imperativos da ordem global hegemônica. Como a própria palavra explicita – “agro” + “negócio” –, seu principal objetivo é a obtenção de lucro e de renda da terra.

Todo esse processo é regulado por relações de produção, distribuição e consumo globalizados, orientadas menos para a geração de alimentos para a população do país e mais para a produção de mercadorias, notadamente *commodities* agrícolas (soja, açúcar, algodão, milho, carnes processadas etc.), agrocom-

bustíveis e alimentos industrializados, cada vez mais ultraprocessados, em grande parte voltados à exportação, com crescente destaque para a China nas duas últimas décadas. Atualmente, essa lógica produtiva ocupa parte significativa das terras agricultáveis do país. É evidente, portanto, que o agronegócio se alicerça fortemente na apropriação privada de bens naturais, especialmente da terra e da água, e na transformação desses elementos em mercadorias ou em ativos financeiros.

Por outro lado, é possível afirmar que o agronegócio se configura como uma produção em rede, que interliga a agropecuária à indústria, aos serviços e produtos modernos. Trata-se de um conjunto de atividades e agentes que operam em simbiose, incluindo a produção de insumos à agropecuária (indústrias química, mecânica, farmacêutica, de sementes, entre outras); os serviços financeiros (bancos, bolsa de valores, fundos de investimento etc.); a pesquisa agropecuária (Embrapa, empresas de pesquisa estaduais etc.); a assistência técnica de várias naturezas; a transformação da produção agropecuária (agroindústria alimentar e não alimentar); o armazenamento (silos e armazéns); o transporte de cargas (rodoviário, marítimo, fluvial); a publicidade e o *marketing* voltados à construção de uma ideologia favorável ao agronegócio; as *agtechs* – *startups* especializadas no setor, que oferecem soluções digitais, ferramentas de automação, inteligência artificial etc. e que, em 2021, já somavam cerca de 1.500 empresas no país; e a distribuição de mercadorias alimentares no varejo (supermercados, atacarejos, entre outros). Compreender o agronegócio exige, portanto, uma análise que considere essa totalidade, o que evidencia a necessidade de estudos intersetoriais e multiescalares.

Segundo Oliveira (2010, 2016), sob o capitalismo monopolista mundializado, a agropecuária estrutura-se, entre outros aspectos, a partir da formação das empresas monopolistas que controlam a produção agropecuária mundial e se articulam através de dois processos territoriais: a territorialização dos monopólios e a monopolização do território. Tais processos são explícitos no Brasil e se fortaleceram ainda mais desde o final do

século XX, com as grandes empresas e corporações nacionais e transnacionais assumindo maior destaque como agentes hegemônicos do agronegócio.

Essas empresas vão desde corporações agrícolas e agroindustriais até de capital financeiro, que hoje comandam a agropecuária e a produção do espaço agrícola, como de produção de frutas *in natura* (Del Monte, Agrícola Famosa etc.); alimentos ultraprocessados (Cargill, Nestlé, Unilever, Bunge, Danone, M. Dias Branco etc.); carnes processadas (BRF, JBS, Aurora, Copacol, Globoaves); agroquímicas (Bayer, Basf, Dupont, Syngenta etc.); fumageiras (Philip Morris, BAT Brasil, antiga Souza Cruz); esmagadoras de soja e *tradings* (Bunge, Cargill, ADM, Luis Dreyfus, Cofco Internacional); madeira, celulose e papel (Suzano); agroenergia (Copersucar, Raízen, Cosan); torrefadoras de café (Nestlé, 3Corações, Jacobs Douwe Egberts); redes de supermercados (Carrefour, GPA, Cencosud, SDB Comércio de Alimentos Ltda); empresas do sistema financeiro por meio de vários de seus instrumentos, como bancos, fundos de investimentos (Fiagros – Fundos de Investimentos nas Cadeiras Produtivas Agroindustriais), bolsa de valores, entre tantas outras.⁶

As grandes empresas e corporações transnacionais notabilizam-se, entre outros aspectos, pela expressiva quantidade de matéria-prima que movimentam e processam; pela capacidade produtiva instalada; pela atuação em diferentes escalas geográficas; pelo poder de impor suas demandas de logística, incentivos fiscais etc. ao Estado; pela diversidade de atividades econômicas que exercem (multifuncionais); pelo exercício de *lobby* junto às diferentes instâncias de poder, como no Congresso Nacional; pelo controle de extensas áreas territo-

⁶ A título de exemplo, de acordo com classificação da Revista Forbes (202), as 15 maiores corporações do agronegócio com atuação no Brasil, segundo suas respectivas receitas, eram: JBS (alimentos e bebidas); Raízen Energia e Cosan (agroenergia); Marfrig Global Foods, Cargill, Ambev, Bunge, BRF (alimentos e bebidas); Cofco Internacional (trading e comércio); Suzano (madeira, celulose e papel); Copersucar (agroenergia); Louis Dreyfus (tradings e comércio); Amaggi e Minerva (alimentos e bebidas); Coamo (cooperativas). Entre essas, temos corporações que nasceram no Brasil, nos EUA, na Holanda, na China e na França.

riais, muitas vezes através de processos de grilagem; e pelos devastadores impactos ambientais.

Entre os agentes fundamentais para a consolidação do agronegócio brasileiro, estão os grandes proprietários de terras e o Estado. Contrariando o discurso do Estado mínimo, suas ações foram e continuam sendo imprescindíveis para a difusão do agronegócio no país. Segundo Delgado (1985), isso se deu de várias formas: por meio de políticas econômicas gerais e de estratégias de crescimento agrícola (política econômica externa, política monetária, política de controle de preços agrícolas) e de políticas explícitas de fomento agrícola (financiamento rural, tecnológica e fundiária), tentando abranger todos os níveis envolvidos com a reestruturação do setor.⁷ Juntos, Estado, grandes proprietários de terras e corporações transnacionais, compõem uma verdadeira tríade que tece as teias do agronegócio no Brasil.

O Estado também atua indiretamente, através de ações e inações, por exemplo, ao não praticar a reforma agrária, que reduziria a concentração fundiária do país, e, muitas vezes, por criminalizar movimentos sociais que lutam pelo direito de acesso à terra para plantar, agravando ainda mais as distorções na estrutura fundiária brasileira.

O Estado brasileiro atua como agente central na adequação da produção e do território à reprodução ampliada do capital do agronegócio no Brasil. Adaptando as palavras de Bursztyn (1984), ao estudar a região Nordeste, é possível afirmar que o Estado brasileiro foi e continua sendo autoritário tanto por ação quanto por omissão.

O papel do Estado na difusão do agronegócio ganhou novos contornos desde o golpe parlamentar de 2016, que levou ao *impeachment* da Presidenta Dilma Roussef (01/01/2011 - 31/08/2016).⁸ A situação acirrou-se ainda mais com a eleição e posse do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro (01/01/2019

⁷ Poderia citar duas leis decisivas para as transformações das relações sociais de produção no campo: o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, e o Estatuto da Terra, de 1964.

⁸ Os votos da bancada ruralista do Congresso Nacional representaram cerca de 50% dos necessários para o *impeachment* da Presidenta Dilma Roussef, em 2016.

- 31/12/2022), apoiado por uma ampla parcela da sociedade, incluindo as chamadas elites econômica e política, os militares das Forças Armadas, a Polícia Rodoviária Federal, as Polícias Estaduais e até milícias disseminadas pelo país.

Vários segmentos do agronegócio também foram responsáveis pela eleição e manutenção do mandato do Presidente Bolsonaro. Durante seu período à frente do Executivo federal, ocorreram inúmeros retrocessos políticos, além de um gigantesco aparelhamento do Estado. Isso favoreceu o grande capital privado das empresas e corporações do agronegócio, que ampliaram o domínio sobre as terras, inclusive públicas, e as esferas de poder, impactando as formas de uso e ocupação do espaço agrícola brasileiro.

A magnitude desse processo, correlacionada à desindustrialização vivida nas últimas duas décadas no Brasil, que tem fragilizado o país e comprometido sua economia (Cano, 2012), contribuiu enormemente para uma regressão qualitativa do comércio internacional do país, a ponto de chegarmos ao que vem se convencendo chamar de reprimarização da pauta de exportações, com impactos significativos para a economia nacional e para o território brasileiro.

O Brasil é detentor de uma das maiores biodiversidades do planeta, mas a expansão do agronegócio tem destruído parte dessa riqueza e inúmeros saberes ancestrais, uma vez que, paralelamente à territorialização do capital do agronegócio no campo, se processa, utilizando Haesbaert (2004), a desterritorialização de milhares de pequenos agricultores, povos originários, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, coletadores de carnaúba, entre tantos outros. Isso fez dos movimentos migratórios, inclusive o êxodo rural, uma das principais características da dinâmica populacional brasileira.

Essa desterritorialização se dá, em grande parte, através de muitos conflitos e violências, como expulsões, expropriações, grilagem e assassinatos. Esses são, indubitavelmente, alguns dos mais tristes e dramáticos traços estruturais da sociedade brasileira que marcam toda nossa história, desde os tempos da

colonização portuguesa, e que vêm se agravando ainda mais nos anos recentes.

1.2. Processos socioespaciais inerentes à difusão do agronegócio

A difusão do agronegócio tem promovido um expressivo conjunto de processos socioespaciais no Brasil, especialmente nas últimas décadas. A presente seção aborda alguns dos mais impactantes para as relações sociais de produção na agropecuária, o meio ambiente e a urbanização da sociedade e do território.

Início com dois processos que ocorreram paralelamente no país: a aceleração da reestruturação produtiva da agropecuária, com a consequente transformação das forças produtivas do setor, diminuindo continuamente a necessidade de mão de obra para a agropecuária e aperfeiçoando as formas de apropriação e superexploração da natureza; e a revolução dos transportes e das comunicações, que promovem a expansão do meio técnico-científico-informacional (Santos, 1993, 1994b, 1996), possibilitando o aumento da fluidez territorial e informacional dos lugares.

Entre as consequências desses processos, destaco a intensificação da produção agropecuária nas áreas já ocupadas com a agricultura intensiva empresarial, especialmente nas regiões Sudeste e Sul. Ao mesmo tempo, isso possibilitou a utilização de terras em áreas antes consideradas pouco rentáveis para a reprodução ampliada de capital na agropecuária, viabilizando a ocupação produtiva pelo agronegócio em locais que Santos (1988, 1993) denominava como lugares de reserva.

Isso resultou em uma grande dispersão espacial do agronegócio por todo o território nacional, com a ocupação de muitas novas extensões de terras e a expansão das fronteiras agrícolas em todos os biomas e regiões do país. Inicialmente concentrado nos Cerrados, a partir dos anos 1990, o agronegócio passou a se expandir por todo o território nacional, incluindo o Semiárido e

a Amazônia, onde hoje se manifesta de forma fragmentada, em pontos ou manchas.

As metamorfoses nas formas de uso e ocupação do espaço foram colossais, com a substituição de matas, florestas, áreas de proteção permanente, reservas indígenas, terras destinadas à produção de alimentos da cesta básica dos brasileiros (arroz, feijão, mandioca etc.), além de terras públicas e devolutas, por grandes monocultivos de *commodities* e áreas de pastagem. Progressivamente, as vocações naturais dos lugares foram sendo suplantadas pelas imposições econômicas das corporações.

Como já destacado, sob o capitalismo monopolista mundializado, a agropecuária estrutura-se a partir da formação das empresas monopolistas, que controlam a produção agropecuária mundial. Essas empresas se articulam, especialmente, através de dois processos territoriais: a territorialização das corporações e a monopolização do território por essas corporações (Oliveira, 2010, 2016). No primeiro caso, as próprias corporações são responsáveis pela realização da produção, enquanto, no segundo, elas controlam a produção através de diferentes mecanismos, assegurando que os produtores transfiram a elas não só a produção a preços baixos, mas também grande parte da renda da terra.

Nesse contexto, também é possível recorrer a Martins (1981), que defendia a existência da sujeição real e da sujeição formal. Na segunda situação, os agricultores, ao invés de serem expulsos ou expropriados, permanecem na terra, mas grande parte da renda gerada é transferida para as empresas e corporações agroindustriais, que dominam a produção através de diferentes mecanismos de subordinação. Entre os casos emblemáticos no Brasil, trago os da avicultura, da produção de fumo, da pecuária leiteira, entre outras. Ou será que alguém imagina que as milhões de galinhas abatidas pela BRF provêm todas de granjas próprias dessa corporação?

Naturalmente, a territorialização das corporações do agro-negócio no espaço agrário e a monopolização desse espaço por tais grupos econômicos não acontecem sobre o nada, mas sobre formações socioespaciais (Santos, 1977) repletas de vida, histó-

ria, saberes e fazeres seculares. Esses processos ocorrem através de grilagem, expropriações, expulsões, assassinatos, conflitos por terra e pelos bens naturais que ela abriga, como água, minérios, biodiversidade, entre outros.

Infelizmente, a violência e os conflitos no campo são um traço estrutural da sociedade brasileira e continuam a ocorrer até os dias atuais. São muitos os casos que podem ser citados, mas os exemplificarei por meio dos violentos ataques com armas de fogo sofridos em 2024 pelos indígenas Guarani-Kaiowás em disputa por território em Dourados (MS), situação que se repete de forma recorrente há pelo menos quatro décadas. Nesse ponto, cabe lembrar a afirmação de Francisco de Oliveira (2013), segundo o qual a “modernização” se alimenta do atraso,

Tudo isso evidencia, entre outros aspectos, que a difusão do agronegócio ocorre por meio da desterritorialização de uma ampla gama de povos originários, resultando em profundas metamorfoses nas relações sociais de produção no campo. Desprovidos dos principais meios de produção, resta à maioria dos desterritorializados do agronegócio apenas tentar vender sua força de trabalho para garantir o mínimo necessário à sua sobrevivência, seja no campo ou na cidade.

Os ditames que regem o atual padrão produtivo impactam diretamente o modo de realização, organização e gestão do trabalho nas atividades agropecuárias, além de impulsionar o crescente uso da força de trabalho assalariado na atividade agropecuária, uma realidade ainda pouco presente até a década de 1970. Concomitantemente às mudanças das relações sociais de produção, observa-se o acirramento da divisão social do trabalho e a constituição de um mercado de trabalho agrícola formal. Em um de seus extremos, encontra-se o trabalhador braçal, ao qual restou apenas a própria força de trabalho e que passa a residir na cidade, geralmente em suas áreas mais periféricas e desassistidas. Trata-se do que Santos (1988, 1993) chamou de trabalhador agrícola não rural, aquele que trabalha no campo, mas mora na cidade, realizando movimentos pendulares regulares entre local de moradia e o de trabalho.

Cada vez mais, esse trabalhador encontra somente trabalhos precários, restritos a determinados períodos do ano, conforme as exigências do ciclo produtivo. Vale lembrar que várias culturas que até recentemente realizavam a colheita de forma manual, gerando milhares de empregos sazonais, hoje executam essa etapa predominantemente de forma mecânica, como é o caso das áreas de produção intensiva de cana-de-açúcar.

Entre os trabalhadores agrícolas assalariados, é possível distinguir aquele que dispõe apenas da própria força de trabalho e que reside na cidade, daquele que ainda mantém um pequeno lote de terra, no qual vive e trabalha com a família. Este, em geral, por não conseguir garantir a sobrevivência exclusivamente com o fruto do trabalho em sua terra, é frequentemente compelido a se assalariar em determinados períodos do ano. Assim, a existência do trabalhador assalariado não representa apenas a expulsão dos que não detêm a propriedade da terra, mas também envolve muitos pequenos agricultores proprietários, meeiros, parceiros, entre outros.

Não podemos esquecer, como alertou Santos (1988), que as mudanças operadas no espaço raramente eliminam de uma vez os traços materiais do passado, o que exige considerar as respectivas fases de instalação de novos instrumentos de trabalho e de criação de novas relações laborais, já que, em cada etapa, as relações sociais de produção não são da mesma natureza. Destaco esse aspecto, especialmente para mostrar que se engana quem imagina que a expansão das formas não capitalistas no campo já acabou. Tais formas, contraditoriamente, continuam a se reproduzir, de modo que novas e velhas formas de trabalho agrícola seguem coexistindo.

Neste ponto, retomo as contribuições de Oliveira (1997) e Martins (1990), que apontam contradições no avanço do capitalismo no campo, uma vez que são criadas relações dialéticas entre a expansão do trabalho assalariado e a reprodução das relações camponesas. Assim, é na complexidade do desenvolvimento desigual e combinado que se encontra o sustentáculo das relações de produção não capitalistas no campo. Esse quadro

revela algumas das contradições trazidas pela própria difusão do capitalismo no campo brasileiro.

No outro extremo desse mercado de trabalho associado ao agronegócio, temos o trabalhador altamente especializado, que atende às exigências crescentes de produtos e serviços ultramodernos. Esse trabalhador também reside no ambiente urbano, especialmente nas cidades pequenas e de porte médio.

Tais processos foram determinantes para novas dinâmicas demográficas no Brasil, especialmente desde os anos 1970, marcadas por um intenso êxodo rural, com significativos contingentes de população rural migrando para as cidades. Somente nas décadas de 1960 e 1970, cerca de 30 milhões de pessoas deixaram o campo em nosso país. Em parte, esses são os excluídos, os expropriados, os expulsos como resultado da reestruturação produtiva da agropecuária, das mudanças das relações sociais de produção e da difusão do agronegócio.

Em um primeiro momento, os movimentos migratórios eram inter-regionais, provenientes do campo e das cidades menores para as principais metrópoles do país, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro. Entretanto, desde meados dos anos 1980, esse movimento passou a se dirigir também para cidades menores, principalmente de porte médio e centros regionais. Além disso, em muitos casos, a migração é intrarregional. Parte do movimento migratório que caracteriza esse segundo momento também é feito por trabalhadores especializados, de origem e vivências urbanas, e não é incomum que realizem o que Santos (1993) destacou como um movimento de migração descendente, ou seja, de uma cidade maior para uma cidade menor, como da metrópole para cidades médias.

Em geral, trata-se de trabalhadores especializados para atender às demandas do agronegócio: engenheiro geneticista, veterinário, piloto de aviação agrícola, controlador de drone, especialista em sementes, *expert* em fertilizantes, vendedor de agrotóxicos, técnicos das *agtechs*, entre tantos outros. Compreendo essa divisão social e territorial do trabalho associada ao agronegócio como um dos principais vetores de inúmeras

ras e complexas relações campo-cidade no Brasil, processadas desde a década de 1980.

É importante destacar que todo esse processo ocorre simultaneamente à superexploração do trabalho (como nos frigoríficos, no corte de cana etc.) e à permanência de resquícios de trabalho escravo em todo o país, inclusive em grandes empresas e corporações do agronegócio, como noticiado todos os anos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, durante a divulgação da lista suja dos empregadores autuados por submeter trabalhadores a condições análogas à escravidão. Tais processos também contribuíram para o fortalecimento do papel da terra como terra de negócio, como afirmava Martins (1980), e, mais recentemente, como ativo financeiro, diante da crescente financeirização da agricultura desde o início do século XXI.

A psicosfera do agronegócio

Este capítulo reflete algumas ideias com as quais venho trabalhando sobre a criação do agronegócio brasileiro como fábula, em analogia à obra *Por uma outra globalização* (Santos, 2000).⁹ Gosto de recorrer à metáfora de que os mitos associados ao agronegócio são verdadeiros nós da sociedade brasileira, que precisam ser desatados para que consigamos erigir caminhos contra-hegemônicos, voltados à construção de uma sociedade mais justa, democrática e sem desigualdades socioespaciais.¹⁰

Almejo, em especial, evidenciar como se produzem os mitos do agronegócio, bem como destacar alguns deles. Para isso, na primeira seção, abordo a produção da psicosfera do agronegócio, enquanto alguns de seus mitos são tratados na segunda seção. Por fim, defendo que desvelar os mitos do agronegócio é fundamental para a superação da economia, da sociedade e dos territórios por ele produzidos.

2.1.A produção do agronegócio como fábula

A expropriação dos meios de produção e a alienação são alguns dos pilares estruturais do capitalismo e, para a manutenção do *status quo*, é necessária uma ideologia dominante. Para a filósofa Marilena Chauí (1981), a ideologia mascara a realidade social, permitindo a legitimação da exploração e da dominação.

⁹ Em *Por uma outra globalização*, Milton Santos (2000) aborda a existência de pelo menos três mundos em um só: o mundo como fábula, como perversidade e como possibilidade. O primeiro se refere ao mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização.

¹⁰ Tais ideias foram trabalhadas em palestras e artigos, como em Elias (2018, 2021a, 2022b, 2024a).

Por seu intermédio, tomamos o falso pelo verdadeiro, o injusto pelo justo. Assim, compreendo que, para a expansão do agronegócio e a perpetuação das desigualdades sociais, econômicas e espaciais dele resultantes, é imprescindível uma ideologia que o sustente. Nesse sentido, afirmo que o agronegócio produz mitos que fabricam um imaginário social a ele favorável.

As corporações e entidades de classe do agronegócio estão à frente da construção e difusão dos mitos produzidos sobre o segmento. Para isso, contam com um amplo suporte das empresas da indústria cultural. Debord (2003), ao discutir a sociedade do espetáculo, nos ajuda a compreender alguns dos mitos relacionados ao agronegócio na sociedade brasileira. Para a produção, difusão e hegemonia do agronegócio, é necessária a construção de uma imagem que lhe seja conveniente. Dessa forma, para a expansão do capitalismo no campo e para a multiplicação da produção das mercadorias que o sustentam, não basta a expulsão e a expropriação dos camponeses, das quebradeiras de coco, dos ribeirinhos, dos geraizeiros... Também é imprescindível a alienação associada ao agronegócio.

Recorro ao sistema de conceitos elaborado por Milton Santos, que compreendeu o espaço geográfico como híbrido, resultante de um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, em permanente movimento. Da mesma forma, impõe-se a realidade do meio, com seus diversos conteúdos em artifício, e a complementariedade entre uma tecnosfera e uma psicosfera (Santos, 1996).

Para Santos (1994a, 1996, 2000), a psicosfera é formada pelo reino das ideias, das crenças, das paixões e dos sentidos, que estimula o imaginário e solidifica novos padrões comportamentais. Nesse sentido, entendo que, além de construir sua tecnosfera – composta por estradas de rodagem, terminais portuários, armazéns e silos, canais de irrigação –, que gera fluidez e permite sua difusão por todo o território nacional, o agronegócio também forma uma poderosa psicosfera: um imaginário social que lhe é favorável, dissimulando as verdadeiras intencionalida-

des que regulam os sistemas de objetos inerentes ao agronegócio (ELIAS, 2021a, 2022b, 2024a).

Há muitos sites especializados, canais de TV, revistas e informes publicitários que trabalham para construir uma imagem positiva do agronegócio, o que indica que o domínio dos meios de comunicação constitui uma estratégia na guerra cultural de difusão de ideologias. São muitos os agentes da indústria cultural brasileira que atuam com esse objetivo.

Não é incomum que os próprios agentes do agronegócio, como corporações e entidades de classe, sejam proprietários de alguns desses meios de comunicação, como ocorre, por exemplo, com o Canal Rural¹¹, importante empresa de comunicação especializada no agronegócio, com canal de TV, site e contas nas mais diversas redes sociais. Em 2013, a empresa foi adquirida pela *holding* controladora do Grupo JBS (Canal Rural, 2018), classificado entre as maiores companhias brasileiras do agronegócio, com cerca de 400 unidades produtivas em 15 países nos cinco continentes, com negócios muito além das carnes, segundo a Revista Forbes Agro 100 (Gioia; Ondeí, 2022).

Mas poucos veículos de comunicação obtiveram tanto sucesso na construção de uma imagem favorável ao agronegócio quanto a gigantesca operação publicitária empreendida pela Rede Globo de Televisão, intitulada “*Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo*” (Santos; Silva; Maciel, 2019). Ainda vigente, a campanha foi lançada em meados de 2016, contribuindo expressivamente para a desinformação de parte significativa da população brasileira. Não é demais lembrar que essa rede de televisão é o principal canal aberto do Brasil, pertencente ao Grupo Globo, a maior corporação de mídia e comunicação da América Latina e um dos maiores conglomerados de mídia do mundo, indiscutivelmente o de maior audiência no Brasil.

Essa campanha da Rede Globo é um marco estruturante para qualquer periodização – elemento fundamental do método científico (Santos, 1985, 1988, 1996) – que se deseje estabelecer

¹¹ Para mais informações sobre esse meio de comunicação, consultar o site da empresa: <https://www.canalrural.com.br>. Acesso em: 9 mai. 2025.

sobre a relação entre o agronegócio e a mídia brasileira. Dessa forma, entendo que o papel da Rede Globo de Televisão foi e continua sendo central para a construção da poderosíssima psicossfera do agronegócio, ou seja, trata-se de um dos principais agentes responsáveis pela difusão de vários mitos do agronegócio no imaginário nacional.¹²

O papel do Estado também é fundamental para a construção da psicossfera do agronegócio, de forma ativa ou passiva, por exemplo, ao não exercer suas funções de regulação e fiscalização em prol do bem comum. De acordo com Pompeia (2021, 2022), afirmo que isso se torna especialmente evidente na concertação política engendrada pelos agentes hegemônicos do setor, notadamente desde o início do século XXI, que resultou em um novo padrão de relações com o Estado, bem como em uma nova conformação de ação política.

Da mesma forma, a concertação é uma situação na qual agentes em oposição, no caso do agronegócio, procuram racionalizar suas diferenças, visando obter consensos, o que se configura como uma forma de coalizão (Pompeia, 2021). Essa articulação opera não só em ações voltadas à produção em si, mas também estrutura a ação política em torno de questões mais amplas, como as ambientais, indígenas e trabalhistas.

Trago como exemplo a participação da poderosa Bancada Ruralista do Congresso Nacional na votação que resultou no *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, responsável por cerca de 50% dos votos favoráveis, assim como em sua atuação decisiva na eleição do Presidente Jair Bolsonaro. Penso que esse é um signo da forma submissa por meio da qual o Estado tem servido aos agentes hegemônicos do agronegócio, representados pelos empresários da agropecuária, agroindústrias alimentares e corporações transnacionais dos vários segmentos do agronegócio, que cada vez mais concentram o poder de formular as políticas e as estratégias ligadas ao agronegócio.

¹² Sobre o tema referente ao agronegócio e a indústria cultural, ver Chã (2018), Nobrega e Bandeira (2019), Guerra et al. (2019) e Santos, Silva, Maciel (2019).

Compreendo que a psicosfera do agronegócio e a criação dos mitos a ele associados estão entre as principais ações da concertação política em torno do agronegócio, apresentando o agronegócio como um “produto” que vem sendo consumido por grande parte da população brasileira. Adaptando a noção de Milton Santos (1987) aplicada a outros temas, afirmo que foi produzido “um consumidor mais-que-perfeito” para o agronegócio brasileiro.

Diante do exposto, entendo que a concertação política em torno do agronegócio aumenta o patrimonialismo que, historicamente, caracteriza a sociedade brasileira e, neste caso específico, a relação intrínseca entre o poder econômico e o poder político do agronegócio.

2.2. Alguns dos mais difundidos mitos do agronegócio

Todo o conteúdo exposto até aqui reforça a necessidade de discutir o que infiro como alguns dos principais mitos que sustentam o agronegócio, visando gerar uma visão crítica sobre esse setor, como única forma de promover transformações, ou seja, ações contra-hegemônicas para reconstruir e modificar os processos hoje dominantes associados ao agronegócio.

Alguns dos mitos mais difundidos em relação ao agronegócio são: o de que há um compromisso com a construção de um projeto de nação; o de que o agronegócio é responsável pela segurança e soberania alimentar do país; o de que é independente do Estado; o de que promove distribuição de renda; o de que o modelo do agronegócio é o único possível para o país; o de que os alimentos ultraprocessados não prejudicam a saúde; o de que a ocupação das fronteiras agrícolas é inteiramente realizada em bases legais; o de que o agronegócio traz paz para o campo; o de que promove uma urbanização que traz benefícios a todos; o de que o agronegócio alimenta o mundo e acabaria com a fome no Brasil; o de que é ambientalmente sustentável; o

de que os agrotóxicos não fazem mal à saúde humana e ao meio ambiente, entre tantos outros. A seguir, discutirei os três últimos mitos citados.

O mito de que o agronegócio acabaria com a fome no Brasil

Para compreender o desenvolvimento do agronegócio no Brasil, é necessário retornar aos anos 1960, quando a atividade agropecuária passou por profundas transformações. Não cabe aqui detalhar todos os agentes e processos envolvidos desde então, mas, em síntese, é possível afirmar que a agropecuária brasileira atravessou um intenso processo de reestruturação produtiva, sofreu os impactos das reformas neoliberais e vivenciou o avanço do capital financeiro sobre o setor. Como resultado, houve uma significativa mudança nas forças produtivas do agronegócio, nas relações sociais de produção e nas formas de uso e ocupação do espaço agrário, consolidando um modelo de produção intensiva, realizado em grandes extensões de terras e liderado por grandes empresas e corporações transnacionais (Elias, 2003a).

Atualmente, uma parte significativa das terras agricultáveis no Brasil destina-se à produção de poucas culturas, especialmente *commodities* (soja, milho, algodão, café, carnes processadas, entre outras), voltadas não para o abastecimento interno, mas principalmente para a exportação, concentrada em poucos países. A prioridade conferida à produção de *commodities* agrícolas, em detrimento da produção de alimentos da cesta básica dos brasileiros – como arroz, feijão e mandioca –, é um dos principais fatores que explicam a alarmante quantidade de pessoas em situação de fome no país.

Nos últimos anos, enquanto o agronegócio ostentou repetidos recordes de produção, de produtividade e de volume de exportações, o número de pessoas com pouco acesso à alimentação cresceu sobremaneira, reinserindo o Brasil no Mapa da Fome,¹³ do qual havia saído em 2014, após mais de uma década

¹³ O Mapa da Fome é um estudo realizado e publicado pela Organização para

de políticas públicas que visavam combater a fome e a exclusão social, tal como o Programa Fome Zero.¹⁴

Uma pesquisa científica bastante robusta, realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - Rede Penssan (2022)¹⁵, mostrou que, em 2022, havia 33 milhões de pessoas em situação de fome, sendo que mais da metade da população brasileira tinha dificuldade de realizar as três refeições do dia. A partir desses dados, já seria possível desfazer um dos mais difundidos mitos inerentes ao agronegócio: o de que ele alimenta o mundo e que acabaria com a fome no Brasil, quando, na realidade, ele não supre nem mesmo as necessidades alimentares da própria população brasileira.

O reingresso do Brasil no Mapa da Fome mostra que o problema não é a parca produção agropecuária, como já demonstrou Josué de Castro (1963), em *Geografia da Fome*. Sem dúvida, essa é uma das maiores perversidades inerentes ao agronegócio brasileiro e a pandemia de Covid-19 – iniciada oficialmente em março de 2020 e finalizada em maio de 2023 – escancarou ainda mais essa realidade, pois, apesar de o Brasil ser um dos principais produtores agropecuários do mundo, pouca coisa mudou em relação à fome.

Por isso, considero importante afirmar que o agronegócio produz alimento-mercadoria (Elias, 2021b), que move um conjunto portentoso de negócios extremamente lucrativos, liderados por poderosíssimas corporações transnacionais de diferentes ramos de atividades, como de sementes transgênicas, fertilizantes, agrotóxicos, mecanização agrícola, agroindústrias alimentares, logística, empresas de distribuição no varejo, entre

a Alimentação e Agricultura (FAO) das Nações Unidas (ONU) sobre a situação global de carência alimentar. Um país é incluído no Mapa da Fome quando a subalimentação (ingestão de menos calorias que o recomendável) afeta 5% ou mais de sua população. Para mais informações, consultar o site: <http://www.fao.org/home/en/>. Acesso em: 6 abr. 2022.

¹⁴ O Programa Fome Zero foi lançado pelo Governo Federal em 2003 e visava combater a fome e suas causas. Para tanto, foram implementadas políticas públicas que efetivamente tiveram vários objetivos alcançados, tanto que, em cerca de dez anos, o Brasil saiu do Mapa da Fome (Brasil, 2010).

¹⁵ Os dados da pesquisa realizada pela Rede Penssan (2022) estão disponíveis no site: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 19 abr. 2025.

outros, cujo objetivo principal é o lucro e não produzir alimentos para a população.¹⁶

Início por esse mito, pois entendo que desfazê-lo é primordial para acabar com a fome no país. Como sabemos, se não fosse a produção da agricultura familiar, a situação de carência alimentar de grande parte da população seria ainda pior. E, apesar disso, esse segmento ainda sofre inúmeros ataques, como observado durante os governos de Michel Temer (31/08/2016 - 31/12/2018) e Bolsonaro (01/01/2019 - 31/12/2022).

Nesse íterim, assistimos a um verdadeiro desmonte de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, incluindo a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o estrangulamento dos recursos do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre tantas outras políticas.

O mito de que o agronegócio é ambientalmente sustentável

Outro mito bastante difundido sobre o agronegócio é o de que ele é ambientalmente sustentável. Como sabemos, a produção exercida por esse setor ocorre através da ocupação de vastas extensões de terra com monocultivos e pecuária intensiva de animais – especialmente bovinos, galinhas e porcos –, o que, há décadas, tem provocado tanto a substituição de culturas em áreas anteriormente destinadas à produção de alimentos, quanto a expansão para novas áreas. Muitas delas correspondem a matas e florestas naturais em todos os biomas brasileiros, cada vez mais devastados, sendo o caso do Cerrado um dos mais emblemáticos, com destaque para o estado de Mato Grosso, o sul do Maranhão, o sul do Piauí e o oeste da Bahia.

Um percentual significativo dos riquíssimos biomas do país hoje já se encontra destruído, levando à diminuição de uma das mais importantes biodiversidades do planeta e a um devasta-

¹⁶ Entre os estudos realizados em anos recentes, associados à situação alimentar no país, sugerimos o *Atlas das situações alimentares do Brasil*, de Ribeiro Jr. et al. (2021).

dor processo de erosão genética, além da extinção de inúmeros saberes e fazeres construídos ao longo de séculos pelos povos originários, coletores de babaçu, entre tantos outros. Junto aos recordes de exportação de *commodities* em 2019 a 2022, por exemplo, tivemos também o crescimento do número de queimadas e desmatamentos, batendo todos os recordes e consumindo parte significativa do Pantanal e da Amazônia, especialmente.

Assim, o mito de que o agronegócio é ambientalmente sustentável também precisa ser desfeito para que possamos avançar em busca de uma outra agricultura e acabar com o desmatamento no país.

O mito de que os agrotóxicos não fazem mal à saúde das pessoas e ao meio ambiente

Considerando-se a polissemia e a polêmica em torno da sustentabilidade atribuída ao agronegócio, aproveito para tratar de outra questão crucial: o uso quase indiscriminado de agrotóxicos. Como sabemos, o agronegócio é um modelo de produção que se baseia no uso intensivo de insumos químicos e biotecnológicos como parte de suas forças produtivas, tais como sementes transgênicas e agrotóxicos (Elias, 2003a). Dada a gravidade da atual situação, tanto pela quantidade de substâncias já em uso quanto pelo elevado número de novas liberações desde o governo Bolsonaro, destaco aqui os agrotóxicos.

O Brasil está entre os países que mais consomem agrotóxicos no mundo, fato significativamente associado à produção do agronegócio, uma vez que *commodities* como soja, milho, cana-de-açúcar e algodão estão entre as que mais utilizam tais venenos, respondendo por cerca de 85% do total consumido no país (Santos; Glass, 2018). Essa prática constitui um verdadeiro desastre para a saúde da população brasileira e para o meio ambiente, que sofre com a contaminação do solo, do ar, das águas e dos alimentos.

Essa realidade foi ainda mais agravada durante o desgoverno Bolsonaro, diante da expressiva quantidade de novas

liberações de agrotóxicos para uso em lavouras, atingindo uma marca recorde para um mesmo intervalo de tempo. Nesse período, foram autorizados produtos já proibidos em outros países por representarem sérios riscos à saúde humana e ao meio ambiente. Em 2020, um percentual significativo dos agrotóxicos comercializados no Brasil havia recebido registro durante os dois primeiros anos de governo Bolsonaro, entre 2019 e 2020.¹⁷

Da mesma forma, houve uma aceleração na tramitação do Projeto de Lei 6.299/2002 (Brasil, 2002) – conhecido como “PL do Veneno” –, flexibilizando as regras de utilização de agrotóxicos. Além da regulamentação para o uso de novos venenos, está prevista até mesmo a substituição do termo “agrotóxico”, presente na legislação desde 1989, por “defensivos fitossanitários” ou “pesticidas”.

Várias instituições já se mostraram contrárias às mudanças propostas, devido aos já comprovados e devastadores danos à saúde. Aqui, cito alguns dos males causados por essas substâncias, como as intoxicações agudas e as intoxicações crônicas. As primeiras afetam principalmente os trabalhadores agrícolas, expostos diretamente em seus locais de trabalho, e podem se manifestar como irritações na pele e nos olhos, vômitos, diarreias, dificuldades respiratórias, convulsões e, em casos extremos, podem até resultar em morte.

Já as intoxicações crônicas são de mais difícil detecção, até porque, por vezes, surgem muito tempo após o período de exposição ao veneno. De maneira geral, afetam um número bem maior de pessoas, já que são decorrentes da presença de resíduos de agrotóxicos em alimentos e no ambiente, mesmo que em doses baixas. Os efeitos associados à exposição crônica incluem, por exemplo, infertilidade, impotência, abortos, mal-formações fetais, desregulação hormonal, comprometimento do sistema imunológico e alguns tipos de câncer. Pesquisas realizadas em lavouras do estado de Mato Grosso, um dos maiores consumidores de agrotóxicos no país, detectaram a presença dessas

¹⁷ Bolsonaro liberou 1.629 agrotóxicos em 1.158 dias de governo (Oliveira, 2022).

substâncias até mesmo no leite materno de mães em fase de amamentação.¹⁸

Para encerrar as considerações sobre esse mito, faço mais um destaque importante, considerando a ocorrência de grande número de casos de Covid-19, provocados pelas variantes em circulação no Brasil na época da pandemia. Para além da diminuição da produção de alimentos, da perda da biodiversidade e da contaminação do solo, do ar, dos alimentos e das águas, é urgente privilegiarmos um modelo de agricultura que não o do agronegócio. Afinal, já está comprovado que a monocultura e a pecuária intensivas funcionam como gatilhos para epidemias e pandemias, ou seja, sistemas promotores de doenças infecciosas (Wallace, 2020), sendo que a pandemia de Covid-19 pode ter sido somente a primeira de uma série de grandes crises sanitárias do século XXI.

As transformações nas formas de uso e ocupação do espaço em locais como a Amazônia e em regiões que abrigam o bioma Cerrado, onde as matas naturais vêm sendo substituídas por lavouras de soja, palmeiras para produção de óleo de palma, pela criação intensiva de animais para abate, entre outros, podem configurar verdadeiras fábricas de vírus. Portanto, não é nenhum exagero discutir sobre a possibilidade de novas pandemias em um futuro próximo, caso sigamos insistindo no modelo do agronegócio.

¹⁸ Entre os estudos mais abrangentes sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde humana e do meio ambiente, pode ser vista a pesquisa da ABRASCO, organizada por Carneiro et al. (2015). Cito também os estudos da geógrafa Larissa Bombardi (2023). Além disso, em 2023, a Heinrich Boll Stiftung publicou um excelente material sobre o tema: o *Atlas dos Agrotóxicos – Fatos e dados do uso dessas substâncias na agricultura* (Fundação Heinrich Böll, 2023).

Formas-conteúdo do agronegócio

Segundo Milton Santos (1996), o espaço geográfico pode ser compreendido como híbrido, formado por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, em permanente movimento. Entre as categorias analíticas internas do espaço, destacam-se as formas-conteúdo, entendidas como indissociáveis, já que uma forma não possui existência empírica ou filosófica se considerada separadamente do conteúdo, e este, por sua vez, só existe por meio da forma que o abriga. Assim, a produção e a reprodução do espaço devem ser compreendidas como uma sucessão ininterrupta de formas-conteúdo, um traço dinâmico central de sua ontologia.

Neste capítulo, apresento reflexões sobre o que entendo como algumas das formas-conteúdo do agronegócio no Brasil, percorrendo especialmente sobre a *questão fundiária* como um problema estrutural do país; a *violência como princípio de apropriação das terras e dos bens naturais*, intensificada após o golpe parlamentar de 2016; e a brutalidade das *mudanças alimentares e dos preços dos alimentos*.

Questão fundiária como problema estrutural

A difusão do agronegócio se dá, até hoje, pela substituição de culturas em terras anteriormente destinadas a outras produções, muitas delas alimentares, ou pela apropriação desenfreada de áreas de florestas naturais, reservas permanentes, terras indígenas, terras públicas e devolutas.¹⁹ Grande parte dessas terras, patrimônio da população brasileira, vem sendo transformada em propriedade de grandes empresas, corporações e fundos de

¹⁹ A quantidade de terras públicas e devolutas no Brasil é grande, sendo que alguns estados têm um percentual muito significativo de seus respectivos territórios nessa categoria, tais como parte dos que formam a Amazônia.

investimentos – muitos deles transnacionais –, afastando cada vez mais a terra de cumprir sua função social e ambiental, conforme previsto na Constituição de 1988. Além disso, uma parcela significativa dessa ocupação se processa de forma ilegal, através da grilagem.²⁰

A estrangeirização das terras também é, efetivamente, uma realidade em curso no Brasil.²¹ Com base em dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Giovanaz (2021a) demonstrou que o Brasil possui milhões de hectares de terras agriculturáveis sob o controle de estrangeiros, sejam pessoas físicas, jurídicas ou empresas brasileiras equiparadas, com sócios estrangeiros. Tais números, contudo, estão subestimados, pois não contemplam as terras adquiridas por meio de fraudes ou artimanhas jurídicas.²²

As chamadas áreas de fronteira agrícola, ocupadas de forma mais intensiva nas três últimas décadas, como áreas do Cerrado nordestino, da Amazônia e do Semiárido, destacam-se entre as regiões com maiores aquisições por estrangeiros. O maior imóvel registrado em nome de pessoa jurídica com participação estrangeira situa-se em São Desidério, no oeste da Bahia, um dos principais municípios que compõem a chamada região do Matopiba, uma das últimas grandes fronteiras agrícolas no país (Giovanaz, 2021a).²³

Com 54.4 mil hectares, a área pertence a um conglomerado japonês. Entre as pessoas físicas, o maior imóvel unitário (78 mil hectares) localiza-se em Itaituba (PA), às margens do rio Tapajós (Giovanaz, 2021a), e destina-se à pecuária, entre as áreas hoje mais cobiçadas pelas corporações associadas ao neoextrati-

²⁰ Entre os recentes estudos sobre a grilagem e a formação do território no Brasil, destaque Oliveira et al. (2020).

²¹ Os pesquisadores que estudam esse processo têm utilizado diferentes nomenclaturas. De forma corrente, a expressão “*land grabbing*” está entre as mais utilizadas.

²² Como as que permitiram, por exemplo, a compra de 750 mil hectares por um fundo de pensão privado de professores dos Estados Unidos (TIAA-CREF) e pelo fundo de investimentos da Universidade de Harvard (Giovanaz, 2021a).

²³ Formada por partes do oeste da Bahia, sul do Maranhão e sul do Piauí e partes do Tocantins.

vismo. Em ambas as situações, a terra é 100% controlada por capital estrangeiro.²⁴

O acesso privado à terra, legalmente garantido desde a promulgação da Lei de Terras, em 1850, a persistência da grilagem, a não realização da reforma agrária e a manutenção dos latifúndios seguem sendo problemas estruturais da sociedade brasileira e determinantes das condições econômicas, sociais, ambientais, políticas e territoriais enfrentadas atualmente no país.

Vivemos, assim, um círculo vicioso persistente, intensificado nas últimas duas décadas: mais financeirização da agropecuária e mais investimentos estrangeiros implicando em mais grilagem. Esse processo aprofunda a corrida por terras, ampliando ainda mais a concentração fundiária e o aumento dos preços das terras. Isso ocorre porque a terra tende a ser avaliada prioritariamente pelo seu valor de troca, em detrimento de seu valor de uso, conforme a clássica formulação de Marx. Ademais, temos ainda a possibilidade de transformá-la em ativo financeiro, em consonância com alguns dos principais preceitos do neoliberalismo.²⁵

A violência como princípio de apropriação dos bens naturais

No Brasil, a terra sempre foi motivo de cobiça, alimentando a grilagem e a violência no campo, ou seja, a questão fundiária está no centro dos conflitos. Esse processo, no entanto, se acirrou fortemente com a financeirização e ganhou novos contornos desde o golpe parlamentar que destituiu a Presidenta

²⁴ A aquisição de terras por estrangeiros é regulada por uma lei de 1971, que pode ser modificada em breve, já que em dezembro de 2020, o Senado aprovou um PL 2.963/2019 (Brasil, 2019a), que flexibiliza as regras e diminui as restrições. Entre outras medidas, a proposta que seguiu para votação na Câmara dos Deputados autoriza que estrangeiros comprem até 25% da área de municípios brasileiros. O autor do PL é o senador Irajá Abreu (PSD-TO), que integra a bancada ruralista e é filho da senadora e ex-Ministra da Agricultura Katia Abreu (PDT-TO), que compõe o mesmo grupo (Giovanaz, 2021b).

²⁵ Sobre a financeirização da agricultura e a corrida por terras nos últimos vinte anos no Brasil pode ser visto, entre outros: Kato e Leite (2020), Sauer e Borrás Jr. (2016), Nascimento e Frederico (2022) e Frederico e Almeida (2019).

Dilma Rousseff, em agosto de 2016, e ao longo do governo de Jair Bolsonaro.

Os mandatários então à frente do Executivo federal empoderaram grileiros, madeireiros, garimpeiros e outros agentes historicamente envolvidos em práticas ilegais, que passaram a agir mais livremente até o término do governo de Jair Bolsonaro. Essa conjuntura se agravou durante a pandemia de Covid-19, decretada em meados de março de 2020, período no qual esses agentes aproveitaram para “passar a boiada”²⁶ de forma ainda mais efetiva e violenta, aumentando exponencialmente os conflitos no campo.

Embora a violência associada à questão fundiária seja um fenômeno histórico e estrutural no Brasil, a difusão do agronegócio intensificou o problema, que adquiriu contornos ainda mais alarmantes a partir da posse do Presidente Bolsonaro. Esses conflitos se materializam em grilagem de terras públicas, expulsões, expropriações, ameaças de despejo e de morte, arrendamento ilícito de terras indígenas, prisões ilegais, impunidade, pistolaagem e assassinatos. Em síntese, a estratégia para a apropriação das terras passou a consistir em incendiar e ocupar, para, em seguida, buscar a regularização fundiária.

Considerando que conflitos indicam ausência de concórdia, oposição de interesses e de opiniões e divergência de entendimentos, é possível afirmar que eles refletem diretamente na luta de classes. Enquanto setores ligados ao agronegócio, ao garimpo e à mineração agem com velocidade para se apropriar das terras públicas e transformá-las em mercadoria, temos um conjunto de movimentos sociais que lutam por reforma agrária e pela regularização dos territórios tradicionais.

Os conflitos resultam do choque de distintos interesses e visões de mundo entre diversos agentes; entre as novas formas de espoliação e as formas de vida e de produção já existentes;

²⁶ Refiro-me à declaração do ex-ministro do Meio Ambiente do início do governo Bolsonaro, Ricardo Salles, em abril de 2020, quando defendeu que o momento seria oportuno para aproveitar a “tranquilidade da cobertura da imprensa”, com atenção voltada para a pandemia da Covid-19, para “passar a boiada” e aprovar desregulamentações ambientais.

entre as corporações transnacionais e os povos originários, ribeirinhos, quilombolas, entre outros. As chamadas áreas de fronteira não são desocupadas, como frequentemente se alega para justificar as novas investidas do capital, mas são repletas de vida, de conhecimento e de fazeres historicamente construídos.

Em uma sociedade patrimonialista como a brasileira, marcada por uma enorme concentração fundiária, em um país que efetivamente nunca realizou uma reforma agrária de caráter estrutural, o histórico de conflitos no campo acompanha e caracteriza toda a nossa história. São inúmeros os conflitos que têm como desfecho o assassinato de militantes de movimentos sociais, ambientalistas, religiosos, indigenistas e tantos outros ativistas que lutam por uma sociedade brasileira menos desigual.

Desde 1985, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realiza anualmente uma importantíssima publicação intitulada caderno Conflitos no Campo. A edição de 2020 mostrou que, naquele ano, houve cerca de 1.600 ocorrências de conflitos por terra. Esse número é quase 60% superior ao de 2018, o maior desde 1985, quando ainda vivíamos sob a Ditadura Militar (1964 a 1985). Os dados também mostram que os povos indígenas foram os que mais sofreram, seguidos por quilombolas e posseiros. Alguns estados da Amazônia concentram os maiores números de conflitos.

Entre os últimos capítulos dessa violência que chegaram ao conhecimento do grande público, amplamente e até mesmo internacionalmente noticiado pelas diversas mídias, merece destaque o assassinato do indigenista brasileiro Bruno Araújo e do jornalista britânico Dom Phillips, no Vale do Javari, no Amazonas, em junho de 2022. Ambos documentavam justamente essas violências associadas às invasões de terras indígenas.

Mesmo com um histórico de verdadeiros massacres no campo, essa violência se exacerbou sobremaneira sob o governo Bolsonaro. Durante seu mandato, muitas ações do Executivo e do Legislativo federais corroboraram para o agravamento dos

conflitos no Brasil. Entre elas, destacam-se a promulgação de leis que favoreceram os conflitos, facilitando a legalização da grilagem, a financeirização da agricultura, bem como a posse e o porte de armas de fogo pela população. Outras vezes, essas ações ocorreram pela omissão do Estado, como no caso da demora nas buscas pelos desaparecidos no Vale do Javari, uma vez que as ações necessárias para isso foram dificultadas.

A brutalidade das mudanças alimentares e dos preços dos alimentos

Outro aspecto importante das formas-conteúdo do agronegócio consiste na metamorfose radical dos padrões de produção e consumo de alimentos e dos hábitos alimentares. Com o privilégio dado ao agronegócio em detrimento da agricultura familiar, a produção de alimentos essenciais, como arroz, feijão e mandioca, tem diminuído, enquanto a produção de *commodities* e de alimentos industrializados ultraprocessados tem aumentado.

Considerando-se que o agronegócio visa o lucro, o alimento não é tratado não como um direito social, mas como uma mercadoria. Se, ainda na década de 1960, o Brasil tinha um consumo alimentar predominantemente baseado em alimentos *in natura* ou minimamente processados, a partir das décadas de 1980 e de 1990, de forma definitiva, os industrializados, cada vez mais ultraprocessados, alcançaram um papel predominante na dieta da população.²⁷

Da mesma forma, o Brasil é um dos países com maior concentração no ramo da indústria alimentar, uma vez que cerca de 65 % das compras de produtos alimentares de uma família se

²⁷ É fundamental enfatizar que está provado que os alimentos ultraprocessados representam um grave risco à saúde humana, promovendo o surgimento de diversas doenças crônicas não transmissíveis. Muitas dessas enfermidades já se configuram como sérios desafios de saúde pública em vários países, incluindo o Brasil, como o diabetes, a obesidade, a hipertensão, as doenças cardiovasculares, o infarto, o acidente vascular cerebral, alguns tipos de câncer, inúmeras alergias, a depressão, as doenças crônico-degenerativas, para mencionar as mais recorrentes. Em um artigo que publiquei, intitulado “O alimento-mercadoria e a fome no Brasil” (ELIAS, 2021b), aprofundo a discussão sobre essas questões, explorando aspectos relacionados à psicoesfera do alimento-mercadoria e o consumidor mais que perfeito.

referem a produtos de apenas dez corporações. Assim, poucas empresas, notadamente indústrias alimentares e de supermercados, são responsáveis pela definição da produção e distribuição de alimentos.

Os supermercados respondem por mais da metade dos alimentos comercializados nas principais cidades brasileiras. Conforme o *ranking* da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS, 2020), quatro redes dominam o mercado brasileiro, sendo que a principal, o Carrefour, controla cerca de 30% do mercado. Dessa forma, poucas corporações do segmento da indústria alimentar e supermercadista cada vez mais definem o que comemos, exercendo controle quase absoluto sobre os preços. Além disso, o setor passou a lucrar ainda mais desde o início da pandemia de Covid-19.

Essa concentração nos segmentos de produção e distribuição de alimentos impacta diretamente nos preços, sendo a elevação destes um processo que merece destaque. Com a ampliação da grilagem, da concentração fundiária, do preço das terras, da ocupação para a produção de *commodities*, a área destinada à produção de alimentos da cesta básica dos brasileiros vem sendo reduzida, somado ao desmonte da política dos estoques reguladores da Conab, há uma elevação nos preços desses produtos.

Tudo isso, somado à dependência de importação de parte dos insumos para a produção, ao aumento dos preços desses insumos e do diesel para o transporte, à desvalorização do real frente ao dólar e à não cobrança de impostos para exportação, desde a lei Kandir (Brasil, 1996), torna mais atrativa a produção voltada para exportação do que a produção de alimentos da cesta básica. A pandemia de Covid-19 e a guerra na Ucrânia, iniciada em 2022, também contribuíram para a elevação dos preços dos alimentos, sendo agravantes do problema, mas não suas causas principais.

Nós do agronegócio

Precisamos pensar em caminhos possíveis para enfrentar os impactos que a economia, a política, a sociedade e os territórios do agronegócio vêm promovendo no Brasil. A seguir, apresento alguns elementos de análise de um recorte temático com o qual tenho trabalhado e que chamo de “nós do agronegócio”. Entendo que esses nós precisam ser desfeitos para que se abram possibilidades de ações emancipatórias, voltadas à reconstrução e à transformação do Brasil.

Inspirada no artigo de Ermínia Maricato (2008), *O nó da terra*, pareceu-me uma boa metáfora associar o agronegócio a um conjunto de nós que precisam ser desatados com urgência para a construção de uma sociedade mais democrática no país. O próprio nó da terra é um dos mais complexos e, com o crescimento do agronegócio, tornou-se ainda mais apertado, promovendo cada vez mais desigualdades e conflitos.

A grilagem, a concentração fundiária e o latifúndio continuam a ser nós estruturantes da sociedade brasileira. Com a expansão do agronegócio, a grilagem tem impulsionado a ocupação ilegal em áreas de florestas e reservas, intensificando os conflitos no campo e contribuindo para o aumento expressivo da concentração fundiária.

Em consonância com Emir Sader (1999), no livro *7 Pecados do Capital*, afirmo que o latifúndio é um dos pecados capitais, porquanto constitui uma imoralidade social. Associado ao nó da terra, no Brasil, desde a década de 1960, tornou errantes milhões de camponeses: são os desterrados, os acampados, os ocupantes de periferias desprovidas de direitos, as vítimas da violência das milícias privadas ou mesmo públicas.

Considerando-se a linha de desmonte do Estado brasileiro que marcou o governo Bolsonaro, uma característica do *modus operandi* do Executivo federal consistiu no incentivo à elaboração

de diversos projetos de lei que, se aprovados, agravarão ainda mais a situação, intensificando os processos de apropriação de terras e de seus bens naturais, de modo a afastá-la de sua função social e ambiental.

O “PL da Grilagem” (Brasil, 2020a), que versa sobre a regularização fundiária e já foi aprovado na Câmara dos Deputados, está entre os mais devastadores. Se efetivamente sancionado, esse projeto de lei reforçará a grilagem, incentivando as invasões, uma vez que prevê anistia aos invasores e a privatização de terras públicas, além de estimular a continuidade das ocupações ilegais, o que contribui significativamente para o aumento do desmatamento, como já ocorre de forma avassaladora desde 2019.²⁸

Mas há vários outros nós a serem desatados, além do nó da terra, de modo que não será possível analisar todos eles neste trabalho. Assim, optei por discutir alguns daqueles que entendo como estruturais, como o *nó da relação orgânica entre o Estado e os agentes do agronegócio*; o *nó da corrupção normativa*; o *nó da concentração econômica* e o *nó da criminalização dos movimentos sociais*, os quais apresento a seguir.²⁹

Nó da relação orgânica entre o Estado e os agentes do agronegócio

Um dos nós mais apertados a sustentar o agronegócio brasileiro é o da relação orgânica entre o Estado e os agentes do setor. O Estado é um dos principais pilares das transformações da atividade agropecuária e do espaço rural brasileiro, que culminaram no modelo de produção denominado agronegócio. Isso vem ocorrendo desde o Estado intervencionista da Ditadura Militar (1964-1985), passando pelo modelo neoliberal dos anos 1990 até

²⁸ No momento, o projeto encontra-se em tramitação no Senado Federal. Para acompanhar como foi a tramitação do PL 2633/2020 (Brasil, 2020a) na Câmara dos Deputados, é possível acessar o site: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2252589>. Acesso em 25 abr. 2025.

²⁹ Entre os nós fundamentais a serem desatados, é preciso citar também o *nó da psicofera do agronegócio*. Entendo que este já está explícito no capítulo 2.

a inflexão ultraliberal (Ribeiro, 2020) hoje dominante. Ao longo desse extenso período, o Estado serviu de forma submissa aos agentes hegemônicos do agronegócio, reforçando o patrimonialismo que, historicamente, caracteriza a sociedade brasileira e, no caso em questão, a relação intrínseca entre poder econômico do agronegócio e poder político.

Um dos signos dessa realidade consiste na força da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), principal expressão institucional da Bancada Ruralista (BR), uma das maiores e mais organizadas do Congresso Nacional, com cerca de 290 membros, entre deputados e senadores.³⁰ É também uma das mais conservadoras, poderosas e bem estruturadas em termos de financiamento.³¹ Como exemplo recente, destaca-se seu importante papel como base de sustentação do governo de Michel Temer, responsável por aproximadamente 50% dos votos no processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, bem como pela rejeição das denúncias contra Temer, em meados de 2017.³²

O aumento do poder da FPA vem se intensificando, em parte, devido ao apoio oferecido aos governos desde o golpe parlamentar (Temer e Bolsonaro). Por isso, seus membros ocuparam postos-chave no Legislativo – como comissões parlamentares de peso para o agronegócio – e no Executivo, incluindo secretarias

³⁰ Após as eleições de 2018, ocorreu uma reconfiguração da FPA, que ficou mais poderosa e mais fisiológica, somando cerca de 257 deputados federais e 32 senadores em sua base. A lista completa de seus componentes com os partidos aos quais pertencem pode ser consultada em Bassi (2019).

³¹ Os recursos financeiros para a manutenção da FPA vêm do Instituto Pensar Agro (IPA), criado em 2011. Os recursos para o IPA, por sua vez, são provenientes de grandes empresas e associações diretamente ligadas ao agronegócio, nacionais e multinacionais, assim como de outros setores como bancos, entre as quais estão a Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil); a União da Indústria de Cana de Açúcar (Única); empresas como Bayer, Basf, BRF, JBS, Bunge, Syngenta, Cargill, entre outras (Arroyo, 2019).

³² Havia várias denúncias de participação de Michel Temer em esquemas de corrupção. Podemos citar entre os inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF), as mais divulgadas pela grande mídia, especialmente as associadas à cobrança de propina de empresas atuantes no Porto de Santos (SP) e à JBS, uma das principais corporações do agronegócio. Uma matéria publicada pelo Portal UOL, em 2019, cita que o emedebista era, então, alvo de dez inquéritos espalhados por Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, e já tinha sido denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) três vezes (Shalders, 2019).

e ministérios. Tal estratégia tem sido utilizada para aprovar leis que eliminam direitos sociais e trabalhistas; promovem destruição ambiental; acobertam o trabalho escravo; e retardam ou mesmo impedem a demarcação de terras indígenas e quilombolas, entre tantas outras usurpações, promovendo vários retrocessos.

Entre as maiores evidências do poder da FPA está a indicação de seus representantes ao cargo máximo do setor: o de Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Desde a posse de Michel Temer, destacaram-se dois nomes: Blairo Maggi, indicado pelo ex-presidente e que permaneceu durante a maior parte de seu mandato, e Tereza Cristina Correa da Costa Dias, nomeada por Jair Bolsonaro. A breve apresentação de seus perfis, a seguir, ilustra nitidamente o patrimonialismo vigente, aqui caracterizado pela FPA.

Blairo Maggi é um dos maiores produtores de soja do mundo e uma das figuras mais representativas do agronegócio brasileiro. É o braço político de uma importante corporação, o grupo André Maggi (Amaggi), com sede em Cuiabá (MT) e que, conforme o próprio site da corporação, controla quatro divisões empresariais ligadas ao agronegócio, atuando no plantio, processamento e comércio de grãos; produção de sementes; pecuária; venda de fertilizantes; geração de energia elétrica; administração portuária; transporte fluvial; exportação e importação, entre outros.³³

Seu primeiro mandato político ocorreu em 1994, como primeiro suplente do senador Jonas Pinheiro (PFL/MT). Foi eleito governador do Mato Grosso em 2002, reeleito em 2006, e, em 2011, tornou-se senador (Craide, 2016), cargo que deixou em maio de 2016 para assumir o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (05/2016 - 31/12/2018). Hoje, possui uma das principais fortunas do Brasil, integrando com frequência a lista dos bilionários da revista *Forbes* (Petroli, 2015; Mídia News, 2023; Forbes, 2023).

³³ Informações mais detalhadas sobre a corporação Amaggi estão disponíveis no site: <https://www.amaggi.com.br/>. Acesso em: 16 nov. 2020. Sobre as redes políticas do grupo, ver Silva (2011).

Conhecido como “rei da soja”, Blairo Maggi multiplicou seu patrimônio em poucas décadas, tornando-se proprietário de uma das principais corporações do agronegócio. Isso, porém, teve custos ambientais consideráveis: seus empreendimentos contribuíram para o desmatamento em larga escala na Amazônia Legal, inviabilizaram a demarcação de terras indígenas e propiciaram projetos de infraestrutura potencialmente nocivos à biodiversidade. Por essas e outras razões, já foi denunciado por ONGs atuantes em questões ambientais como “inimigo número 1 do meio ambiente”. Em 2005, foi agraciado com o infame troféu “Motosserra de Ouro” do Greenpeace,³⁴ por sua expressiva contribuição à devastação da floresta amazônica.³⁵

Tereza Cristina, por sua vez, não possui fortuna ou corporação comparável à de Blairo Maggi, mas tem extensa trajetória de atuação em defesa do agronegócio. Eleita deputada federal (PP-MS) em 2015, integrou a FPA e presidiu a bancada na Câmara dos Deputados antes de ser indicada ao Ministério da Agricultura. De família de pecuaristas com tradição política no Mato Grosso do Sul (neta e bisneta de ex-governadores do estado), Tereza Cristina já havia ocupado a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário (Sampaio, 2018), além de atuar como gerente-executiva em quatro secretarias: Planejamento, Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo. Também foi diretora-presidente da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e da Empresa de Gestão de Recursos Minerais (Pedrozo, 2020).

³⁴ Motosserra de Ouro é um troféu oferecido pelo Greenpeace há vários anos àqueles que mais estimulam a destruição ambiental. O prêmio já foi entregue, por exemplo, à senadora Kátia Abreu, em 2010, por ter defendido o enfraquecimento do Código Florestal, incentivando o desmatamento. Um dos últimos agraciados com o troféu foi o Deputado Federal Arthur Lira (PP-AL), na edição de 2021, então presidente da Câmara dos Deputados, pelo seu papel devastador ao colocar em votação projetos de lei que ameaçavam gravemente a Amazônia e outros ambientes naturais, os povos da floresta, do campo e da cidade e o clima global (Greenpeace Brasil, 2021).

³⁵ Para saber mais sobre a trajetória de Blairo Maggi, a formação da corporação controlada por ele e a família, assim como as estreitas relações com o Estado, consultar Gonzales (2018).

Apelidada de “musa do veneno” por sua defesa do Projeto de Lei 6.299/2002 (Brasil, 2002) – o “PL do Veneno”, que flexibiliza as regras de utilização de agrotóxicos –, assumiu o ministério sustentando essa e outras bandeiras correlatas.³⁶ Além da regulamentação para o uso de novos venenos, o projeto prevê a substituição do termo “agrotóxico”, presente na legislação desde 1989, por “defensivos fitossanitários” ou “pesticidas”. Várias instituições posicionaram-se contra as alterações, como o Ministério da Saúde, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), o Ministério Público Federal, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Instituto Nacional do Câncer (Inca), além de inúmeras organizações da sociedade civil (Carta Capital, 2018a).

Para além de erguer a bandeira pela liberação geral dos agrotóxicos, a atuação de Tereza Cristina à frente do MAPA contribuiu, direta ou indiretamente para diversos retrocessos, alguns promovidos diretamente pelo Ministério do Meio Ambiente durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Entre eles, estão a flexibilização das normas para o licenciamento ambiental; a diminuição da fiscalização realizada por instituições atuantes na proteção do meio ambiente, como o Ibama, e a suspensão da demarcação de terras indígenas, entre outros. Tais medidas comprometem processos positivos que estavam em curso na última década, como a delimitação de terras de povos originários, além de contribuir para o alarmante desmatamento no país que vem batendo recordes, especialmente entre 2019 e 2022.

Vale destacar que, após as declarações nefastas do então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles (01/01/2019 - 23/06/2021), para “passar a boiada”, enquanto organizações ambientalistas de todo o país se manifestavam pedindo sua saída³⁷, financiadores da FPA publicaram um anúncio pago

³⁶ Uma matéria publicada pelo Repórter Brasil, em 26 de setembro de 2018, mostra a relação de empresários ligados aos agrotóxicos no financiamento da campanha de Tereza Cristina para deputada federal (Camargos, 2018).

³⁷ Tais como o Greenpeace, o Observatório do Clima, entre outros.

de uma página inteira em jornais impressos de grande circulação em apoio às políticas do ministro (Agrosaber, 2020; UOL Economia, 2020), ainda que ele não tenha sido citado nominalmente. Intitulado *No meio ambiente, a burocracia também devasta*, o manifesto defendia a desburocratização como aliada à preservação ambiental.

Entre os signatários do manifesto, estavam alguns dos principais financiadores do Instituto Pensar Agro (IPA), que sustenta a Frente Parlamentar da Agropecuária e formula as políticas e estratégias do agronegócio no Brasil, inclusive para a chamada Bancada Ruralista, que atua no Congresso Nacional.³⁸ A lista dos signatários do manifesto era longa, com 88 apoiadores, e incluía, além de entidades diretamente vinculadas ao agronegócio, representantes de empreiteiras, do mercado imobiliário, entre outros.³⁹

Para finalizar as evidências do nó da relação orgânica entre o Estado e os agentes do agronegócio, apresento dois mapas bastante didáticos e esclarecedores: um, elaborado pelo IBGE (2015), mostra a produção de soja no Brasil em 2015 (Figura 1), enquanto o outro, produzido pelo Observatório das Eleições, traz os dados da votação para presidente no primeiro turno (Figura 2).⁴⁰ Esses mapas revelam a relação espacial entre as duas principais variáveis utilizadas: a área plantada com soja e o número

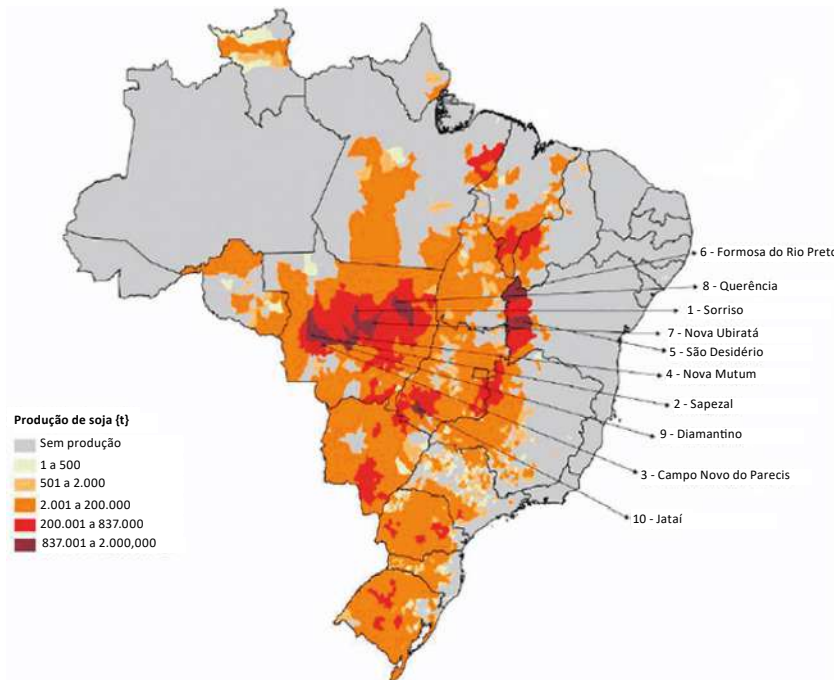
³⁸ O IPA é financiado por cerca de 50 associações, incluindo empresários da agropecuária, do setor da agroindústria alimentar e de corporações transnacionais.

³⁹ Para citar algumas, a título de exemplo: a Confederação Nacional da Agricultura (CNA); a Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil); a Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas); a Associação das Empresas Cerealistas do Brasil (Acebra); a Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana); a Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo); Confederação Nacional da Indústria (CNI); Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC); a Associação das Administradoras de Bens Imóveis e Condomínios de São Paulo (AABIC); Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc); Sindicato da Indústria da Construção do Estado de Alagoas (Sinduscon-AL); Associação Comercial de São Paulo (ACSP); Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (Alshop). A nota e a lista completa dos signatários do manifesto podem ser consultadas em Castilho (2020).

⁴⁰ Publicado pela Carta Maior, no dia 8 de outubro de 2018, com 98,3% das urnas apuradas (Carta Capital, 2018b).

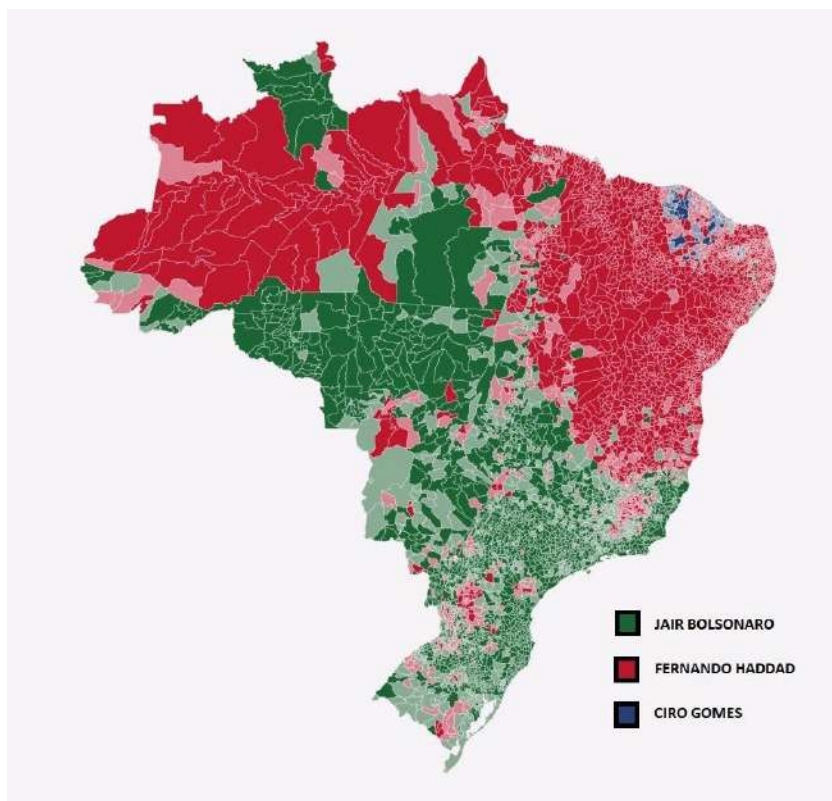
de votos para o então candidato à presidência Jair Bolsonaro. Naturalmente, são necessários estudos mais aprofundados para uma análise mais apurada da realidade. Entretanto, as figuras por si só indicam a força dos agentes do agronegócio para a eleição do presidente Bolsonaro e para a sustentação de seu governo, caso alguém ainda tivesse dúvidas. Dessa forma, afirmo que a concertação política do agronegócio tem sido muito bem-sucedida, sendo possível observar tal coalização em muitas ações do segmento nos anos recentes. Assim, esse é um nó que, efetivamente, necessita ser desatado para que se trilhem caminhos contra-hegemônicos para a construção de uma sociedade mais democrática.

Figura 1 - Brasil. Produção de soja, segundo os dez municípios maiores produtores. 2015



Fonte: IBGE, 2015.

Figura 2 - Brasil. Votação para presidente com 98,3% das urnas apuradas. 2018



Fonte: Observatório das Eleições, Carta Capital, 8 out. 2018.

O nó da corrupção normativa

Durante a trágica gestão do governo Bolsonaro, percebemos claramente duas linhas de atuação em relação à agropecuária: o desmonte de políticas públicas associadas à agricultura familiar e à soberania alimentar de uma maneira geral; e a normatização de ações ilegais, mas que favoreciam os agentes do agronegócio, ou seja, a chamada corrupção normativa.⁴¹

Nesse período, houve uma desconstrução de leis voltadas para a reforma agrária; a fiscalização e o licenciamento ambiental; a formação de estoques reguladores de alimentos; a extinção de um conjunto de conselhos e instâncias de controle social, tal

⁴¹ Sobre corrupção normativa, pode ser consultado Howes (2021).

como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); a asfixia de programas estruturais etc. Paralelamente, tivemos a formulação de um conjunto de leis, de sistemas de ação, de um novo sistema normativo para legalizar o que até então era ilegal, ou seja, ações para normatização do ilegal.

Através de seus representantes no Executivo e no Legislativo, as forças hegemônicas do agronegócio promulgaram leis para normatizar muitas ações até então ilegais. De maneira muito acelerada, desde o governo de Michel Temer até o de Bolsonaro, foram elaborados e até sancionados diversos projetos de lei com esse objetivo. Ao longo desse período, o Executivo federal praticamente utilizou seu poder regulador para realizar iniciativas de interesse de grandes empresas e corporações, incluindo do agronegócio, sempre contando com o apoio de uma parte importante de parlamentares.

Como exemplo, cito a desburocratização do processo para a posse e porte de armas de fogo, que passou a funcionar quase como uma autorização para matar, considerando-se a já conhecida violência dos conflitos no campo. Também merecem destaque os projetos que tramitam no Congresso Nacional que visam à criminalização dos movimentos sociais (Elias, 2021a);⁴² a Medida Provisória (MP) 886/2019 (Brasil, 2019b), que transfere a identificação e demarcação de terras indígenas para a alçada do Ministério da Agricultura; o PL n. 191/2020 (Brasil, 2020b), que autoriza a exploração de mineração, pecuária, recursos hídricos em terras indígenas; e a transferência da responsabilidade pela regularização de terras griladas aos municípios, com o programa Títula Brasil, entre outros.

Historicamente, a concentração fundiária e a grilagem são pilares da sociedade e do território no Brasil. Com todas essas medidas e com a crescente financeirização da agricultura, a situação tem se agravado e poderá piorar ainda mais, caso alguns dos projetos de lei em tramitação sejam sancionados, favore-

⁴² Entre os exemplos, podemos citar a instalação, no primeiro semestre de 2023, da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), utilizando como pretexto as recentes ocupações de terras realizadas pelo mais importante e representativo movimento social do campo no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

cendo os processos de apropriação de terras e de bens naturais, afastando ainda mais a terra de sua função social e ambiental.

O projeto de lei conhecido como “PL da Grilagem” (PL 2.633/2020) (Brasil, 2020a), sobre a regularização fundiária e já aprovado na Câmara dos Deputados, está entre os mais devastadores. Caso seja efetivamente sancionado, esse projeto intensificará a grilagem, incentivando invasões, uma vez que defende a anistia aos invasores, a privatização de terras públicas e a continuidade das ocupações. Isso incentivará as invasões de terra e aumentará ainda mais o desmatamento, como já observamos de forma avassaladora durante o mandato de Bolsonaro, com sucessivos recordes de queimadas e invasões na Amazônia e no Pantanal.

Nos últimos anos, percebi que diversas ações que chamo de corrupção normativa estão associadas também à financeirização da agricultura, em parte ao financiamento privado do agronegócio.⁴³ Vários novos projetos de lei foram encaminhados e alguns já foram aprovados. Entre os mais recentes e perigosos para a soberania do país, está a Lei do Agro (nº 14.421/2022) (Brasil, 2022), aprovada às pressas no último ano do governo Bolsonaro. Leis como essa aumentam ainda mais a ofensiva sobre as terras e incrementam processos de especulação fundiária no campo, facilitando a entrada de investidores estrangeiros e pessoas físicas no agronegócio.

Além disso, parece-me que algumas leis permitirão a tomada de terras dadas como garantia de empréstimos privados pelos produtores agrícolas, sem a necessidade de ação judicial, o que poderá afetar não só os pequenos e médios produtores, mas também os grandes produtores agrícolas, muitos deles áduos defensores do agronegócio. Todo esse panorama se desenrolou sem debates com a sociedade e as leis obtiveram rápida aprovação no Legislativo.⁴⁴

A terra, que sempre foi um bem particularmente diferenciado, já que não é passível de reprodução ao livre arbítrio do homem, tem passado da lógica produtiva para a lógica financeiri-

⁴³ Sobre as recentes formas de financiamento privado do agronegócio, ver: Schedenfeldt et al. (2021) e Boechat (2024).

⁴⁴ Vale a leitura da matéria de Peres e Almeida (2021).

rizada, entrelaçando-se com o capital financeiro e seus novos instrumentos, como os fundos de investimentos e as letras de câmbio, entre outros, permitindo uma expressiva entrada de capital estrangeiro no campo, inclusive como proprietários de terra, o que, por enquanto, ainda é ilegal no Brasil.

O grande esforço pelas mudanças nas leis de regularização fundiária e de financeirização da agricultura são de tal magnitude, que me sinto compelida a concordar com os que afirmam que, entre os principais objetivos do golpe parlamentar de 2016, estava o golpe fundiário, visando o acesso ilimitado às terras públicas.

Indubitavelmente, a corrupção normativa inerente à financeirização da agricultura é um nó que precisa ser desatado, por induzir fortemente a grilagem, a concentração fundiária, a elevação do preço das terras, a estrangeirização das terras e a redução da produção de alimentos da cesta básica, entre outros processos impeditivos para a reconstrução e transformação da sociedade e do território brasileiros.

Através da corrupção normativa, é possível observar a força da concertação política do agronegócio, o que reforça nossa hipótese de que as alterações nas leis que regulam esse setor constituem um dos nós mais apertados e que necessita ser desatado com urgência.

O nó da concentração econômica

A formação de corporações é um processo próprio do capitalismo no período histórico atual – como já detalhado por Santos (1979b, 1996, 2000) e Oliveira (2016), entre outros autores –, aplicando-se também ao agronegócio globalizado. Exemplifico esse processo a partir da agroindústria alimentar e dos supermercados, dois dos principais pilares do agronegócio no Brasil.

A agroindústria é uma atividade industrial que engloba o beneficiamento, o processamento ou a transformação de produtos originados da agropecuária. Ela pode ser dividida em dois grandes ramos, que têm crescido significativamente no Brasil, paralelamente à reestruturação produtiva da agropecuária: agroindústria alimentar e não alimentar.

Uma consulta à Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)⁴⁵ permitiu identificar 16 grupos de atividades da indústria de transformação que podem ser classificadas como agroindústria. Desses, nove estão associados à agroindústria alimentar e sete à não alimentar,⁴⁶ sendo que cada grupo se desdobra em várias classes. O conjunto da agroindústria alimentar engloba os seguintes grupos: 1. Abate e preparação de produtos de carne e de pescado; 2. Processamento, preservação e produção de conservas de frutas, legumes e outros vegetais; 3. Produção de óleos e gorduras vegetais e animais; 4. Laticínios; 5. Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de rações balanceadas para animais; 6. Fabricação e refino de açúcar; 7. Torrefação e moagem de café; 8. Fabricação de outros produtos alimentícios e; 9. Fabricação de bebidas.⁴⁷

As agroindústrias destacam-se não só na economia industrial, mas também têm dominado cada vez mais as atividades agropecuárias, uma vez que alguns de seus segmentos se encontram monopolizados pelo capital agroindustrial – como é o caso da avicultura, da pecuária leiteira, da produção de coco e de castanha de caju, entre outros –, evidenciando que a expansão do capitalismo monopolista também ocorre por meio da sujeição da agricultura às indústrias (Oliveira, 2010).

No Brasil, a concentração na agroindústria alimentar está entre as maiores no mundo, uma vez que cerca de 65% das compras de produtos alimentares de uma família são produzidas por somente dez corporações. Em contrapartida, os supermercados

⁴⁵ “A CNAE é o instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país. Trata-se de um detalhamento da CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas, aplicada a todos os agentes econômicos que estão engajados na produção de bens e serviços, podendo compreender estabelecimentos de empresas privadas ou públicas, estabelecimentos agrícolas, organismos públicos e privados, instituições sem fins lucrativos e agentes autônomos (pessoa física)” (Brasil, s. d., *on-line*).

⁴⁶ Os sete grupos do ramo da agroindústria não alimentar são: 1) fabricação de calçados de couro; 2) tecelagem; 3) fiação; 4) curtimento e outras preparações de couro; 5) fabricação de produtos do fumo; 6) beneficiamento de fibras têxteis naturais e 7) produção de álcool.

⁴⁷ Esses nove grupos se subdividem em 36 classes. Para saber mais detalhes, consultar Elias (2021b).

são responsáveis por mais da metade dos alimentos comercializados nas principais cidades brasileiras. Poucas corporações varejistas detêm o controle quase absoluto sobre os preços, o que lhes garante um maior poder de pressão até mesmo sobre as corporações da agroindústria alimentar.⁴⁸ Estabelecendo um paralelo mais específico com a afirmação de Milton Santos (1987) sobre supermercados e *shopping centers*, afirmo que os supermercados se transformaram nos verdadeiros templos modernos do consumo do alimento-mercadoria.

Conforme o *ranking* da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS, 2020), somente cinco redes dominavam o mercado brasileiro em 2020. Em 2021, o *Carrefour*, maior rede de supermercados, comprou o grupo *Big*, terceira maior rede, ampliando sua base de clientes no Brasil para cerca de 60 milhões de consumidores, o que corresponde a 28,5% da população brasileira.

Dessa maneira, as corporações da agroindústria alimentar e dos supermercados cada vez mais definem o que comemos e o quanto pagamos, tendo lucrado ainda mais desde o contexto da pandemia de Covid-19. Nesse ponto, vale lembrar que, atualmente, os alimentos são responsáveis por grande parte do faturamento das maiores redes.

O nó da criminalização dos movimentos sociais

A criminalização dos movimentos sociais é outro nó que se tornou mais apertado a partir do golpe parlamentar de 2016. Vivemos um momento de extrema ofensiva conservadora da direita e da extrema direita, empenhadas em criminalizar e intimidar todos aqueles que lutam por um Brasil justo e soberano. Atos de violência e de ódio vêm sendo propagados intensamente nas redes sociais, reverberando fortemente em várias instâncias.

⁴⁸ É comum que as grandes redes varejistas façam muitas exigências aos seus fornecedores para a venda de seus produtos. Em entrevista realizada com um pecuarista, dono de laticínio e dirigente de sindicato patronal do segmento no estado do Ceará, em 2025, foi revelado que é frequente, ao firmarem contrato com um supermercado, que tenham que fazer a primeira cessão gratuitamente, sem receber nenhum pagamento pelos produtos, prática conhecida no meio como de entrega de “enxoval”.

Trata-se de mais uma demonstração da violência dos setores da elite econômica e política brasileira, dispostos a promover uma onda de abusos e ódio contra a camada mais pobre da população.

A cada dia, são noticiadas intolerâncias contra os movimentos populares, os migrantes, a população negra, LGBTQIAPN+ etc., demonstrando um cenário no qual a ilegalidade e a falta de ética são mais a regra do que a exceção, por parte das polícias e da mídia. Parte da mídia criminaliza os movimentos populares (do campo, indígenas etc.), criando um clima que legitima a repressão por parte das polícias e das milícias armadas do campo e da cidade.

Alguns expoentes deste momento de retrocesso político se sentem à vontade para destilar sua verborragia criminosa, atacando as comunidades indígenas e quilombolas, os trabalhadores agrícolas sem-terra e as pessoas trans. Defendem, em público e sem nenhum constrangimento, que devemos acabar com reservas indígenas e os quilombos. Em parte, se valem da normatização oficial, sobretudo ao tentar aprovar projetos de lei, como o que visa enquadrar os movimentos sociais na Lei Antiterrorismo, aprovada em 2016 (Brasil, 2016a), por ocasião das Olimpíadas no Rio de Janeiro. Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 5.065/2016 (Brasil, 2016b), que tipifica atos de terrorismo por motivação ideológica, política, social e criminal. Isso constitui quase uma permissão para enquadrar os movimentos sociais e seus manifestantes de maneira geral como terroristas.⁴⁹

Infelizmente, esse PL é somente um dos que estão em tramitação no Congresso Nacional e que têm como mote o combate ao “terrorismo”. Efetivamente, há um conjunto de projetos de mesma natureza, liderados por aliados de Jair Bolsonaro e que visam cercear direitos da população não alinhada ao ex-presidente. Entre as propostas, temos até a legalização da infiltração de agentes do Estado e o monitoramento telefônico e digital de grupos considerados suspeitos de “atos terroristas”. Ainda mais

⁴⁹ A autoria do PL é do deputado Delegado Edson Moreira (PR-MG). Uma consulta realizada no site da Câmara dos Deputados em fevereiro de 2025 mostra que o projeto de lei estava apensado ao PL 149/2003 (Brasil, 2003) – pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) (Brasil, 2016b).

preocupante é o fato de que alguns PLs podem ser aprovados diretamente em comissões das casas legislativas, sem necessidade de votação em plenário.⁵⁰

É possível relacionar a tramitação desses PLs às declarações – no mínimo desastrosas – feitas pelo então Ministro da Economia Paulo Guedes (01/01/2018 - 31/12/2022) e pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP, 2015-)⁵¹, no segundo semestre de 2019, por ocasião de manifestações populares de rua no Brasil, sobre a possibilidade de recriar um “novo Ato Institucional Número 5”. Tais declarações foram amplamente divulgadas pela grande mídia em geral.

Para os mais jovens ou aqueles que estão inebriados com posições de direita ou de extrema direita, recorro que o AI-5 foi um dos mais perversos do período da Ditadura Militar brasileira (1964-1985). Promulgado em 1968, vigorou por dez anos e foi responsável por inúmeras ações arbitrárias. Direitos fundamentais foram revogados, possibilitando a tortura, a censura aos meios de comunicação, a intervenção do Governo Federal em estados e municípios, a cassação de mandatos de parlamentares, o fim do *habeas corpus*, entre outras ações. Trocando em miúdos, o AI-5 concedia aos militares poder de exceção para perseguir e punir pessoas consideradas inimigas do regime.⁵²

Esse cenário é bastante preocupante e a aprovação de um ou de alguns desses projetos representará um enorme retrocesso ao direito de livre manifestação do cidadão brasileiro. A título de exemplo, considerando o teor de tais PLs, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) poderiam ser classificados como grupos terroristas. Por isso, incluí o nó da criminalização dos movimentos sociais como um dos nós imprescindíveis a ser desatado para a construção de uma sociedade mais plural.

⁵⁰ Sobre o tema, pode ser visto: Oliveira e Gabriel (2023) e Senado Notícias (2019).

⁵¹ Deputado Federal desde 2015, hoje em seu terceiro mandato (2015-2019, 2019-2023, 2023-2027).

⁵² As falas do Ministro da Economia e do deputado federal suscitaram publicações nas mídias oficiais e alternativas tratando do AI-5. Entre elas, citamos Valente et al. (2020), Sudré (2019) e Betim (2019).

PARTE II

Economia política da urbanização e das cidades do agronegócio

Discutirei, neste capítulo, a tese que defendo, segundo a qual é possível identificar cidades, municípios e regiões no Brasil, cuja intensificação da urbanização, assim como a constituição de novas regionalizações, decorrem diretamente da consecução e da expansão do agronegócio globalizado. Em face de seu caráter espacialmente seletivo, socialmente excludente e ambientalmente insustentável, a reestruturação produtiva da agropecuária e a difusão do agronegócio acirram a divisão social e territorial do trabalho. Concomitantemente, processam-se a fragmentação do espaço, o incremento da urbanização e a formação de novas especializações territoriais produtivas.

A busca de explicações para esses processos leva-me a considerar a forte integração da atividade agropecuária vinculada ao agronegócio com os circuitos da economia urbana, desenvolvendo-se uma extensa gama de novas relações entre o espaço agrícola racionalizado e os espaços urbanos próximos. Essas relações estão atreladas às demandas produtivas de serviços e produtos especializados por parte das empresas e corporações do agronegócio, seja para a produção, o armazenamento, o escoamento da produção, entre outros.

Dessa forma, o agronegócio desempenha um papel vital para a intensificação da urbanização e para o crescimento de cidades locais e mesmo de porte médio, fortalecendo-as em termos econômicos e demográficos. Nessas cidades, se realiza parte da materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado, à medida que elas passam a exercer novas funções e a compor importantes nós, pontos ou manchas do agronegócio, como fornecedoras de mão de obra (especializada e braçal), recursos financeiros, insumos químicos,

máquinas agrícolas, assistência técnica, entre outros, dinamizando as relações campo-cidade, a economia urbana e a reorganização urbano-regional.

Quanto mais dinâmico for o agronegócio e quanto mais globalizados forem os seus circuitos espaciais da produção e seus círculos de cooperação, maiores e mais emaranhadas se tornam as relações entre o campo e as cidades inseridas em regiões agrícolas de produção de *commodities*. Assim, apesar de suas muitas especificidades, a difusão do agronegócio explica, em parte, a expansão do meio técnico-científico-informacional e a urbanização em diferentes áreas do país.

Esses fatos contribuíram para que a urbanização brasileira deixasse de ser predominantemente litorânea, como ocorreu durante séculos, desencadeando transformações em áreas antes não consideradas para produções agrícolas mais intensivas, como em partes das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, onde se tem expandido de forma mais acelerada a produção da pecuária, de grãos, de frutas tropicais, de cana-de-açúcar, entre outras culturas, desde a década de 1990.

Para atender às demandas do agronegócio, novos fixos artificiais se sobrepõem à natureza em parte dos espaços agrícolas (armazéns, silos, indústrias de processamento, terminais de carga, escritórios das empresas agrícolas, centros de capacitação, alojamentos para trabalhadores agrícolas, *packinghouses*), (re)produzindo esses espaços e ampliando a complexidade dos seus sistemas de objetos. O resultado é uma remodelação desses espaços, que se tornam cada vez mais rígidos e mais rugosos.⁵³

Como a gestão desse agronegócio necessita da sociabilidade e dos espaços urbanos, a (re)estruturação territorial ocorre também nos espaços urbanos próximos, o que explica parcialmente a interiorização da urbanização promovida pelas novas relações estabelecidas pelas atividades associadas ao setor e desencadeadas pelas demandas de produtos e serviços especia-

⁵³ Sobre rugosidades no espaço, consultar Santos (1988).

lizados, incrementando o consumo produtivo (Santos, 1988) do agronegócio (Elias, 2003a, 2015a, 2022b).

O consumo produtivo do agronegócio está diretamente relacionado às condições gerais de produção do setor, sendo inerente à reprodução dos meios de produção (bens e serviços) para sua consecução em distintas atividades agropecuárias e agroindustriais. Dessa forma, a reestruturação produtiva da agropecuária e a difusão do agronegócio no Brasil ampliam não somente a produção agrícola e agroindustrial, mas também são determinantes para a expansão qualitativa e quantitativa do terciário e da urbanização nas áreas de difusão do agronegócio.

Entre outros resultados, há o desenvolvimento de uma tipologia de cidade com funções intimamente associadas ao agronegócio (Elias, 2003a, 2022c). Entendo, portanto, que o consumo produtivo do agronegócio é uma categoria importante para compreendermos a economia urbana e as características da urbanização em áreas de difusão do setor.

Isso elucida, em parte, a reestruturação do território e a organização de um novo sistema urbano brasileiro, muito mais complexo do que era observado há 30 ou 40 anos, invalidando algumas explicações sobre a rede e a hierarquia urbanas clássicas (cidades maiores tendo as menores como tributárias), que valiam até então, como Milton Santos já destacava ainda na década de 1980 (Santos, 1988).

Em todas as áreas de expansão do agronegócio no Brasil, é visível o crescimento da urbanização, além da subdivisão e da criação de novos municípios, tanto em áreas que já se destacavam pela produção agrícola intensiva, como nas regiões Sul e Sudeste, quanto em outras mais recentemente ocupadas com esse tipo de produção. Várias cidades classificadas como pequenas ou de porte médio⁵⁴ têm parte importante de suas economias associadas à produção agrícola e/ou agroindustrial, compondo exemplos de urbanização funcional vinculada ao agronegócio.

⁵⁴ Sobre cidades médias sugerimos, entre outros, os trabalhos de Sposito (2010a, 2010b).

Isso ocorre principalmente porque os agentes hegemônicos do agronegócio impõem especializações territoriais profundas, gerando o que Santos (1988, 1993, 1996, 2000) chamou de produção de espaços corporativos, nos quais as empresas (re) produzem o espaço ao sabor de suas necessidades. Assim, as demandas das grandes empresas e corporações, agropecuárias e agroindustriais, têm o poder de adaptar os espaços próximos – agrícolas ou urbanos – às suas demandas, pouco importando as necessidades das populações locais.

Muitas atividades disseminam-se por todas as áreas de difusão do agronegócio, podendo-se citar: as casas de comércio de implementos agrícolas, de sementes, grãos, fertilizantes; os escritórios de *marketing* e de consultoria contábil; os centros de pesquisa biotecnológica; as empresas de assistência técnica, de transportes de carga; os serviços de especialistas em engenharia genética, veterinária, meteorologia, agronomia, economia, administração pública; os cursos técnicos de nível médio; os cursos superiores voltados ao agronegócio, entre tantos outros.

Isso mostra que parte do processo produtivo dessas atividades, incluindo sua gestão, é urbana. Nas áreas onde o agronegócio se propaga mais rapidamente e há mais tempo, a diversidade e o grau de complexidade dos produtos e serviços aos quais é possível ter acesso são surpreendentes. O aumento da produção não material nos espaços urbanos não metropolitanos nas áreas de difusão do agronegócio se deve ainda ao crescimento populacional e à revolução do consumo, esta última erigida sob os auspícios do consumo de massa, multiplicando o número de estabelecimentos comerciais e de serviços de uma vasta gama de ramos.

Os elementos que estruturam essas relações entre campo e cidade e o crescimento da população urbana também podem ser encontrados, como já citamos, sob a forma de apropriação privada da terra, resultando na expulsão daqueles que não detêm sua propriedade, o que gerou intensos movimentos de êxodo rural, notadamente nas décadas de 1960 e 1970. Em um primeiro momento, esse êxodo ocorreu especialmente nas regiões Sudeste e Sul, expandindo-se para as demais regiões nas déca-

das seguintes, com processos de migração não só inter-regional, mas posteriormente também intrarregional.

Por outro lado, a partir da década de 1980, passaram a ocorrer movimentos distintos de migração, como o da mão de obra especializada, oriunda muitas vezes das metrópoles, para as áreas de difusão do agronegócio. Esse fato marcou uma nova dinâmica populacional brasileira, caracterizada pela saída de trabalhadores especializados das metrópoles do país em direção a cidades médias ou pequenas com elevado dinamismo econômico. Essa realidade também aponta para o incremento das relações assalariadas na atividade agropecuária.

Os fenômenos da macrourbanização e de metropolização, característicos da urbanização brasileira desde os anos 1960, ocorrem paralelamente ao crescimento de cidades pequenas e de porte médio, a partir da década de 1980, tornando mais densa e complexa a rede urbana brasileira, uma vez que se intensificam tanto os fatores de dispersão, incluso do agronegócio, quanto os de concentração.

Entre os resultados desses processos, merecem destaque a significativa remodelação do território e a organização de um novo sistema urbano, assim como a formação de novas regionalizações, frutos de especializações territoriais produtivas. No caso em questão, processa-se, em última instância, a produção de regiões e cidades especializadas e corporativas concernentes ao agronegócio globalizado, às quais denomino regiões produtivas e cidades do agronegócio, noções que discutirei na primeira seção deste capítulo.⁵⁵

As seções subsequentes do capítulo versam sobre duas regiões produtivas distintas: a primeira, uma das que denomino como região produtiva do agronegócio de frutas do Semiárido, é formada por municípios do Ceará e do Rio Grande do Norte e constitui, hoje, a principal região produtora e exportadora de melão do país; enquanto a segunda, conhecida como Matopiba, abrange o oeste da Bahia, o sul do Maranhão, o sul do Piauí e

⁵⁵ Sobre regiões produtivas e cidades do agronegócio pode ser visto, entre outros, Elias (2006a, 2010, 2011, 2012, 2015b, 2017a, 2022a,b,d).

partes do Tocantins, é especializada na produção de grãos, notadamente soja, milho e algodão.

5.1. Urbanização corporativa fragmentada

Na presente seção, apresento algumas teses que defendo, totalmente interligadas. A primeira é a de que o agronegócio é um dos principais vetores de reorganização do território brasileiro, especialmente desde os anos 1970, promovendo a urbanização e a (re)estruturação urbano-regional em várias partes do país (Elias, 2003a,b, 2022a,c). A segunda leva em conta os usos extremamente predatórios do território pelo agronegócio, mostrando que a urbanização decorrente fragmenta o território nacional, formando regiões produtivas altamente especializadas na produção de *commodities*, agrocombustíveis ou alimentos processados (Elias, 2006a,b). A terceira tese, por sua vez, totalmente relacionada às anteriores defende que a urbanização promovida pelo agronegócio é calcada nos interesses das grandes empresas e corporações, podendo ser classificada como uma urbanização corporativa, constituindo uma das evidências da forma subordinada e dependente pela qual Brasil se insere na divisão internacional do trabalho do segmento (ELIAS, 2006c, 2022a,b, 2025).

Nesta seção, adoto como estratégia de análise os processos de fragmentação do território e de formação de regiões produtivas especializadas, partindo do entendimento de Santos (1996), segundo o qual a divisão territorial do trabalho é uma das categorias analíticas internas do espaço, sendo a região um dos seus principais recortes espaciais, da mesma forma que é por meio do lugar que o mundo pode ser empiricamente percebido e melhor analisado.

Início pela noção de produtividade espacial de Santos (1996). Segundo o autor, os lugares se distinguem por suas diferentes capacidades de oferecer rentabilidade aos investimentos produtivos, a qual pode ser maior ou menor, em função das condições locais de ordem natural, técnica e organizacional (leis,

impostos, relações trabalhistas, entre outros). Dessa forma, as distintas condições naturais, somadas às diferentes composições dos sistemas de objetos e sistemas de ação resultam em produtividades espaciais desiguais.

Ainda de acordo com Santos (1988, 1993, 1996, 2000), a globalização aumentou a dialética entre a ordem global e a ordem local. Assim, a própria globalização econômica produz a fragmentação do território, uma vez que os agentes econômicos hegemônicos atuam de forma extremamente seletiva, ou seja, fazem uso seletivo do espaço, preferindo os lugares com mais possibilidades de maximizar o lucro e, nesse caso, também de melhor extrair a renda da terra, promovendo especializações territoriais produtivas.

Compreendo que isso ajuda a explicar por que, juntamente com a dispersão espacial do agronegócio por todo o território brasileiro, tenha ocorrido um acirramento da divisão territorial do trabalho no segmento, gerando a fragmentação do território e a formação de novos arranjos produtivos altamente especializados, que venho chamando de regiões produtivas do agronegócio (RPAs).

Diante do exposto, entendo que o estudo dessas regiões totalmente associadas às formas de uso do território pelo agronegócio, é fundamental para revelar como ocorre a produção do espaço vinculado a esse setor, um espaço corporativo. Da mesma forma, nos ajuda a compreender parte da própria economia política da urbanização brasileira nos últimos cinquenta anos, resultado da herança histórica, da economia, da sociedade e do território do agronegócio, em consonância com as particularidades e singularidades do processo geral de urbanização brasileira.

5.1.1. Agronegócio e seletividade espacial: regiões produtivas do agronegócio

Nesta seção, explanarei um pouco mais sobre o que chamo de região produtiva do agronegócio (RPA).⁵⁶ Trata-se de um

⁵⁶ Visando não repetir excessivamente a expressão região produtiva do agronegócio, por vezes, utilizarei a sigla RPA.

recorte espacial, formado por um espaço agrícola extremamente racionalizado e especializado na produção de *commodities* agrícolas, agrocombustíveis, animais para abate, entre outros, somado a espaços urbanos não metropolitanos, cidades pequenas e de porte médio, com funções especializadas para atender às demandas da produção agropecuária e agroindustrial componentes do agronegócio.

Nas RPAs, as relações campo-cidade são constantes, complexas, e de várias naturezas e intensidades. Os fluxos diários de trabalhadores, agrotóxicos, máquinas agrícolas, capital, caminhões de carga etc. entre o campo e a cidade evidenciam um enfraquecimento da clássica dicotomia campo-cidade. Nessas regiões, parece mais adequado pensar em um *continuum*, funcionando como uma verdadeira economia de escala,⁵⁷ onde a tecnosfera e a psicosfera do agronegócio, ou seja, sua materialidade e sua ideologia, estão mais desenvolvidas e consolidadas do que em outras regiões, propiciando maior competitividade aos agentes hegemônicos do agronegócio.

Nas últimas décadas, especialmente nos últimos trinta anos, formaram-se RPAs em todo o território nacional. Elas geralmente são geridas por agentes econômicos exógenos, que introduzem novos processos econômicos e produtivos, assim como práticas espaciais totalmente associadas aos interesses das empresas e corporações transnacionais do agronegócio e de seus aliados nacionais. Nelas, são implantados sistemas de objetos que conferem maior fluidez ao espaço regional, conectando-o diretamente aos locais de consumo e comando, em níveis nacional e mundial, evidenciando um verdadeiro curto-circuito da lógica hierárquica clássica da rede urbana.

Parece-me inequívoco que as RPAs constituem regiões onde os capitais do agronegócio têm cada vez mais domínio sobre os meios de produção, as terras, a tecnologia, a logística, os trabalhadores e, muitas vezes, também sobre as esferas locais de poder, com grande capacidade de interferência sobre a produção

⁵⁷ Sobre economia de escala ver Sandroni (2008).

dos próprios espaços urbanos que as compõem. Isso evidencia que as necessidades das corporações do agronegócio impactam diretamente não só nas formas de produção do espaço agrícola, mas também no espaço urbano e regional.

É importante destacar que a RPA é somente uma parte do território do agronegócio, que se articula direta e permanentemente aos centros de poder e consumo em níveis nacional e mundial para a acumulação ampliada do capital do agronegócio. Isso significa que, nas RPAs, as verticalidades, ou seja, as relações extra locais, os interesses externos, predominam sobre as horizontalidades, lembrando que, para Santos (1993, 1996), ambas são recortes espaciais do tempo da globalização. Dessa forma, a solidariedade organizacional, erigida sob os auspícios dos agentes hegemônicos do agronegócio, prevalece sobre a solidariedade orgânica, local e historicamente tecida, que vai sendo parcialmente substituída.

Assim, as relações econômicas do agronegócio extrapolam a escala do lugar, da região e mesmo do país, uma vez que seus circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação só se completam associando diferentes lugares do mundo. Faz-se necessário, então, considerar a produção em rede do agronegócio, que engloba desde as áreas de produção agropecuária propriamente ditas, como as RPAs, incluindo todos os fixos e fluxos, sistemas de objetos e sistemas de ação associados, distribuídos por diferentes países em todos os continentes.

Isto posto, compreendemos que as regiões produtivas do agronegócio são, em essência, meros territórios do fazer do agronegócio, comandados por grandes empresas e corporações transnacionais. Se as RPAs são territórios meramente do fazer, é evidente que há uma dissociação entre esses espaços e os lugares de comando do agronegócio, localizados sobretudo nas metrópoles globais, incluindo a cidade de São Paulo.⁵⁸

Diante do exposto, torna-se incontestável o fato de que as RPAs guardam pouca semelhança com a concepção clássica de

⁵⁸ Sobre as noções de lugar do fazer e lugar do reger, consultar Santos (1993).

região, tal como historicamente concebida e trabalhada pela Geografia. Segundo a noção clássica, a região era dotada de certa autonomia, com alguma independência das relações com o restante do país e com o sistema mundial, além de ser caracterizada por certa imobilidade dos fatores de produção, mantendo-se fechada em si mesma. Essas características, contudo, não se aplicam ao que considero regiões produtivas do agronegócio (Elias, 2011, 2022b).

Cabe destacar ainda que as regiões produtivas do agronegócio, de maneira geral, não obedecem aos limites político-administrativos oficiais, sendo comum uma mesma RPA abranger municípios de diferentes unidades da federação (Elias, 2006a, 2011, 2022c). O exemplo mais conhecido é o do Matopiba, composto por municípios do oeste da Bahia, sul do Maranhão, sul do Piauí e partes do Tocantins.⁵⁹ Outros casos célebres incluem Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), com destaque para a produção frutas, especialmente de uva e manga, ou ainda a região polarizada por Mossoró (RN) e Limoeiro do Norte (CE), a mais importante produtora de melão do país (Elias, 2006a),⁶⁰ entre várias outras.

As RPAs devem ser compreendidas como regiões funcionais do agronegócio, articuladas por circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação de diferentes *commodities*. São espaços cada vez menos resistentes às ingerências dos agentes hegemônicos do agronegócio e aos novos signos do período histórico atual, convertendo-se, assim, em meros territórios de privatização de bens comuns e de extração de riquezas.⁶¹

⁵⁹ Uma discussão mais aprofundada sobre o agronegócio na região será desenvolvida na segunda subseção desta.

⁶⁰ O caso dessa região será discutido na primeira subseção da presente seção.

⁶¹ A primeira pesquisa que realizei sobre uma RPA se referiu à região de Ribeirão Preto (SP). Esse trabalho resultou em minha tese de doutorado, defendida através do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP), em 1996, sob orientação do professor Milton Santos e, posteriormente, publicada como livro (Elias, 2003a e 2018 - reimpressão). Na época, muitos conceitos, noções e conclusões não tinham exatamente os contornos que assumem hoje, sendo que alguns foram sendo lapidados, aperfeiçoados etc. Por outro lado, o último estudo que realizei sobre uma RPA está publicado como artigo científico (Elias, 2024b) e teve como

5.1.2 Cidades do agronegócio: o mito do direito à cidade

A presente seção está alicerçada na tese que defendo, segundo a qual é na cidade que se processa parte da materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio. Para discorrer sobre esse tema, o elemento central de análise será o que denomino cidades do agronegócio.

A noção de cidade do agronegócio é uma derivação do conceito de cidade do campo, proposto por Milton Santos (1988, 1993). Utilizei esse conceito por cerca de dez anos, mas, desde o final dos anos 1990, optei por substituí-lo por “cidade do agronegócio”, para explicitar mais precisamente os agentes e interesses aos quais a produção desses espaços está associada, buscando melhor consolidar conceitualmente essa nova formulação.⁶²

Uma característica essencial do agronegócio é sua crescente dependência de produtos e serviços modernos e especializados. Isso indica que o agronegócio não se realiza exclusivamente no campo, mas exige relações permanentes e complexas com cidades de diferentes tipos e tamanhos, ou seja, de distintos estratos da rede urbana e em diversas escalas geográficas.

As cidades do agronegócio estão inseridas nas RPAs e são aquelas mais especializadas no atendimento às demandas do agronegócio. São espaços urbanos não metropolitanos, cidades de pequeno e médio porte, que mantêm interação constante tanto com os espaços agrícolas altamente racionalizados que polarizam quanto com o espaço regional ao qual pertencem.

Essas cidades garantem o atendimento às necessidades mais imediatas para a reprodução do capital do agronegócio, como atividades de gestão local e regional da produção; de produtos e serviços especializados; de mão de obra, entre outras. Ao desempenharem funções especializadas para o agronegócio, estabelecem também intensas relações com as escalas nacional

objeto de análise a principal região produtiva de melão no Brasil atualmente, formada por municípios do Ceará e do Rio Grande do Norte, cuja discussão será apresentada especialmente na seção 5.2 deste capítulo.

⁶² Entre meus últimos artigos mais diretamente relacionados ao tema, cito: Elias (2022a,c,d).

e internacional, seja em função dos mercados consumidores, da gestão global ou da obtenção de insumos modernos, entre outros fatores.

Segundo Corrêa (2010), a especialização de uma cidade pode ser apreendida por meio da leitura de suas funções urbanas. Assim, entendo como cidades do agronegócio aquelas cujas funções associadas ao setor têm centralidade em suas economias, constituindo-se em elos estruturais de suas relações econômicas, sociais, políticas e territoriais.

As especializações das cidades do agronegócio ocorrem porque os agentes hegemônicos do segmento detêm o poder de impor especializações econômicas e territoriais cada vez mais profundas a esses espaços urbanos não metropolitanos. Em função disso e considerando que cada *commodity* demanda produtos e serviços específicos (por exemplo, os da soja são diferentes dos da cana-de-açúcar, que se distinguem dos do milho, dos de melão, café e assim por diante), as cidades do agronegócio se tornam cada vez mais especializadas, embora apresentem inúmeras semelhanças entre si.

Nelas, instalam-se as agroindústrias (frigoríficos, esmagadoras de soja, laticínios, torrefadoras de café etc.); parte das indústrias metalmeccânicas voltadas à agropecuária e à agroindústria; lojas de máquinas agrícolas; e empresas imobiliárias rurais. Também é lá que ocorrem grandes feiras agropecuárias (Agrishow, Fenasuco, Tecnoshow, Comigo, Expoagro etc.) e se localizam os escritórios de grandes empresas de logística e os serviços de consultoria e assistências técnicas variadas (comércio exterior, irrigação, financeira, silagem, fusões e aquisições, formação de *agtechs* etc.).

Essas cidades também abrigam os trabalhadores agrícolas não rurais, especializados ou não, que exercem atividades agropecuárias, mas residem nas cidades, assim como os funcionários das agroindústrias, dos silos, das granjas, os proprietários dos estabelecimentos agropecuários, entre outros.

Além disso, as cidades do agronegócio exercem centralidade em amplas regiões produtivas de *commodities* (café, soja, milho,

cana-de-açúcar etc.) e constituem elos entre esses espaços agrícolas – extremamente racionalizados, com produções realizadas com altos índices de ciência, tecnologia, informação e capital – e o espaço urbano-regional. Assim, essas cidades devem ser compreendidas a partir de suas interações com os espaços agrícola e regional.

Nas últimas décadas, as cidades do agronegócio têm apresentado expressivo crescimento econômico, territorial e demográfico, podendo ser encontradas em todo o Brasil. Algumas, com funções fortemente vinculadas ao agronegócio são mais antigas e já existiam antes da difusão desse modelo produtivo, encontrando-se em permanente processo de (re)estruturação para atender aos interesses econômicos e políticos do segmento. Santarém (PA), Barreiras (BA), Balsas (MA) e Rondonópolis (MT) são exemplos desse caso.

Outras, por sua vez, já nascem e se expandem como fruto da difusão do agronegócio, do acirramento da divisão social e territorial do trabalho na região produtiva onde estão inseridas e das disputas políticas que esse processo engendra, especialmente nas fronteiras agrícolas. A cidade de Luiz Eduardo Magalhães (BA), emancipada em 2000, antigo distrito do município de Barreiras, é um exemplo disso. Outros exemplos incluem cidades ao longo da BR-163, no Mato Grosso, como Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso, todas sedes de municípios emancipados na segunda metade da década de 1980.

Junto ao agronegócio, há uma miríade de outros interesses e processos concomitantes. O próprio desmembramento do território e a respectiva formação de municípios é estruturante para a expansão das fronteiras capitalistas. Esse processo não se encerra com a fragmentação do território, uma vez que a existência do município potencializa – dada sua condição de ente federado – um conjunto de outros processos, como a própria estruturação oficial de um poder local (Santos, 2023). Da mesma forma, a produção da cidade é um grande negócio, pois reproduz não somente as condições necessárias para a acumulação do capital no espaço urbano, como também produz direta-

mente o capital por meio da produção do espaço urbano (Carlos, Volochko, Alvarez, 2015).

Dessa forma, quanto mais avançam as forças capitalistas e mais acirrada for a divisão social e territorial do trabalho em uma região produtiva do agronegócio, maiores as possibilidades da fragmentação de seu território e da região apresentar cidades com distintos níveis de urbanização e de especialização. Em algumas RPAs, observa-se a existência de certa hierarquia urbana e especialização funcional entre as cidades, sendo que a centralidade urbana principal da região é, em muitos casos, exercida por uma cidade de porte médio, que desempenha papéis regionais.

Exemplo disso é a RPA polarizada por Ribeirão Preto, no interior do estado de São Paulo, indubitavelmente um ícone da economia e do território do agronegócio no Brasil. Durante a pesquisa de minha tese de doutorado, ainda no final da década de 1980, observei, nessa região, a existência de diferentes cidades extremamente especializadas, como era Matão, a “cidade do suco de laranja”, ou Sertãozinho, a “cidade sucroalcooleira” (Elias, 2003a). Ribeirão Preto, por sua vez, polarizava um amplo espaço agrícola, altamente racionalizado e especializado na produção de algumas importantes *commodities*, além de exercer papéis clássicos de uma cidade com funções regionais. O município também exercia centralidade na oferta de produtos e serviços modernos voltados ao agronegócio, incluindo um escritório regional da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), única filial instalada fora da cidade de São Paulo na época, destacando-se nacionalmente pelo volume de negócios realizados, especialmente em *commodities* (Elias, 2003a). Dessa forma, é possível afirmar que o consumo consumptivo (Santos, 1988, 1993), inerente às necessidades da população, e o consumo produtivo do agronegócio (Elias, 2003a, 2022b,c,d) movimentam a economia urbana de Ribeirão Preto.

Cidades com papéis regionais que exercem centralidade urbana em regiões produtivas do agronegócio geralmente também desempenham funções clássicas de atendimento às

demandas da população, como nas áreas de saúde, educação e de um conjunto de outros serviços e comércios, que, por vezes, podem até mascarar a importância do agronegócio em sua própria dinâmica econômica e socioespacial. Ou será que há dúvidas sobre a centralidade do agronegócio para a economia e a produção dos espaços urbanos de cidades como Ribeirão Preto (SP), Uberlândia (MG), Chapecó (SC), Passo Fundo (RS), Sinop (MT), Dourados (MS), Petrolina (PE), Rio Verde (GO), Mossoró (RN), entre outras? (Elias, 2024c, 2025).

Também são comuns alterações em relação à centralidade urbana exercida na escala de uma região produtiva do agronegócio, ocorrendo a transferência de liderança entre as cidades. Da mesma forma, a centralidade urbana em uma RPA pode ser exercida por duas cidades, uma de porte médio e outra menor, como é o caso da RPA cujas cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (BA) comandam uma ampla região produtiva de grãos nos Cerrados nordestinos, mais comumente chamada de Matopiba (Elias, 2006b; Elias; Pequeno, 2016).

Dessa maneira, compõem as regiões produtivas do agronegócio cidades de diferentes níveis de urbanização e de especialização, desde cidades pequenas até aquelas com papéis regionais, mas todas constituem nós da rede de cidades, sendo imprescindíveis para a reprodução do capital do segmento. Em todas elas, é possível observar, por exemplo, a relação direta e incontestável da economia urbana e da (re)produção do espaço urbano com alguma ou várias das múltiplas atividades inerentes ao agronegócio, sejam agroindustriais, comerciais ou de serviços, incluindo cada vez mais os imobiliários.

Podemos falar da existência de uma rede de cidades que participam dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação do agronegócio no mundo. As cidades que chamo de cidades do agronegócio seriam um dos elos dessa rede, ocupando o nível mais subalterno na hierarquia, compondo meros lugares do fazer do agronegócio globalizado.

As cidades do agronegócio são, por fim, um lugar na cadeia de comando imediato e subalterno da extração das riquezas,

da espoliação, em parte exercida pelos próprios agentes locais do agronegócio aliados aos agentes hegemônicos nacionais e transnacionais. Caracterizam-se, portanto, como elos inferiores na hierarquia da rede de cidades associadas ao agronegócio globalizado, que reúne desde cidades pequenas até cidades globais.

O lugar do comando efetivo do agronegócio concentra-se nas principais metrópoles do mundo, o que indica que as cidades globais estão no topo da hierarquia da rede de cidades associadas ao agronegócio. Nelas, localizam-se, por exemplo, as sedes das corporações transnacionais, as matrizes dos fundos de investimento com atuação no setor, as principais bolsas de valores e mercadorias etc. (Elias, 2017b).

No Brasil, São Paulo é o núcleo da produção moderna, devido a sua maior integração ao sistema de relações globalizadas (Santos, 1990, 1993, 1994b), o que também é válido para o agronegócio. Como exemplo, cito a localização dos escritórios corporativos das 50 maiores empresas do agronegócio no Brasil, pois cerca de 50% deles se situam na cidade de São Paulo (Exame, 2016), em avenidas como a Faria Lima e Engenheiro Luiz Carlos Berrini, componentes do principal centro financeiro do país.⁶³

Embora seja o epicentro do comando do agronegócio no Brasil, para as corporações transnacionais, a metrópole paulistana é somente um elo subordinado da cadeia de comando dessas corporações, cujos escritórios centrais se localizam em seus países de origem. Isso mostra o quanto os estudos sobre o agronegócio devem ser não só intersetoriais, mas também multiescalares (Elias, 2017b).

A rede de cidades do agronegócio traz o seguinte panorama: em um extremo, temos meras cidades do fazer, da espoliação, da extração das riquezas do povo brasileiro, apesar de todo seu dinamismo econômico; e, no outro extremo, estão cidades globais, o efetivo lugar do comando. Entendo, ainda, que relações

⁶³ Para realização de uma visita técnica ao terminal portuário da Cargill, uma das maiores corporações do agronegócio do mundo, durante um trabalho de campo em Santarém, no Pará, todas as entrevistas e autorizações que precisei fazer foram realizadas a partir do escritório da empresa na cidade de São Paulo.

estabelecidas pelo agronegócio provocam um verdadeiro um curto-circuito na rede urbana, rompendo com os esquemas clássicos de hierarquia urbana válidos até os anos 1980, já que uma pequena cidade do agronegócio no Piauí, por exemplo, pode manter relações diretas com a Bolsa de Valores de Nova Iorque (EUA) ou com a Shanghai Stock Exchange, a maior bolsa da China.

As regiões produtivas e as cidades do agronegócio são especializadas na produção e transformação de *commodities* agrícolas, estruturando-se a partir dos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação da economia e da sociedade do agronegócio globalizado. Elas evidenciam a formação de espaços corporativos, criados para atender aos interesses dos agentes hegemônicos do agronegócio, que influenciam não só a produção do espaço agrário, mas também urbano e regional.

Se, por um lado as regiões produtivas e as cidades do agronegócio possuem economias muito dinâmicas, por outro, elas apresentam elevadas taxas de desigualdades socioespaciais, revelando novas faces da pobreza estrutural do Brasil. Assim, afirmar que a urbanização impulsionada pelo agronegócio beneficia a todos constitui mais um dos mitos que precisam ser desconstruídos. Nos parágrafos que seguem e encerram esta seção, apresento alguns elementos que comprovam essa afirmação.

Nas cidades do agronegócio, observam-se múltiplos processos diretamente associados à forma desigual como se dá a urbanização no país como um todo. Esses núcleos urbanos reproduzem os mesmos problemas urbanos das demais cidades brasileiras, sendo exemplos emblemáticos da concentração de riqueza, da disseminação da pobreza e da materialização e exclusão em espaços segregados e desiguais, sendo que muitas dessas cidades já surgem marcadas pela segregação. Desse modo, afirmo que regiões produtivas e as cidades do agronegócio são espaços da exclusão, abarcando toda sorte de desigualdades socioespaciais.

Retomo Santos (1996), que aponta as formas-conteúdo como uma das categorias analíticas internas do espaço. Vale esclare-

cer que a forma, isolada de seu conteúdo, não tem existência empírica e filosófica, assim como o conteúdo só pode existir por meio da forma que o abriga. Da mesma forma, a produção e a reprodução do espaço podem ser compreendidas como uma sucessão ininterrupta de formas-conteúdo, traço dinâmico central de sua ontologia.

Nesse contexto, considero que as regiões produtivas e as cidades do agronegócio constituem a forma-conteúdo mais acabada da difusão do agronegócio no Brasil. Afirmo ainda que representam o exemplo mais efetivo do uso corporativo do território pelos agentes hegemônicos do agronegócio no Brasil. As cidades do agronegócio configuram uma tipologia urbana voltada especificamente aos interesses das corporações do agronegócio.

Isso indica, como já mencionado (Elias, 2002a, 2003a, 2006b, 2022a), que a difusão do agronegócio é espacialmente seletiva, economicamente concentradora, socialmente excludente e ambiental e culturalmente devastadoras. Seus impactos incluem o agravamento da concentração fundiária, a perda acelerada da biodiversidade, a concentração de riquezas, o aprofundamento da pobreza estrutural e das desigualdades socioespaciais, além da intensificação dos conflitos no campo e nas cidades, entre tantas outras mazelas. E todos esses aspectos encontram expressão mais concreta nas cidades do agronegócio.

Isso mostra uma urbanização subordinada aos interesses das corporações do agronegócio, com reflexos perversos relacionados ao aumento da pobreza e à estruturação da cidade, que tem na segregação e na desigualdade socioespacial algumas de suas características principais. Dessa forma, embora apresentem economias dinâmicas e especialização funcional, essas cidades compartilham uma gênese em comum: a subordinação a uma lógica excludente de 'desenvolvimento'. Revelam, portanto, novas expressões da pobreza estrutural, evidenciando uma das formas mais perversas da inserção passiva do país na economia e no consumo globalizados. Nesse sentido, não é exagero afirmar que as cidades do agronegócio representam o avesso do direito à cidade.

Enquanto um reduzido número de beneficiários colhe os frutos da economia do agronegócio, cresce a massa dos excluídos de suas benesses, aumentando a concentração de riqueza e de renda. Essa assimetria se materializa nas cidades do agronegócio, onde se observam vários processos que refletem diretamente a forma desigual de acesso aos benefícios do crescimento econômico e da urbanização. O resultado é um processo de expansão urbana marcado por disparidades de diferentes naturezas. Por conseguinte, essas cidades reproduzem problemas urbanos de todas as demais cidades do país, além de produzir novas e mais complexas desigualdades socioespaciais.

Assim, enquanto a área habitacional de médio e alto padrão conta com importantes investimentos, tanto na construção de edifícios residenciais como em condomínios horizontais de altíssimo padrão, a maioria da população enfrenta um quadro de déficit habitacional e inadequação domiciliar. Soma-se a isso a condição das moradias dos mais pobres, marcadas por coabitação, ônus excessivo do aluguel, alto adensamento nos domicílios alugados e precariedade das residências, muitas vezes construídas com materiais rústicos e de forma improvisada, sobretudo nos bairros mais pobres.

Destaca-se ainda o avanço de loteamentos irregulares e clandestinos, frequentemente desprovidos de infraestrutura – como abastecimento de água, saneamento básico, coleta de lixo, eletricidade, drenagem, acesso à internet – e localizados em áreas de risco ambiental. Nessas regiões, é comum a ausência ou insuficiência de equipamentos sociais, como escolas, postos de saúde e creches, agravando as condições de vida da população de baixa renda. Paralelamente, observa-se a disseminação de vazios urbanos atrelados à especulação imobiliária, a formação de favelas e cortiços e a consolidação de uma paisagem urbana profundamente desigual. O Censo Demográfico mais recente, de 2022, traz dados preocupantes sobre o crescimento do número de favelas em cidades do agronegócio.

Diante desse cenário, afirmo que as cidades do agronegócio representam modelos reversos do direito à cidade. São territó-

rios nos quais a concentração de riqueza convive com a disseminação da pobreza e da exclusão, ambas materializadas em espaços extremamente segregados e desiguais. Tais recortes espaciais revelam claramente algumas das formas de inserção subordinada do país na economia e no consumo globalizados e ajudam a compreender algumas das novas faces da dependência no atual estágio do capitalismo no Brasil.

Mais recentemente, tem ganhado força a compreensão de que as transformações das formas de uso e ocupação do espaço agrícola brasileiro, com a expansão de *commodities* e a destruição de uma das mais importantes biodiversidades do planeta, integram a dívida das corporações do agronegócio com o povo brasileiro. Porém, entendo que o papel que o agronegócio na expansão da urbanização e da (re)estruturação urbano-regional no país, bem como o destaque que as cidades do agronegócio ganharam na rede urbana, como tão bem explicitado nos dados do último Censo Demográfico (2022) ainda são temas pouco discutidos. Almejo que a presente seção contribua, ainda que modestamente, na explicitação desse papel.⁶⁴

5.2. Desintegração competitiva do Semiárido: o agronegócio de frutas

Durante séculos, parte significativa da agropecuária do Nordeste brasileiro foi fortemente baseada na pequena exploração voltada ao autoconsumo, realizada por agricultores familiares e outras comunidades tradicionais; na estrutura fundiária extremamente concentrada, marcada por grandes latifúndios; e na predominância de trabalhadores não assalariados submetidos a várias formas de exploração e dependência. Essas características levaram muitos pesquisadores, ao analisarem

⁶⁴ Entre os registros de minhas pesquisas sobre a relação entre a difusão do agronegócio, expansão da urbanização corporativa e (re)estruturação urbano-regional no Brasil, podem ser vistos, entre outros: Elias (2003a, 2006b, 2012, 2022c, 2024b, 2025); sobre as desigualdades socioespaciais em regiões e cidades do agronegócio, cito: Elias (2003a, 2006c), Elias; Pequeno (2007, 2016) e Pequeno; Elias (2020); e sobre as cidades do agronegócio destaco: Elias (2003a, 2022c,d).

as transformações produtivas do setor no Brasil desde os anos 1970, a classificarem a região como arcaica, quando comparada à realidade das demais regiões do país (Sorj, 1980; Silva, 1982; Delgado, 1985).

No entanto, como já afirmaram outros tantos estudiosos (Melo, 1978; Andrade, 1980; Menezes, 1995), não existe apenas um Nordeste, mas múltiplos “Nordestes”, marcados por profundas diferenciações internas. Essa complexidade se intensificou a partir dos anos 1990, quando a reestruturação econômica e territorial atingiu fortemente à região. Desde então, reforçou-se internamente sua realidade dialética, com o surgimento de subespaços extremamente dinâmicos do ponto de vista econômico, como já alertava Araújo (1997, 1999, 2000). Entre eles, destacam-se os que passaram a atrair os investimentos produtivos associados ao agronegócio globalizado (Elias, 2001, 2002a,b, 2003b, 2005, 2006a).

Nesse contexto, o Semiárido⁶⁵ – notadamente alguns dos seus vales úmidos, à semelhança dos Cerrados nordestinos, que até então compunham o que poderíamos chamar de um exército de lugares de reserva – passou a ser incorporado aos circuitos produtivos globalizados de grandes empresas e corporações transnacionais do agronegócio. Compuseram-se, assim, novos arranjos territoriais produtivos, com produções agropecuárias extremamente especializadas, formando o que venho chamando de regiões produtivas do agronegócio.

Esses processos se revelam avassaladores tanto no Semiárido como nos Cerrados nordestinos, provocando transformações profundas nos elementos sociais da estrutura agrária. Observam-se, por exemplo, o aumento da concentração fundiária; as mudanças nas relações sociais de produção, com o

⁶⁵ O Semiárido brasileiro engloba uma vasta área da região Nordeste do Brasil, onde estão inseridas partes dos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e uma parte do sudeste do Maranhão, além do norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Caracteriza-se por ser uma região populosa e economicamente mais pobre do que outras áreas do país, embora algumas de suas partes venham apresentando grande dinamismo econômico nas últimas duas décadas.

crescimento dos despossuídos dos meios de produção, notadamente a terra e a água; e as transformações radicais nas formas de uso e ocupação dos espaços agrícolas, com impactos socioambientais de grande magnitude.

É nesse contexto que se insere a região delimitada como recorte espacial para a presente análise, formada por partes dos vales dos rios Jaguaribe (CE) e Açu (RN), atualmente reconhecida como um dos principais polos produtores de frutas tropicais, especialmente melão, melancia, mamão e banana. Denomino essa área como região produtiva do agronegócio de frutas do Semiárido brasileiro, responsável hoje pela quase totalidade do melão produzido e exportado pelo Brasil (Elias, 2002b, 2006b, 2024b).

Vale destacar que essa região guarda características edafoclimáticas privilegiadas, especialmente no que se refere à rede hidrográfica e aos solos, um aspecto extremamente importante para o Semiárido, região marcada por secas periódicas e pela predominância de solos pedregosos e de baixa aptidão agrícola.

Nas últimas três décadas, a região teve seus papéis redesenhados na divisão interna e na divisão internacional do trabalho. Retomando as ideias de Oliveira (2016), esse reposicionamento pode ser evidenciado, entre outros aspectos, através de dois processos monopolistas territoriais que comandam a produção agropecuária mundial: a territorialização do capital das corporações do agronegócio no espaço agrário regional e a monopolização desse espaço por tais corporações.

Como ocorrem em outras regiões produtivas do agronegócio, a RPA de frutas é composta por municípios limítrofes pertencentes a dois estados: Ceará e Rio Grande do Norte, abarcando uma vasta área que vai desde o baixo curso do rio Jaguaribe, um dos mais importantes rios do Ceará, até a porção nordeste da bacia do rio Piranhas-Açu, de igual importância para o Rio Grande do Norte. Essa área inclui a Chapada do Apodi, uma importante unidade geoambiental, situada na divisa entre os dois estados. Evidencia-se, aqui, uma característica que considero marcante para uma RPA: a não obediência aos limites político-administra-

tivos oficiais, sendo comum que sua delimitação incluía áreas de diferentes estados da federação (Elias, 2006c, 2011, 2016).

Uma primeira dificuldade ao iniciar o estudo de uma RPA reside justamente na definição de sua configuração espacial, considerando que os interesses das corporações do agronegócio não obedecem aos limites políticos administrativos impostos ao território. Essa configuração tende a ser bastante fluída, moldando-se continuamente ao sabor das solidariedades organizacionais dominadas por interesses extrarregionais – outro traço importante das RPAs. A região produtiva do agronegócio de frutas no Semiárido, localizada na divisa dos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, é composta, em especial, por dez municípios – aproximadamente metade em cada estado⁶⁶ –, que estão entre os mais impactados pela reestruturação produtiva da agropecuária e pela difusão do agronegócio de frutas.

Durante séculos, as economias dos vales do Jaguaribe (CE) e do Açu (RN) estiveram fortemente alicerçadas na pecuária extensiva (bovinos, caprinos e ovinos), na agricultura de subsistência (principalmente milho, feijão, mandioca), no extrativismo vegetal (carnaúba, oiticica e castanha-de-caju) e na produção comercial de algodão. Essas culturas ocupavam a quase totalidade das terras cultivadas e eram responsáveis pelo maior percentual do valor bruto da produção agropecuária, sendo realizadas com base na pequena produção familiar.

A região também era tradicionalmente produtora de frutas, o que contribuiu para a difusão do agronegócio da fruticultura, mesmo que quase toda a produção se realizasse, até então, em pequenos pomares junto às moradias, com valor principalmente de uso, com um pequeno percentual visando à comercialização. Estudos realizados ainda nos anos 1960 pelos geógrafos Pasquale Petrone (1960) e Orlando Valverde (1961) comprovaram tal realidade. Destacavam-se, então, o melão, a melancia, a manga, o

⁶⁶ No Ceará, os destaques são para os municípios de Limoeiro do Norte, Russas, Quixeré, Icapuí e Aracati e, no Rio Grande do Norte, Mossoró, Açu, Baraúna, Alto do Rodrigues e Ipanguaçu. Orientei uma dissertação que tinha como um dos objetivos melhor definir o recorte espacial da região produtiva do agronegócio de frutas formada pelos vales do baixo Jaguaribe e baixo Açu (Gomes, 2019).

mamão, a banana, a castanha-de-caju, a laranja, entre outras frutas que já apareciam como produzidas na região.

A partir da década de 1990 – período marcado pelas transformações neoliberais também na agropecuária, houve uma mudança radical no discurso sobre as possibilidades econômicas do Semiárido nordestino, notadamente em relação a seus vales úmidos. Desde então, a psicosfera do agronegócio vem produzindo um novo imaginário social sobre essas áreas, agora vistas como portadoras de muitas vantagens comparativas e amplas oportunidades para o agronegócio, em especial, de frutas tropicais.

Especialistas que atuam no setor da fruticultura tropical apontam como condições propícias ao incremento da produção de frutas de boa qualidade na região as altas temperaturas; a forte luminosidade; a baixa umidade relativa do ar; a topografia plana, que possibilita o emprego de mecanização agrícola; os solos de fácil manejo e boa drenagem; a inexistência da mosca da fruta; a produção, durante o período da entressafra nos demais principais produtores mundiais; a logística de transportes, considerando a proximidade da região dos portos de Natal (RN) e principalmente do Pecém, na Região Metropolitana de Fortaleza, os mais próximos da Europa entre todos os terminais marítimos brasileiros.

Acrescentando a essas vantagens, a grande disponibilidade de terras agricultáveis, até então com preços muito baixos, especialmente em comparação com outras regiões do país; as possibilidades de utilização da água dos rios Jaguaribe e Açu, verdadeiros oásis no Semiárido; a ampla oferta de mão de obra, que contribui para a redução do custo de trabalho; e a presença de inúmeras políticas públicas federais e estaduais, voltadas à construção de sistemas técnicos e normativos para a difusão do agronegócio de frutas tropicais.

Vale destacar que a produção de melão, carro-chefe da região, é altamente exigente em água e que essa RPA de frutas está totalmente inserida no Semiárido. Dessa forma, o aumento da produção dessa fruta tem gerado sérios problemas de acesso

à água para a população local, desencadeando disputas e conflitos socioambientais frequentes, configurando um evidente caso de injustiça hídrica.

A ação do Estado foi e continua sendo imprescindível para a difusão do agronegócio frutícola na RPA, contrariando o recorrente discurso do Estado mínimo. Essa atuação se dá de forma direta, através da construção de uma infraestrutura hídrica – como perímetros irrigados públicos,⁶⁷ barragens, canais de irrigação, açudes,⁶⁸ programas de transposição de bacias hidrográficas etc. –, bem como de sistemas de objetos associados aos transportes (aeroportos, portos, estradas de rodagem⁶⁹), à eletrificação rural, às telecomunicações etc. A ação do Estado também ocorre de forma indireta, por meio de isenções fiscais, financiamentos das pesquisas agrícolas,⁷⁰ entre outras.

Diante desse cenário, é possível afirmar que a intervenção estatal orientou a adequação da produção e do território à reprodução ampliada do capital no agronegócio da fruticultura da região produtiva analisada. Essa atuação se deu diretamente através das ações supracitadas, mas também de forma passiva, ao não promover uma reforma agrária, que poderia eliminar a desigual distribuição de terras no país como um todo e na região em particular, além de criminalizar os movimentos sociais que reivindicam o acesso à terra para plantar, perpetuando a excludente estrutura agrária brasileira.

⁶⁷ No Brasil, os perímetros irrigados públicos são um fenômeno praticamente exclusivos do Nordeste, constituindo uma infraestrutura muito importante para a reestruturação produtiva da agropecuária e a difusão do agronegócio. Infelizmente, não será possível aqui discorrer sobre eles. Para maiores informações, consultar Diniz (2002) e Elias (2002a,b).

⁶⁸ Como a barragem Armando Ribeiro, no lado potiguar da RPA, concluída em 1983, que perenizou o rio Açu, ampliando sobremaneira as possibilidades para a atividade agrícola, ao permitir a irrigação, tão importante para a atividade se realizar no Semiárido.

⁶⁹ Entre os principais fixos associados ao deslocamento das frutas, indico a popularmente chamada Estrada do Melão e o Porto do Pecém (RMF), respectivamente, os principais meios rodoviário e portuário para o escoamento do melão, construídos na primeira metade da década de 2000.

⁷⁰ Em Fortaleza (CE), existe uma unidade da Embrapa especializada em pesquisas sobre fruticultura tropical.

Reformulando a análise de Bursztyn (1984), afirmo que o Estado brasileiro foi autoritário ativo e por omissão em relação às transformações estruturais ocorridas na atividade agropecuária e no espaço agrário em questão. Dessa forma, desde os anos 1990, com velocidade em progressão geométrica, tem se intensificado o processo de territorialização de empresas e corporações nacionais e transnacionais do agronegócio de frutas no espaço agrário da região produtiva aqui tratada, assim como a oligopolização desse espaço, implantando a fruticultura em moldes empresariais com a expansão do agronegócio globalizado de frutas.

A partir desses processos, observa-se a substituição das vocações naturais pelas atividades econômicas impostas pelas grandes empresas e corporações associadas ao agronegócio, o aumento da divisão territorial do trabalho e a formação de especializações territoriais produtivas cada vez mais articuladas à exportação. Isso se reflete nas dinâmicas socioespaciais em curso e explicam parte significativa das mudanças ocorridas e que já promovem alterações radicais nas formas de uso e ocupação do espaço agrícola, o que pode ser observado através dos seguintes aspectos: substituição de culturas alimentares de subsistência, matas, florestas e pastagens naturais pela produção de frutas visando à exportação; aumento da concentração fundiária; mudanças nas relações sociais de produção, com a expropriação e expulsão de milhares de pequenos agricultores, aumentando o êxodo rural; formação de um mercado de trabalho agrícola formal, que tem no trabalho temporário precário e especialmente nos períodos de safra, um de seus principais signos; e surgimento de novas dinâmicas demográficas, como a chegada de trabalhadores especializados oriundos de outras partes do país, entre outros.

As mudanças também ocorrem devido à intensificação das relações entre campo e cidade, especialmente em relação a algumas cidades, tanto cearenses, quanto potiguares; ao incremento do processo de especialização territorial produtiva; ao crescimento da urbanização e das cidades inseridas na RPA, em

termos demográficos e econômicos, com destaque para Limoeiro do Norte (CE) e Mossoró (RN). De maneira muito evidente, essas duas cidades exercem a centralidade urbana da RPA em questão. A primeira é um centro regional localizado no Ceará, enquanto a segunda é uma cidade de porte médio, situada no Rio Grande do Norte. Conjuntamente, ambas exercem a centralidade urbana dessa região produtiva do agronegócio de frutas.

Ainda que não seja meu objetivo comparar as duas cidades, vale destacar que, apesar das inúmeras diferenças entre elas, suas funções inerentes ao agronegócio de frutas têm se mostrado complementares. O avanço da divisão do trabalho internamente a uma RPA favorece o surgimento de uma hierarquia urbana e uma especialização funcional entre as cidades que a constituem. A pesquisa de doutorado de Chaves (2016), sob minha orientação, evidencia com clareza essa dinâmica.

Os agentes hegemônicos do agronegócio de frutas

Empresas e corporações nacionais e transnacionais são os principais agentes associados à difusão do agronegócio de frutas na região produtiva do agronegócio em análise, como também o são nas demais RPAs brasileiras. Uma variável importante para comprovar as crescentes transformações observadas desde então consiste na forma de propriedade da terra. Até a intensificação da territorialização do capital no espaço agrário dessa região, a figura da pessoa física predominava nas transações de compra e venda das terras. A partir de meados da década de 1990, houve a rápida substituição pela pessoa jurídica,⁷¹ com incremento em progressão geométrica do mercado e do preço das terras.

E, como a forma de propriedade da terra é determinante para os regimes de sua exploração, a chegada das empresas e corporações do agronegócio na RPA ocorreu concomitantemente à intensa expropriação de pequenos agricultores, bem

⁷¹ Uma comprovação disso em relação ao lado potiguar da RPA pode ser visto em um estudo realizado por Albano (2005).

como à expulsão daqueles que não detinham a propriedade da terra e produziam em regime de parceria, em terras cedidas pelo proprietário, visando a obtenção de rendas pré-capitalistas por meio da divisão (meia ou terça, por exemplo) da produção obtida, prática até então bastante frequente.

Isso já indica, de antemão, que, entre as principais transformações observadas desde o processo de territorialização desses agentes no espaço da RPA, destacam-se mudanças radicais nas relações sociais de produção, materializadas tanto na expropriação e expulsão de milhares de pequenos agricultores como na formação de um mercado de trabalho agrícola formal, até então pouco presente na região, marcada pela predominância do trabalho temporário precário, notadamente durante os períodos de safra.

Um dos agentes pioneiros na implantação do agronegócio da fruticultura na RPA foi a empresa Maisa, de capital local, que atuava especialmente na porção potiguar da região.⁷² Entre as transnacionais, a primeira a se instalar, ainda em meados dos anos 1990, foi a Del Monte Fresh Produce. Atuante na fruticultura em mais de 30 países e presente em todos os continentes, a empresa está entre as cinco mais importantes no mundo na sua especialidade. Iniciou sua produção em 1998 na porção potiguar da RPA, expandindo-se rapidamente para municípios cearenses, com destaque para Quixeré e Limoeiro do Norte.⁷³

Durante trabalhos de campo na região, observei diversas interações espaciais – envolvendo trabalhadores, insumos para a

⁷² Essa empresa deixou de existir oficialmente desde o início de 2000. De acordo com dados publicados no site da Expofruit, Feira Internacional da Fruticultura Tropical Irrigada, que ocorre na cidade de Mossoró (RN), em 2003, “a propriedade da empresa foi dividida em três partes. Uma adquirida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e depois transformada em 11 assentamentos. A outra foi comprada por engenheiros agrônomos (ex-funcionários da antiga MAISA), dando lugar a Fazenda Fruta Vida, da Cooppyfrutas. E a última foi comprada por um grupo chamado Gtex, de fabricação de polpas e sucos” (Expofruit, s.d., on-line).

⁷³ Em 1998, implantou a primeira fazenda de produção de bananas no Vale do Açu (RN), onde pude realizar trabalhos de campo em duas oportunidades, visitando seu *packing house* e entrevistando alguns de seus funcionários. Já no Ceará, além de banana, produzia também melão, melancia, abacaxi e coco verde. Ao todo, chegou a possuir 15 fazendas. Informações sobre a empresa estão disponíveis em Del Monte Fresh Produce Brasil (s.d.).

produção, informação, mercadorias etc. – entre diferentes áreas produtivas distribuídas nos dois estados. A intensidade desses fluxos entre os fixos da produção da Del Monte constituiu, na época, uma das evidências da especialização territorial produtiva e, portanto, da formação do que, desde então, passei a denominar região produtiva do agronegócio de frutas no Semiárido brasileiro.

Adotando a periodização como recurso de método (Santos, 1985, 1988, 1996), não há dúvida de que a chegada da corporação representa um marco para qualquer periodização sobre a difusão do agronegócio de frutas na região. Desde então, várias outras empresas nacionais e transnacionais se territorializaram na região, promovendo um intenso processo de reorganização da produção, das relações sociais de produção e de oligopolização de espaço agrícola.

Atualmente, o segmento de produção de frutas na RPA é bastante concentrado, dominado por poucas empresas. Também é comum que as empresas se associem para a realização de determinadas atividades ou que criem novos CNPJs,⁷⁴ subdividindo e especializando atividades antes concentradas em uma só empresa.

Outro aspecto importante a ser destacado é que várias empresas antes atuantes na região encerraram total ou parcialmente suas operações. Além disso, algumas empresas se especializaram em determinadas frutas e concentraram suas atividades em porções específicas da região, enquanto outras cultivam uma diversidade maior de frutas e atuam em várias partes da respectiva RPA. Da mesma forma, há aquelas que produzem exclusivamente para o mercado local e regional, enquanto outras se voltam principalmente ao mercado nacional e à exportação.⁷⁵

⁷⁴ Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

⁷⁵ Entre as principais empresas e corporações que já atuaram ou que ainda atuam no agronegócio de frutas na RPA cuja centralidade urbana principal é Mossoró (RN) e Limoeiro do Norte (CE), cito: Frutacor, Nolen, Potyfrutas, Dunas, Agrosafra, Agrosol, Bessa, Tecnagro, Rafitex, Alba, Viva Agroindustrial, Fazenda Santa Júlia, Cristal, Mata Fresca, P.H., Multiagro, J, Pereira, J. S. Salute, Lessa, Ferrari, Soagri, Agropecuária Modelo, Otani, Agro-Oriente, E.W Empreendimentos Agrícolas, Frupec, Melão Doçura, Agropecuária Nascente

Não é possível detalhar aqui a realidade de todas essas empresas e suas práticas produtivas e espaciais na região. Contudo, apresento um exemplo que ilustra a complexidade atual da RPA de frutas no CE/RN. Trata-se da empresa Agrícola Famosa, uma das principais da região e hoje a maior exportadora de melão do mundo. De capital nacional e com três sócios provenientes de São Paulo, a empresa iniciou suas atividades na porção cearense da região em meados da década de 1990. Atualmente, é uma das maiores produtoras de melões e melancias do Brasil e do mundo.⁷⁶ De acordo com dados da própria empresa, sua fazenda sede está situada 70% no município de Icapuí, no Ceará, e 30% em Mossoró, no Rio Grande do Norte (Agrícola Famosa, s.d.a).

Em 2022, a Agrícola Famosa ganhou grande destaque nacional ao figurar em dois dos principais *rankings* das grandes empresas do agronegócio brasileiro. Foi premiada pela revista especializada Globo Rural como campeã no segmento de frutas e hortaliças, Prêmio Melhores do Agronegócio (Fraga, 2022) e passou a integrar a lista das 100 maiores empresas do setor, listadas pela quarta edição da Forbes Agro100.⁷⁷

A partir de sua sede corporativa, instalada na cidade de Mossoró (RN), coordena a produção de doze fazendas, distribuídas entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, além de outras quatro em Pernambuco e Piauí, totalizando mais de 30 mil hectares. Parte dessa área é ocupada por *packing houses*, que são grandes galpões, onde as frutas são higienizadas, selecionadas, encaixotadas e armazenadas em câmaras frigoríficas.⁷⁸

Ltda., Agrofruta Aracati Ltda, Copam Agroindustrial Ltda, W.G., Fruticultura, Itaueira Agropecuária, Intemelon, Finobrasa, Fyffes Pineapples Limited, W.G. Fruticultura, Agrosol Agricultura, Frutas Novo Horizonte Ltda, Agrosol Agrícola de Mossoró Ltda, WG Fruticultura Produção e Distribuição Ltda, Brok Fresh Fruit, Tropical Nordeste, Banesa, Agrícola Famosa, entre outras (Elias, 2006a; Elias; Pequeno, 2010; Chaves, 2016).

⁷⁶ A empresa também produz melancia, com e sem caroço, maracujá, banana e mamão formosa. No caso do melão, são produzidos diversos tipos, como melão cantaloupe italiano, cantaloupe americano, pé-de-sapo, galia e amarelo (Agrícola Famosa, s.d.b).

⁷⁷ Para maiores informações, consultar Gradilone, Bernardo e Ondeí (2023).

⁷⁸ Pela internet, é possível ter acesso a vídeos de *packing houses* da Agrícola

A partir dos *packing houses* da Agrícola Famosa, as frutas seguem em caminhões frigoríficos para mercados consumidores em várias partes do Brasil, por via rodoviária, e, principalmente, para o exterior, por meio dos portos de Natal (RN) e, especialmente, do Pecém, localizado em São Gonçalo do Amarante, na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Este último dispõe de uma das mais modernas estruturas do Nordeste para esse tipo de operação, sendo o porto brasileiro mais próximo do continente europeu. A distância média dos *packing houses* da empresa para o porto do Pecém é de 250 km.

Cerca de 70% da produção da empresa é voltada à exportação, com milhares de toneladas de frutas enviadas principalmente a países europeus. Mais recentemente, a empresa passou a exportar também para os Estados Unidos e, desde 2020, alcançou o cobiçado mercado da China.⁷⁹ As exportações são feitas por meio de navios com câmaras frigoríficas, sendo que parte da frota utilizada hoje é de uso exclusivo da empresa, que mantém seis navios para esse fim (Pressinott, 2023).

Em 2024, para enfrentar os gargalos logísticos das exportações, a Agrícola Famosa diversificou seus negócios e criou a TopLink, empresa especializada no transporte marítimo de seus produtos e de alguns clientes, como exportadores de manga e uva da região produtiva comandada por Petrolina (PE). Como parte dos investimentos, arrendou navios, construiu dois terminais portuários para o embarque das cargas (um no Ceará e outro no Rio Grande do Norte) e adquiriu cerca de 70 caminhões para o transporte das cargas (Ribeiro, 2025).

E o crescimento da Agrícola Famosa não parou por aí. Em 2024, a empresa adquiriu a espanhola El Abuelo, produtora de melões e melancias com quase um século de existência, tornando-se a maior fornecedora dessas frutas para a Europa

Famosa. Para isso, consultar, por exemplo, Agrícola Famosa (2021).

⁷⁹ Visando uma maior aproximação em relação aos mercados consumidores, especialmente o europeu, recentemente, a empresa abriu um escritório no Reino Unido (Melon & Co) (Pressinott, 2021).

(Pressinott, 2024).⁸⁰ Essa compra foi viabilizada com apoio da Citri & Co, acionista minoritária da Agrícola Famosa desde 2021, controlada pelo fundo de investimentos Miura Partners (Bernardino, 2024), o que evidencia a financeirização do setor e da própria empresa.

Cabe destacar que, quando iniciou suas atividades na RPA de frutas, a Agrícola Famosa possuía um volume de terras cerca de dez vezes menor do que detém atualmente. Esse dado, por si, já expressa importantes efeitos da difusão do agronegócio de frutas na RPA, como a substituição de culturas e mudanças das formas de uso e ocupação do solo, com o predomínio da produção de algumas frutas. Também evidencia o agravamento exponencial da concentração fundiária e tudo o que ela representa.

Diferentemente da produção intensiva de grãos, como de soja, cuja colheita é altamente mecanizada, a produção de frutas na região é marcada pela elevada demanda de mão de obra durante o período da colheita, realizada quase integralmente de forma manual. No ápice da colheita,⁸¹ a Agrícola Famosa contrata um grande contingente de trabalhadores temporários. Segundo informações da própria empresa, em momentos de pico, o total de trabalhadores, somando fixos e temporários, já chegou a 7,5 mil pessoas, com parte sendo dispensada durante a entressafra.⁸²

Podemos observar, então, características das transformações nas relações sociais de produção nessa região produtiva, entre as quais se destacam, de um lado, a formação de um mercado de trabalho agrícola formal, até então pouco expressivo na região, que se desenvolve paralelamente à precarização e à sazonalidade do mesmo. Nessa RPA, muitos agricultores são totalmente expropriados e acabam migrando para a cidade, sendo que parte se instala nas periferias das cidades da região e, por

⁸⁰ De acordo com dados da Tribuna do Norte, a “El Abuelo, além de coordenar a compra de frutas de centenas de produtores locais na Espanha, mantém 350 hectares de cultivo no Senegal” (Tribuna do Norte, 2024, on-line).

⁸¹ O melão é produzido na região durante todo o ano, mas a produção maior ocorre entre os meses de agosto e março.

⁸² Dados para o ano de 2022.

vezes, passa a compor o que poderíamos chamar de um exército agrícola de reserva⁸³ das próprias empresas da fruticultura para os momentos de maior demanda de mão de obra, como nos períodos de colheita da safra.⁸⁴

Outros agricultores, quando não expropriados, acabam, de forma recorrente, transferindo parte da renda da terra para as grandes empresas, através de diferentes contratos de comercialização, o que acirra as formas de sujeição ao capital das grandes empresas ou, como afirmava Martins (1980), configurando se não a sujeição real, a sujeição formal. Os contratos firmados entre os agricultores e as empresas caracterizam-se por um processo de sujeição do campesinato, na medida em que o capital comercial controla os preços dos produtos da agricultura camponesa, o tipo de culturas produzidas e o modo de produzir.

Orientei uma dissertação realizada por Pinheiro (2014) que concluiu que a transferência da renda da terra na região produtiva do agronegócio de frutas em análise ocorria especialmente através de três formas: contrato de comercialização da produção; contrato de compra da produção e contrato de compra e financiamento da produção.⁸⁵

Impactos socioambientais

Para concluir esta seção sobre a região produtiva do agronegócio de frutas do Semiárido brasileiro, apresento alguns fatos que corroboram a percepção da magnitude dos impactos socioambientais promovidos pela difusão do agronegócio de frutas. Entendo que tais fatos, além de exemplificarem, fundamentam um conjunto de aspectos trabalhados na Parte I do livro. Em

⁸³ Fazendo um paralelo com a conceito clássico de exército industrial de reserva de Marx.

⁸⁴ Orientei algumas dissertações que tratam de forma mais aprofundada de diversos aspectos que envolvem as mudanças das relações sociais de produção na atividade agropecuária na região produtiva do agronegócio de frutas do Semiárido (Muniz, 2004; Bezerra, 2008; Romcy, 2011). Sobre o tema, também pode ser visto Elias, Muniz, Bezerra (2007); Elias, Pequeno e Romcy (2012); Bezerra e Elias (2011).

⁸⁵ Para tanto, teve como objeto de análise um conjunto de pequenos produtores nos municípios de Quixeré (CE), Baraúna e Ipangaçu (RN).

especial, ilustram o mito de que os agrotóxicos não prejudicam a saúde humana; a violência como princípio de apropriação dos bens naturais e o nó da relação orgânica entre o Estado e os agentes do agronegócio. Vamos a eles.

Como já indicado, o Brasil é um dos países que mais utilizam agrotóxicos em sua agropecuária e isso está, em grande parte, associado aos sistemas de produção do agronegócio. Assim, a região produtiva do agronegócio de frutas, que engloba partes do baixo Jaguaribe (CE) e do baixo Açu (RN), incluindo a Chapada do Apodi, está entre as áreas que têm registrado aumentos alarmantes no uso de agrotóxicos.

Pesquisas realizadas por diversos estudiosos e instituições indicam níveis avassaladores de contaminação das águas, do solo e do ar, com danos graves e, muitas vezes, irreversíveis à saúde da população da região, em especial de comunidades de pequenos agricultores familiares, como nos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré, no Ceará.⁸⁶

Entre os importantes estudos sobre os impactos dos agrotóxicos na região do baixo Jaguaribe (CE), destaco os realizados por um grupo pesquisadores coordenados a partir do Departamento de Saúde Comunitária, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC). As pesquisas indicaram situações gravíssimas de intoxicações agudas e crônicas, resultando em muitos casos de malformações congênitas, puberdade precoce e cânceres, inclusive infantojuvenis, entre outros.⁸⁷

Em contraposição ao avanço do agronegócio e a tudo que ele representa, formaram-se movimentos sociais de resistência, que lutam pela manutenção de seus territórios e seus modos de vida. Entre as lideranças que se destacaram na resistência, cito a de Zé Maria do Tomé, da Chapada do Apodi, no município de

⁸⁶ “Aproximadamente 99% dos trabalhadores rurais de Limoeiro do Norte e de Quixeré são diariamente expostos a agrotóxicos. Desses, cerca de 30% já apresentaram sintomas de intoxicação aguda” (Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, 2023, *on-line*).

⁸⁷ Núcleo Tramas. Mais informações sobre os estudos realizados e os resultados obtidos, incluindo dissertações, teses, coletânea podem ser vistos no site do núcleo: <http://www.tramas.ufc.br/>. Acesso em: 19 abr. 2025.

Limoeiro do Norte (CE), que lutava contra a grilagem de terras públicas, contra o uso de agrotóxicos e defendia a agroecologia.

Em novembro de 2009, os movimentos sociais, sob a liderança de Zé Maria do Tomé, obtiveram uma grande vitória: a Câmara Municipal de Limoeiro do Norte promulgou uma lei proibindo a pulverização aérea de agrotóxicos. Entretanto, poucos meses depois, em 21 de abril de 2010, aos 44 anos, Zé Maria do Tomé foi assassinado com 20 tiros de revólver, um evidente crime de pistolagem. Um mês após o homicídio, a lei foi revogada pelo Legislativo municipal.

O assassinato de Zé Maria do Tomé teve como principal suspeito um influente empresário do agronegócio de frutas, acusado de ser o mandante do crime. Em 2012, a juíza responsável pelo caso aceitou a denúncia apresentada pelo Ministério Público contra ele, e duas outras pessoas foram acusadas de serem os executores. Em 2015, a Justiça de Limoeiro do Norte levou a júri popular o empresário e os executores, tornando-os réus no processo. Imediatamente, os acusados entraram com diversos recursos contra a decisão da justiça, o que adiou o julgamento repetidamente.

Somente em outubro de 2024, quase 15 anos após o crime, um dos réus, acusado de ser o executor, foi condenado. Já o principal suspeito de ter encomendado o assassinato – apontado como autor intelectual do crime, para usar um jargão do judiciário – nunca foi julgado. Segundo informações divulgadas por veículos da mídia por ocasião do julgamento e condenação de um dos envolvidos, o empresário foi despronunciado pelo Tribunal de Justiça do Ceará, sob a justificativa de que não havia indícios suficientes que o ligassem diretamente ao crime (Bataier, 2024).

Por outro lado, a gravidade do caso e os impactos causados pelo intensivo uso de agrotóxicos geraram uma importante resposta institucional. Uma das poucas vozes do campo da esquerda na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece), o deputado Renato Roseno (PSOL - Partido Socialismo e Liberdade), propôs uma lei que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos em todo o território estadual (Ceará, 2019). Aprovada em 2019

pela Alece, a lei foi batizada como Lei Zé Maria do Tomé (Lei nº 16.820/19), em homenagem ao líder ambientalista, e confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2023, evitando que os cearenses fossem contaminados por verdadeiras “chuvas de veneno”.

Entretanto, lamentavelmente, um Projeto de Lei (PL 555/2023) (Brasil, 2023), apresentado à Alece, propôs autorizar a pulverização aérea de agrotóxicos através de drones. No final de 2024, o PL foi aprovado e sancionado pelo governador do estado, representando um imenso retrocesso. A lei está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal (STF), por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) promovida pelo PSOL (Roseno, 2025).

Apesar dos retrocessos, muitos seguem dando continuidade à luta de Zé Maria do Tomé, não apenas na região aqui analisada, mas em diversas partes do Brasil, uma vez que crescem cada vez mais as disputas e as ações insurgentes contra os processos de expulsão e expropriação das comunidades, para que predomine a lógica dos territórios da vida e não de negócios.

Para marcar a resistência ao agronegócio e a luta pela terra e pela água e contra a pulverização aérea de agrotóxicos, além de rememorar o legado e a memória do líder ambientalista assassinado, todos os anos, as comunidades locais da região do baixo Jaguaribe, tendo à frente o Movimento Vinte e Um (M21), juntamente com a Cáritas Diocesana, o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Universidade Estadual do Ceará (UECE), entre outras instituições, organizam a Semana Zé Maria do Tomé. Em 2025, em sua XIV edição, teve como tema “Chuva de Veneno Nunca Mais, Revoga Já”.⁸⁸

⁸⁸ Leia sobre o Acampamento Zé Maria do Tomé, onde homens e mulheres resistem plantando comida de verdade no coração do agronegócio no baixo Jaguaribe (CE). Disponível em: <https://mst.org.br/2024/05/17/acampamento-ze-maria-do-tome-resistencia-agroecologica-no-coracao-do-agronegocio-do-ceara/>. Acesso em: 2 maio 2025.

Figura 3 - Cartaz da XIV Semana Zé Maria do Tomé.



Fonte: Campanha permanente contra o uso dos agrotóxicos, 2025.

5.3. Tramas da urbanização do Matopiba

Vários autores compreendem o Matopiba como uma das últimas grandes fronteiras agrícolas do Brasil. A região é formada por partes do oeste da Bahia, sul do Maranhão, sul do Piauí e do estado do Tocantins e seu nome é um acrônimo desses quatro estados. Desde a década de 1990, várias e importantes empresas e corporações passaram a se territorializar no Matopiba e a monopolizar seu território, transformando-o em um grande produtor de *commodities* agrícolas, especialmente soja, milho e algodão.

Considero o Matopiba como uma das mais importantes regiões produtivas advindas da difusão do agronegócio de grãos no Brasil, no caso nos Cerrados nordestinos. Destaco, porém, que essa consideração não corresponde necessariamente aos limites da região de planejamento criada oficialmente pelo governo federal, em 2015, visando ações para o incremento do

agronegócio. Isso se deve ao fato de que o uso corporativo do território não obedece aos limites políticos-administrativos oficiais pré-estabelecidos, pois são regiões funcionais aos agentes hegemônicos, meras regiões do fazer do agronegócio.

Para a delimitação de uma região produtiva do agronegócio, é importante considerar os circuitos espaciais de produção, no caso, das grandes empresas e corporações hegemônicas atuantes na região. Isso, por si só, já evidencia que essas delimitações agradam a interesses exógenos. Por outro lado, lembro que os limites de uma região produtiva do agronegócio podem ser bastante fluídos, a depender das conjunturas do mercado ao qual a produção da região se destina e, principalmente, dos interesses dos agentes econômicos que fazem o uso corporativo da região. A seguir, apresento algumas das tramas da urbanização do Matopiba.

No Matopiba, há um conjunto de cidades cuja centralidade principal está intimamente associada ao agronegócio. Entre as principais, estão Luís Eduardo Magalhães (BA), Balsas (MA), Uruçuí (PI) e Araguaína (TO), que vêm apresentando importante crescimento econômico, territorial e demográfico, nas últimas décadas.

Entre suas cidades mais antigas, que já existiam antes da difusão do agronegócio e hoje se adaptam para atender às demandas econômicas do segmento, cito Barreiras (BA) e Balsas (MA). Entre as que já nascem e crescem como resultado do agronegócio, do acirramento da divisão social e territorial do trabalho na região produtiva ou mesmo devido às disputas políticas entre os agentes do agronegócio, sem dúvida, a cidade de Luís Eduardo Magalhães, antigo distrito de Barreiras (BA) e emancipada em 2000, é o melhor exemplo (Elias, 2006b).⁸⁹

Como já mencionado, adoto o estudo da economia urbana das cidades que compõem regiões produtivas do agronegócio

⁸⁹ Antigo distrito de Barreiras, a cerca de 1.000 quilômetros de Salvador, Luís Eduardo Magalhães se originou de antigas fazendas e passou a crescer a partir de um posto de gasolina (posto Mimoso do Oeste), localizado às margens da BR-242.

como uma das pistas para melhor compreender as formas de urbanização engendradas pelo setor. Do mesmo modo, a categoria de consumo produtivo, no caso, voltado para o agronegócio, deve ser considerada para análise, uma vez que vem crescendo de forma extraordinária em todas as RPAs.

Como nas demais RPAs, no Matopiba o consumo produtivo do agronegócio representa grande parte das relações e trocas entre as cidades especializadas e o campo produtor de *commodities*. Isso impacta tanto o crescimento econômico e territorial da cidade, quanto o aumento do número de cidades.

Trago como exemplo o caso das *tradings* agrícolas. Considerando a forte produção de grãos no Matopiba, cuja esmagadora maioria é voltada à exportação, as *tradings* agrícolas, ou seja, corporações que se dedicam ao comércio internacional, têm forte presença nas cidades da região.

A partir de dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviço (MDIC) para um conjunto de cidades do agronegócio inseridas no Matopiba, Souza (2019) identificou várias *tradings*, notabilizando-se as transnacionais. Segundo o autor, Luís Eduardo Magalhães (BA) e Balsas (MA) eram as duas maiores exportadoras de soja e derivados de toda a região e possuíam, respectivamente, 13 e 12 *tradings*.⁹⁰ Em Bom Jesus (PI), por sua vez, havia sete *tradings*,⁹¹ e em Uruçuí duas.⁹²

Outro exemplo importante refere-se à realização de feiras agrícolas. Em Luís Eduardo Magalhães, ocorre a Bahia Farm Show, a versão baiana da Agrishow, uma importante feira de tecnologia agrícola e negócios, considerada a maior do Norte e Nordeste e a segunda maior do país. O evento é organizado pela Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) e, em 2024, estava em sua 18ª edição, tendo a primeira ocorrido em 2004. Por outro

⁹⁰ Em Luís Eduardo Magalhães, estavam instaladas a Bunge, Multigrain, CGG, Cargill, ADM, Noble, Glencore, Naturalle, Nidera, Amaggi & LDC, Bunge, ADM e Multigrain, enquanto Balsas contava com a Bunge, ADM, SLC, Cargill, Algar Agro, Agrex do Brasil, Risa, Agrinvest Brasil, Amaggi & LDC, Multigrain, Glencore, CHS.

⁹¹ Cargill, Amaggi & LDC, CHS, Multigrain, CGG, Glencore e Agrex do Brasil.

⁹² Bunge e Risa.

lado, a cidade possui um dos comércios mais modernos em relação à revenda autorizada das maiores fabricantes de máquinas agrícolas atuantes no Brasil, como a John Deere.

Certamente, o aumento de uma extensa gama de comércios e de serviços especializados para o agronegócio está entre os vetores de incremento da economia urbana, podendo ser apontado como causa da (re)estruturação de várias cidades, de muitas novas e complexas relações campo-cidade, do incremento da urbanização e de processos de (re)estruturação urbano-regional em regiões onde o agronegócio é relevante para a economia e para a produção do espaço (Elias, 2022a,b).

Por outro lado, o dinamismo econômico do Matopiba e a psicosfera do agronegócio na região alteraram sobremaneira sua dinâmica populacional. Assim, concomitantemente ao aumento do consumo produtivo do agronegócio, cresce também a economia urbana associada ao consumo consumptivo (Santos, 1988, 1993), inerente às necessidades da população que vem apresentando expressivas taxas de crescimento.

Luís Eduardo Magalhães é um caso exemplar, já que seu ritmo de crescimento supera de longe a média nacional. Seu contingente populacional somava dez mil habitantes em 2000; cerca de 60 mil, em 2010; chegando a 108 mil em 2024, de acordo com dados do IBGE.

Outro aspecto da dinâmica populacional que também merece destaque são os fluxos migratórios, originários tanto das áreas menos atingidas pela capitalização do campo, em muitos casos compostos por trabalhadores não qualificados, quanto de áreas do Sul e Sudeste do país, submetidas à maior pressão fundiária e demográfica.

A chamada migração de “gaúchos” é um dos principais fatos a ser considerado para análise (Haesbaert, 1997), não só para o caso do Matopiba, mas também de outras RPAs.⁹³ O

⁹³ Os chamados “gaúchos”, que são também paulistas, paranaenses, entre outras naturalidades, por vezes, já são oriundos de outras fronteiras anteriormente ocupadas, constituindo, muitas vezes, a terceira ou a quarta geração, se considerarmos os primeiros a iniciar o processo migratório, muitas vezes seus pais ou avós.

Terminal Rodoviário de Luís Eduardo Magalhães reflete esse tipo de fluxo. Quando interrogamos os responsáveis pelas empresas de ônibus sobre os fluxos de origem/destino do terminal, nos deparamos com as linhas que fazem ligação direta com várias cidades da região Sul do país.⁹⁴

O baixo preço da terra figurava entre os fatores mais atrativos no início da ocupação mais intensa do Matopiba pelos agentes do agronegócio. Entretanto, a intensificação do valor de troca em detrimento do valor de uso e a corrida internacional por terras vêm promovendo um crescimento exponencial do preço da terra, especialmente nas duas últimas décadas. Instalou-se uma nova dinâmica do mercado de terras na região, na qual se observa claramente a forte presença de especuladores, brasileiros e estrangeiros, pessoas físicas e jurídicas.

Entre os exemplos memoráveis relacionados ao preço da terra, observados em trabalho de campo, alguns casos merecem destaque. Cito uma situação observada em Uruçuí, cidade conhecida por muitos como a “capital da soja” nos Cerrados do Piauí.⁹⁵ Uma gaúcha que residia no município desde 2002 afirmou que sua família possuía 100 hectares de terra no Rio Grande do Sul. Eles venderam a propriedade e parcelaram o pagamento em quatro vezes. Somente com a primeira parcela, compraram 1.000 hectares em Uruçuí, ou seja, com apenas um quarto do capital, adquiriram uma propriedade dez vezes maior do que a que tinham no Rio Grande do Sul.⁹⁶ Não foram poucos os depoimentos que afirmaram ser o maior ganho do “agricultor” não a produção em si, mas a “valorização” da terra. Ainda de acordo com a entrevistada, as “sobras” de capital eram utilizadas, principalmente, para a compra de novas terras.

Em relação à dinâmica populacional do Matopiba, destaco o expressivo movimento de êxodo rural interno à própria região,

⁹⁴ Informações obtidas a partir de trabalhos de campo realizados em diferentes anos.

⁹⁵ Uruçuí (PI) é uma das cidades do Matopiba que possui unidade esmagadora da transnacional Bunge.

⁹⁶ Na ocasião, a entrevistada ocupava posição de destaque no Sindicato dos Produtores Rurais de Uruçuí, assim como junto ao Sebrae.

já que a difusão do agronegócio ocorre a partir da desterritorialização de milhões de pequenos agricultores, quilombolas, ribeirinhos, comunidades tradicionais, pescadores artesanais e uma extensa gama de povos originários, resultando em metamorfoses profundas nas relações sociais de produção no campo.

Como já visto, em uma RPA, muitos interesses e processos socioespaciais ocorrem de forma concomitante e isso não é diferente no Matopiba. Relembrando Santos (2023), segundo o qual o próprio desmembramento do território e a formação de novos municípios potencializa um conjunto de outros processos, como a própria estruturação oficial do poder local, cito o caso da cidade de Luís Eduardo Magalhães.

Em todas as RPAs, e também no Matopiba, é comum agentes locais do agronegócio ocuparem cargos no Executivo e Legislativo dos municípios, além de outras instâncias de poder, exercendo grande ingerência inclusive sobre a produção do espaço urbano. Por ocasião de trabalho de campo em Luís Eduardo Magalhães, o então prefeito, um migrante e grande produtor da região, já estava em seu segundo mandato. Entre outras funções, o então prefeito era sócio da Agronol Agroindustrial e um dos fundadores da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), a qual presidiu por 18 anos (Lima, 2017). Lembremos que a AIBA é uma das mais importantes associações do agronegócio do Matopiba e exerce expressivo poder corporativo, com total influência na economia, na política e na produção do espaço agrícola regional e urbano, não só em Luís Eduardo Magalhães, mas em grande parte da região.

Mesmo em um país onde a simbiose entre o público e privado e entre os poderes econômico e político é recorrente e onde naturalizamos a presença de grandes empresários do agronegócio como ministros da agricultura, governadores de estado e membros da bancada ruralista no Congresso Nacional, ainda é bastante estarrecedor o que se observa nas cidades do agronegócio, como no exemplo supracitado.

Por outro lado, como já indicado, a própria produção da cidade é um grande negócio, pois reproduz não somente as

condições necessárias para a acumulação do capital no espaço urbano, mas também produz diretamente o capital por meio da produção do espaço urbano (Carlos, Volochko, Alvarez, 2015). Não é à toa que um dos ramos que mais cresce em todo o Matopiba é o imobiliário. A pujança desse setor movimenta um conjunto de outros serviços e comércios, como o de materiais de construção. Os períodos de boa safra de soja são os de maior dinamismo também nesse tipo de comércio, quando algumas obras chegam a parar por dificuldade de entrega de materiais de construção, muitas vezes provenientes de outros municípios.⁹⁷

Desde os anos 2000, Luís Eduardo Magalhães já possui edifícios residenciais e condomínios fechados. Na área habitacional de médio e alto padrão, há edifícios residenciais com mais de dez andares e condomínios fechados horizontais de luxo. Como em quase todo o restante da economia do Matopiba, a soja é a moeda de troca, sendo os preços fixados em sacas de soja e os grandes pagamentos programados para os períodos de safra.

A organização do espaço urbano de Luís Eduardo Magalhães é bastante *sui generis*, para dizer o mínimo, e esse padrão não é exclusivo do município, já que vários aspectos se repetem em outras cidades da região. Um visitante desavisado pode se surpreender ao se deparar com as grandes lojas de tratores, colheitadeiras, insumos químicos, entre outras, presentes na entrada principal da cidade. E seu espanto continuará ao se defrontar com a planta industrial da Bunge, com seus portentosos silos, dentro do perímetro urbano principal, junto à área residencial, entre os locais mais valorizados da cidade, o que demonstra a total falta de ordenamento urbano. Por outro lado, observam-se problemas semelhantes aos de grandes cidades, como os de infraestrutura – ausência de tratamento de esgoto, galeria de águas pluviais, pavimentação asfáltica e habitação para famílias de baixa renda etc. – questões que demandam ainda muito investimento para reverter a situação.

⁹⁷ De acordo com entrevistas realizadas com proprietários de lojas de materiais de construção em Luís Eduardo Magalhães.

À vista disso, quanto mais avançam as forças capitalistas e mais acirrada estiver a divisão social e territorial do trabalho em uma RPA, maiores as possibilidades da fragmentação de seu território e da região apresentar cidades com distintos níveis de urbanização e de especialização. O Matopiba é um exemplo da existência de hierarquia urbana e especialização funcional entre as cidades que compõem uma RPA, sendo a centralidade urbana principal exercida por um município que desempenha papéis regionais. Trata-se de Barreiras (BA), em estágio mais avançado de urbanização da sociedade e do território, principal centro urbano dos Cerrados nordestinos, assim como do Matopiba.

Barreiras cumpre funções clássicas de atendimento às demandas da população, como saúde, educação e um conjunto de outros serviços e comércios, além de reunir as representações dos órgãos estaduais e federais, o que, por vezes, pode até mascarar a importância atual do agronegócio em sua dinâmica econômica e socioespacial. Além de Barreiras, outras cidades vêm ganhando destaque, como Balsas (MA).

Por outro lado, parece-me que ganha força no Matopiba uma centralidade urbana exercida por duas cidades: Barreiras, de porte médio, e Luís Eduardo Magalhães, cidade menor, mas que vem ganhando cada vez mais destaque em relação ao agronegócio. Observa-se, portanto, um exemplo importante de mudança em relação à centralidade urbana exercida na escala da região (Elias; Pequeno, 2016), com uma cidade de maior importância relacionada ao consumo consumptivo (Santos, 1993) e outra relacionada ao consumo produtivo do agronegócio (ELIAS, 2022c,d).

Assim, compõem o Matopiba municípios de diferentes níveis de urbanização e de especialização. A região é formada por algumas cidades pequenas e outras que exercem papéis regionais, mas todas constituem-se como nós da rede de cidades imprescindíveis para a reprodução do capital do segmento do agronegócio na região. Em todas, é possível observar, por exemplo, a relação direta e incontestável da economia urbana e da (re)produção do espaço urbano com alguma ou várias das

múltiplas atividades inerentes ao agronegócio, sejam agroindustriais, comerciais ou de serviços, incluindo, cada vez mais, o setor imobiliário.

Não podemos nos esquecer de que o Matopiba é uma região voltada para a extração das riquezas e que o comando efetivo do agronegócio está nas principais cidades globais, incluindo São Paulo. Ainda assim, a cidade ocupa uma posição subordinada na hierarquia de comando do segmento. É no seu centro financeiro, o principal do país, que se localizam, entre outras, as sedes corporativas da Cargill e da Bunge, algumas das principais corporações transnacionais atuantes no Matopiba.⁹⁸

⁹⁸ Sobre o Matopiba, consultar a coletânea organizada por Marques e Alves (2024), que reúne 21 capítulos sobre vários temas de interesse sobre a região. Disponível no portal de livros abertos da USP.

Pensando a operacionalização de pesquisas sobre regiões e cidades do agronegócio

O principal objetivo deste capítulo é refletir e apresentar possibilidades de operacionalização de pesquisas sobre regiões e cidades do agronegócio. Longe da pretender de esgotar o assunto ou desenvolver um longo debate teórico-conceitual, busco apresentar de forma concisa alguns aspectos metodológicos possíveis para a operacionalização de estudos sobre regiões e cidades do agronegócio.

Os processos inerentes à difusão do agronegócio são extremamente dinâmicos e muitos dos aspectos citados poderão não mais corresponder à realidade por ocasião de uma outra pesquisa, não invalidando, apesar disso, a compreensão dos processos e de sua totalidade.

É sempre um grande desafio refletir sobre como operacionalizar as noções, os conceitos e as categorias de uma pesquisa científica. Por mais difícil que sejam as etapas que a compõem, como a fase de revisão bibliográfica, elas são mais exequíveis do que o estudo do objeto de pesquisa em si, uma vez que, com muita disciplina e dedicação, é possível realizá-las. Mas, no momento de transpor a teoria para refletir sobre o objeto de estudo, de imbricar o teórico com o empírico, surgem alguns complicadores. Por essa razão, é essencial que nos preocupemos com a metodologia e a operacionalização de um trabalho científico.

É valioso tentar vislumbrar a pesquisa como um todo desde o início. Isso não é uma tarefa simples, uma vez que, por vezes, só conseguimos enxergar sua totalidade ao final, quando já não é mais possível promover mudanças ou realizar determinadas ações, especialmente considerando-se os prazos, cada vez

menores, de duração dos estudos acadêmicos associados aos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

Mesmo assim, é crucial identificar, desde o início da pesquisa, seu conjunto de temas, processos e agentes, assim como as variáveis, os indicadores e as fontes de comprovação para cada um deles. Para facilitar o desenvolvimento, sempre inicio um estudo elencando questões norteadoras que servirão de guia e que devem ser respondidas ao longo de sua execução (Elias, 2020a, 2022c). Dessa forma, temos mais chances de atingir os objetivos pré-estabelecidos na fase inicial do projeto de pesquisa.

Isso é ainda mais importante em relação a estudos de grande complexidade, como os que tratam das regiões e cidades do agronegócio. Afirmo isso por entender que tais estudos não cabem nas tradicionais “caixinhas” da Geografia, como a Geografia Agrária, a Geografia Urbana, a Geografia Econômica ou a Geografia Regional, pois englobam todas essas subáreas e ainda outras, o que é um complicador a mais para a realização da pesquisa.

Deve-se considerar, ainda, a dificuldade de se selecionar os aportes teórico-conceituais, uma vez que é necessário trabalhar com um conjunto expressivo de conceitos e categorias de cada uma dessas subáreas. Assim, pareceu-me importante discutir sobre como operacionalizo uma pesquisa referente às regiões produtivas e cidades do agronegócio.

Na sequência, apresento os diferentes eixos de pesquisa com os quais tenho trabalhado. Desejo que as elocubrações a seguir possam contribuir, em especial, com jovens pesquisadores que estejam iniciando seus estudos sobre o tema e, muitas vezes, se sentem perdidos diante da complexidade da realidade e do próprio método científico, sem saber exatamente como operacionalizar as noções e conceitos-chave de suas pesquisas.

Eixos da pesquisa

Entendo que os estudos sobre regiões produtivas e cidades do agronegócio podem ser organizados a partir dos seguintes eixos: a) reestruturação produtiva da agropecuária; b) consumo

produtivo do agronegócio; c) composição do setor industrial; d) dinâmica populacional; e) dinâmica do mercado de trabalho; f) (re)estruturação da cidade; g) desigualdades socioespaciais na escala intraurbana.

Embora esses temas sejam indissociáveis, essa subdivisão constitui um importante recurso metodológico, que melhor viabiliza a realização da pesquisa. No entanto, para que se obtenha êxito em um trabalho científico, além de sua operacionalização, é preciso que a pesquisa seja calcada em sólidas bases teórico-conceituais e abrangente diálogo com os agentes da produção do espaço.

Também é importante destacar que um único estudo não precisa, necessariamente, abarcar todos os eixos, sendo possível focar em apenas um deles ou em pares associados, como dinâmica populacional e mercado de trabalho ou reestruturação da cidade e desigualdades socioespaciais no intraurbano, por exemplo.

Mesmo que nem todos os eixos sejam objeto de estudo diretos de uma pesquisa, não há como abordar um ou alguns deles sem, efetivamente, compreender a totalidade dos processos associados. Essa visão da totalidade constitui uma questão de método importante para qualquer pesquisa. Muitas vezes, a visão da totalidade dos processos associados a uma cidade do agronegócio pode ser adquirida através de uma revisão bibliográfica, com consultas a teses ou dissertações, já que, hoje, diferentemente do que ocorria há 30 anos, há muito mais bibliografia sobre o agronegócio, sob diferentes aspectos, sendo possível ter acesso a muitos estudos através da internet, como nos repositórios de teses, dissertações e artigos científicos, sem contar os relatórios técnicos e outras bases de dados disponibilizados por instituições.

A seguir, discorro sobre alguns aspectos de cada eixo citado.

a) Reestruturação produtiva da agropecuária

Em relação às cidades do agronegócio, é fundamental conhecer como se dão as atividades que direcionam a existência desses municípios e como ocorrem o uso e a ocupação do espaço agrícola de sua região produtiva. Assim, poderíamos pensar, entre tantas outras, nas seguintes questões norteadoras: Quais

são as principais culturas produzidas? Está havendo mudanças nas formas de uso e ocupação do solo? Quais são as condições técnicas da produção? Quais são os agentes à frente da produção? Observam-se a territorialização do capital e a monopolição do território pelos agentes do agronegócio? Quais são as características da estrutura fundiária? Observam-se conflitos no campo associados à reestruturação produtiva da agropecuária? Tais aspectos refletem-se diretamente nas cidades e em suas respectivas regiões de influência.

Esse eixo nos permite avaliar as características, os ritmos e as consequências socioespaciais, resultantes do processo de reestruturação produtiva da agropecuária, constituindo, sem dúvida, uma das vias de reconhecimento das transformações da sociedade e do território brasileiros dos últimos 50 anos. Desde então, organiza-se e difunde-se o modelo de produção denominado agronegócio. Esse eixo também permite avaliar um vasto conjunto de processos ligados à desestruturação da formação socioespacial anterior à difusão da economia, da sociedade e do território do agronegócio globalizado.

O eixo temático inclui diversas variáveis a serem operacionalizadas por meio de inúmeros indicadores, que revelam a intensidade com que se manifestam os processos, como o número e a área dos estabelecimentos agropecuários, segundo classes de utilização da terra; a área plantada e a produção; a condição legal das terras; a estrutura fundiária; o preço da produção; o destino da produção; número de estabelecimentos que utilizam máquinas agrícolas; percentual de estabelecimentos agrícolas com acesso à eletrificação; percentual de estabelecimentos que utilizam insumos químicos, sementes selecionadas, agrotóxicos; número de empresas associados à agropecuária; número de empregos formais da agropecuária; população ocupada nos estabelecimentos agropecuários; preço da terra; número de armazéns e silos; PIB agrícola em relação ao PIB municipal, entre muitos outros.

O recorte espacial deve considerar, no mínimo, alguns municípios que compõem a região produtiva na qual a cidade

se insere, enquanto o recorte temporal precisa abarcar um período que explicita as mudanças ocorridas nas formas de uso e ocupação do espaço agrícola. Assim, uma sugestão pode ser a de que os estudos incluam, ao menos, dois anos de coleta de dados: um antes do início das mudanças e outro o mais próximo possível do momento da pesquisa. Idealmente, deve-se incluir um ano intermediário, visando melhor avaliar as mudanças e seus ritmos.

Através dessas variáveis e indicadores, é possível captar alguns dos processos de reestruturação produtiva da agropecuária, as dinâmicas do mercado de terras e de organização da estrutura fundiária, as metamorfoses das formas de uso e ocupação do solo, assim como os agentes à frente de tais processos e as mudanças das relações sociais de produção.

A caracterização desse eixo também fornece elementos para o estudo de aspectos basilares de outros eixos, como os processos de desterritorialização das populações que originalmente ocupavam a região e que foram expulsas do campo, caracterizando, por exemplo, os deslocamentos demográficos, essenciais para os estudos da dinâmica populacional.

Quanto às fontes de dados a serem consultadas, indico os Censos Agropecuários e a Produção Agrícola Municipal, produzidos pelo IBGE, e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Também é possível obter informações através de trabalhos de campo, imprescindíveis para pesquisas sobre cidades ou regiões do agronegócio; relatórios e visitas técnicas às secretarias municipais e estaduais de agricultura e desenvolvimento econômico; documentos de jornais especializados; entrevistas e conversas com os diferentes agentes associados ao agronegócio, com os excluídos pelo processo de reestruturação produtiva, sindicatos patronais e de agricultores, com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Cáritas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores, entre outros.⁹⁹

⁹⁹ A reestruturação produtiva da agropecuária e a organização da agricultura científica já foi por mim estudada em algumas pesquisas. Foi tema do capítulo

b) Consumo produtivo do agronegócio

O estudo desse eixo promove uma melhor compreensão das cidades do agronegócio. Nas áreas onde se processam a reestruturação produtiva da agropecuária e a difusão do agronegócio globalizado, é comum que as cidades desenvolvam novas funções e expandam suas economias associadas ao *consumo produtivo do agronegócio*. Esse tipo de consumo está diretamente associado às condições gerais de produção do setor, ou seja, aquelas inerentes à reprodução dos meios de produção (bens e serviços) para a consecução do agronegócio.

Entre as questões norteadoras importantes para o eixo, destaco: Quais serviços e comércios estão intrinsecamente associados ao consumo produtivo do agronegócio? Qual a importância desse consumo produtivo mediante o consumo total na cidade estudada? Qual a representatividade das casas comerciais e dos serviços voltados ao agronegócio perante o terciário total? É possível reconhecer a sua concentração espacial na cidade? Qual o destaque do ensino técnico e tecnológico associado ao agronegócio em relação ao número total de cursos e matrículas? É possível detectar quanto dos empréstimos realizados nas agências bancárias se associam ao agronegócio? É possível observar hegemonia dos estabelecimentos comerciais e de serviços inerentes ao consumo produtivo no que tange ao número de estabelecimentos e ao valor bruto das operações? Existem comércios e serviços inerentes ao agronegócio associados ao circuito superior da economia urbana? As instituições associadas às redes de poder do agronegócio estão presentes na cidade?

Dentre os processos reveladores de transformações atreladas ao consumo produtivo do agronegócio, mencionaria o crescimento dos comércios e serviços associados às demandas do agronegócio, que se destacam entre os vetores de incremento da

2 de minha tese de doutorado, quando estudei a região de Ribeirão Preto (SP) (Elias, 2003a). Poderia indicar outros registros, como Elias (2002b, 2003b)

economia urbana, além de determinar novas relações campo-cidade. Esses comércios e serviços também promovem o aumento da urbanização, a (re)estruturação de cidades e a (re)estruturação urbano-regional em áreas onde o agronegócio é relevante para a economia e para a produção do espaço. Para além da sua diversidade em termos de funções e porte, a concentração espacial do terciário, assim como sua interferência na estruturação urbano-regional, denota especificidades locais vinculadas às diferentes culturas presentes em cada RPA e com as quais cada cidade do agronegócio se associa.

O número de variáveis e seus respectivos indicadores neste eixo é extenso. Como exemplo, cito alguns serviços associados às demandas do agronegócio: empresas de pesquisa agropecuária; análise de solos; aviação agrícola; consultoria agrícola; montagem de sistemas de irrigação; leilões de gado; manutenção de máquinas agrícolas; empresas de transporte de cargas; escritórios de exportação; cursos técnicos e superiores voltados às demandas do agronegócio, desde os mais tradicionais, como de Veterinária, até os mais recentes, como os inerentes às *agtechs* – as *startups* voltadas ao agronegócio, entre tantos outros. Vale citar ainda os estabelecimentos comerciais, como os de máquinas agrícolas, sementes selecionadas, agrotóxicos, fertilizantes, entre vários outros. A depender da situação analisada, cabe ao pesquisador verificar a possibilidade de formular indicadores que possam revelar as possíveis transformações, inclusive mediante mais de uma variável, considerando a complexidade dos casos estudados.

Em relação às fontes de dados, a obtenção de informações é mais complexa, especialmente em relação aos serviços, devido à quantidade, diversidade e tipos de fontes oficiais que permitam a construção de séries históricas. Em muitos casos, é necessária a coleta de dados primários, através de trabalho de campo ou a consulta a outras fontes, como associações comerciais, sindicatos, documentos das empresas etc. Entre as fontes possíveis, menciono: a RAIS, a Pesquisa de Estoques do IBGE, o MEC/Inep, os jornais de circulação diária com acesso via internet, revistas

especializadas, associações comerciais, trabalhos de campo e visitas técnicas a empresas, sindicatos patronais e feiras agropecuárias, entre outros.¹⁰⁰

c) Composição do setor industrial

Apesar de ser bastante revelador, esse eixo não se aplica necessariamente a todas as cidades do agronegócio, já que, nem sempre, as produções agropecuárias estão fortemente relacionadas ao setor industrial. Por exemplo, embora seja essencial para as áreas de produção de soja, a composição do setor industrial não é um elemento de mesma importância para áreas voltadas para a produção de frutas tropicais no Nordeste, tal como a formada pelo baixo Jaguaribe (CE) e baixo Açu (RN), comandada a partir de Mossoró (RN) e Limoeiro do Norte (CE)

É importante salientar que esse eixo se relaciona a uma clássica característica da expansão do capitalismo no campo: a subordinação crescente da agropecuária à indústria (Kautsky, 1980; Oliveira, 2010). Dessa forma, o setor industrial se destaca não só na economia industrial, mas se associa cada vez mais à economia agrícola de muitas regiões produtivas do agronegócio, uma vez que alguns segmentos se encontram monopolizados pelo capital agroindustrial, que domina parcelas crescentes da produção agropecuária para beneficiamento, processamento ou transformação. Isso é uma realidade na produção de soja, na avicultura, na pecuária leiteira, na produção de coco, de castanha de caju, entre outras culturas.

Por outro lado, é crescente a dependência da agropecuária como consumidora de produtos industrializados, como máquinas agrícolas, fertilizantes, agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas, entre outros. Além das agroindústrias alimentares, vários desses ramos industriais podem ser encontrados em cidades do agronegócio, como nas que se notabili-

¹⁰⁰ Entre os trabalhos nos quais tratei do consumo produtivo do agronegócio, cito Elias (2003a, 2009, 2015a, 2022b,d) e Elias e Pequeno (2010). O capítulo 7 deste livro abordará com mais detalhes o consumo produtivo do agronegócio.

zam pela produção de máquinas agrícolas e para o segmento sucroalcooleiro.¹⁰¹

Algumas questões norteadoras contribuem para o estudo do setor industrial nas cidades do agronegócio: Qual o percentual de agroindústrias e de indústrias de bens de capital para o agronegócio perante o número total de estabelecimentos e empregos industriais? Qual o nível de capital e de tecnologia das indústrias associadas ao agronegócio? Qual a origem do capital das agroindústrias? As matérias-primas das agroindústrias são provenientes da região produtiva na qual a cidade está inserida? Qual o destino da produção agroindustrial? Quando existente, a produção das indústrias de bens de produção é consumida localmente? As indústrias associadas ao agronegócio são importantes quanto à arrecadação do ICMS?

Alguns estudos que realizei (Elias, 2003a, 2020b) indicam alguns processos fundamentais a serem estudados: o crescimento do número de estabelecimentos e de empregos industriais relacionados aos ramos associados ao agronegócio; a diversificação das classes da agroindústria alimentar; a ampliação da concentração econômica no segmento agroindustrial; a formação de corporações agroindustriais alimentares; o incremento do poder econômico e político das corporações agroindustriais; a monopolização da produção agropecuária pelas corporações agroindustriais alimentares; e o aumento das relações campo-cidade, promovidas pelas corporações agroindustriais, entre outros.

Quanto às variáveis e aos indicadores que viabilizam as análises a respeito desses processos, cito: número de estabelecimentos e empregos agroindustriais; número de empregos e estabelecimentos, segundo grupos e classes da agroindústria; número de empregos por estabelecimento, segundo faixas de número de empregos; número de empresas com mais de 500 empregados (indicador que permite classificar o estabelecimento como de grande porte); distribuição espacial dos esta-

¹⁰¹ As cidades de Sertãozinho, pertencente a região de Ribeirão Preto (SP), e Passo Fundo, no Rio Grande do Sul são exemplos importantes dessa realidade.

belecimentos e dos empregos da agroindústria; percentual de domínio da produção agropecuária por parte das agroindústrias; fluxos de trabalhadores, matérias-primas e insumos realizados entre o local da produção agropecuária e as sedes das agroindústrias; quantidade de estabelecimentos e empregos da indústria fornecedora de bens de produção ao agronegócio, entre outros.

Destaco duas fontes importantes para trabalhar esse eixo: a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).¹⁰² A primeira permite identificar e selecionar os diferentes grupos e classes de atividades da indústria de transformação que diretamente se associam ao agronegócio, enquanto a segunda fornece informações sobre os números de estabelecimentos e empregos formais, segundo as atividades econômicas e os municípios.

Como para todos os eixos, também é essencial a formação de uma hemeroteca, que proporcione informações referentes ao tema e ao objeto de estudo, notadamente com suas características mais atuais. Da mesma forma, dados disponibilizados pelas empresas (planos estratégicos, relatórios etc.) contribuem para o melhor entendimento do funcionamento das atividades produtivas.

d) Dinâmica populacional

Passadas cerca de cinco décadas do início da difusão do agronegócio no Brasil, não há dúvidas quanto a seu impacto sobre a dinâmica populacional do país. Tal realidade é totalmente perceptível nas regiões e cidades do agronegócio, onde se observam diversos processos espaciais vinculados a novos movimentos demográficos, com significativos crescimentos das populações total e urbana; diminuição expressiva da população rural, com fortes movimentos do campo para as cidades; intensos processos de migração descendente (de cidades maiores

¹⁰² O MTE disponibiliza vários dados sobre o mercado de trabalho formal brasileiro, como os contidos na RAIS, sobre o número de empregos formais e estabelecimentos contratantes.

para cidades menores), muito fortemente associados às demandas do agronegócio por mão de obra especializada, de origem e vivências urbanas, o que faz das cidades do agronegócio locais de concentração de uma gama diversificada de profissionais especializados com maior qualificação.

Muitos outros processos podem vir a ser identificados a partir das questões norteadoras vinculadas a esse eixo, entre as quais destaco: Como ocorre a dinâmica populacional na região e cidade do agronegócio? Como evoluiu a taxa de urbanização após a chegada do agronegócio? Como se dá a evolução da população total, urbana e rural? Quais as principais características dos processos migratórios? É possível observar a presença de migrantes sazonais? Como se processam os fluxos diários de trabalhadores agrícolas não rurais? A difusão do agronegócio contribuiu para o êxodo rural? Como a exigência de mão de obra especializada para o agronegócio influencia o processo de migração descendente? Qual a origem da mão de obra especializada que chega para trabalhar no agronegócio? Como se dá a distribuição dos migrantes, segundo gênero?

Entre as variáveis e indicadores, destacam-se: contingente de população total, urbana e rural; taxa de urbanização; número de pessoas residentes urbanas não nascidas no município; município de origem; dentre outros. Para esse eixo, os Censos Demográficos e outras pesquisas do IBGE, como projeções e estimativas da população, constituem as fontes principais.

e) Dinâmica do mercado de trabalho

O mercado de trabalho é um tema que revela muito não só sobre a cidade, mas também sobre a própria região produtiva do agronegócio, especialmente considerando-se as relações campo-cidade. Entre as inúmeras transformações que tem sido levantadas, merecem destaque alguns processos que permitem uma melhor compreensão deste eixo: a formação de um mercado de trabalho agrícola formal, até então pouco significativo em muitas áreas do Brasil, notadamente nas fronteiras agrí-

colas; e a evolução da mão de obra especializada associada ao agronegócio e o crescimento de novas categorias de trabalhador agrícola, como o agrícola não rural, que mora na cidade e trabalha no campo, evidenciando, entre outros aspectos, as mudanças das relações sociais de produção, promovidas pela difusão do agronegócio. A dinâmica do mercado de trabalho compõe um eixo totalmente imbricado com outros, como o da dinâmica populacional, do consumo produtivo do agronegócio e da composição do setor industrial.

As questões que norteiam este eixo podem permitir que outros processos sejam identificados. Para maior profundidade do tema, sugiro as seguintes perguntas: Qual o percentual dos empregos formais gerados pelo agronegócio em seus diferentes segmentos? Quanto da população economicamente ativa (PEA) associada ao terciário está empregada no comércio e nos serviços especializados para o agronegócio? Como se dá a participação da PEA agrícola na PEA total? Como se observam a formação e a difusão do mercado de trabalho agrícola formal, segundo dados da RAIS/CAGED? Quais atividades associadas ao agronegócio oferecem mais empregos formais durante o período da safra? Em que grau se verifica a exigência de mão de obra especializada para o agronegócio? Quais características do sistema de produção flexível – como de terceirização e subcontratação – podem ser observadas a partir da difusão do agronegócio? Os períodos de maior nível de emprego coincidem com os períodos de safra das principais culturas associadas ao agronegócio? Quais as relações possíveis entre os diferentes níveis de emprego e as diferentes fases do calendário agrícola? Como se manifestam o subemprego e o desemprego no período de entressafra? Há trabalho análogo à escravidão?

Como variáveis e indicadores, destaco: pessoas residentes em áreas urbanas ocupadas no setor agropecuário; mão de obra agrícola não rural sem qualificação; quantidade de mão de obra especializada ocupada na agropecuária; número de empregos, estabelecimentos comerciais e serviços associados à agropecuária; PEA; população ocupada nos estabelecimentos agropecu-

ários, entre outros. As principais fontes para esse eixo são os dados da RAIS e dos Censos Demográfico e Agropecuário.¹⁰³

f) (Re)estruturação da cidade

Esse eixo também é bastante complexo e permite uma aproximação com estudos sobre a economia política da cidade, sendo possível observar, de maneira geral, as formas de atuação dos diferentes agentes produtores do espaço da cidade, as condições que propiciam disputas e coalisões entre eles e como a produção da cidade se processa no tempo e no espaço.

Para o estudo da (re)estruturação da cidade, é crucial considerarmos os sistemas de objetos e os sistemas de ação. Devem ser levantados dados relativos à presença ou à ausência das infraestruturas e equipamentos nas cidades, bem como dos espaços de moradia e consumo, que refletem novas práticas socioespaciais em espaços urbanos não metropolitanos.

Alguns processos fundamentais devem ser abarcados nos estudos relacionados à (re)estruturação da cidade. Partindo da chegada de novos agentes econômicos associados ao agronegócio, observa-se a exigência de toda sorte de implantação de sistemas de objetos, visando maior fluidez do território, multiplicando os fixos e os fluxos de diferentes naturezas nas cidades do agronegócio. Ocorre, assim, uma ampliação e modernização das infraestruturas e equipamentos para gerar suporte ao desenvolvimento das atividades agrícolas e agroindustriais, especialmente associadas aos transportes, às comunicações, à eletrificação e ao saneamento, expandindo a materialidade do território e a rede de relações nas quais se inserem as cidades.

Se, por um lado, aumentam os sistemas de objetos associados às demandas do agronegócio, considerando-se a nova dinâmica populacional e do mercado de trabalho, com crescimento da população urbana e total, por outro lado, é possível observar a difusão dos fixos inerentes às demandas da população, embora

¹⁰³ Entre os registros de resultados de pesquisas sobre esse eixo, cito: Elias, Muniz e Bezerra (2007); Elias, Pequeno e Romcy (2012); e Bezerra e Elias (2011).

em diferentes velocidades e qualidades, restando muitas desigualdades em relação ao atendimento à produção e à população, ou seja, entre o consumo produtivo e o consumo consumptivo (Santos, 1988), considerando-se o desenvolvimento desigual e combinado, característico do capitalismo.

Como para os demais eixos, aponto algumas questões norteadoras, com o intuito de evidenciar elementos de análise que possam qualificar e detalhar as especificidades inerentes a esse eixo temático: Quais elementos se destacam na estruturação das cidades estudadas? Como ocorre a implantação da logística para o agronegócio (rodovias, portos secos, terminais intermodais, silos, armazéns etc.)? A chegada e a difusão das atividades associadas ao agronegócio promoveram redefinições dos centros tradicionais e a formação de subcentros na estrutura da cidade (com a instalação de *shopping-centers*, supermercados, hotéis de rede, franquias, universidades privadas, agências bancárias, condomínios fechados etc.)? Houve uma reestruturação do centro tradicional da cidade (com a construção de centros culturais, teatros, ginásio de esportes etc.)? O consumo produtivo do agronegócio gera um subcentro associado aos produtos e serviços especializados para o setor? Qual a infraestrutura instalada (aeroportos, portos, rodovias, portos secos, ferrovias, hidrovias, terminais portuários) concernente às horizontalidades e verticalidades das empresas e corporações do agronegócio (fluxos de ordens, conhecimento, informação, mercadorias, matérias-primas)? Houve expansão da oferta de infraestrutura, serviços urbanos e equipamentos sociais com a chegada dos agentes do agronegócio? Há vazios urbanos próximos às áreas de maior concentração de infraestrutura? O uso residencial ainda permanece na área central? Como o mercado imobiliário tem atuado? De que forma o processo de planejamento urbano do município vem sendo conduzido em relação ao combate à especulação imobiliária? O plano diretor prevê a existência de distritos agroindustriais? Como as leis de diretrizes dos transportes regula o aumento do transporte de carga? Como as leis urbanísticas lidam com a existência de grandes plantas indus-

triais em áreas centrais? Quais as principais características das leis de uso e ocupação do solo da cidade?

Vale ainda enfatizar que, por meio dos processos apontados pelas questões norteadoras deste eixo, podem ser identificadas suas variáveis e seus respectivos indicadores operacionais.

Quanto às fontes de dados, há um conjunto de informações secundárias, produzidas por instituições públicas, como: IBGE, Fundação João Pinheiro, Portal Brasileiro de Dados Abertos, Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Agência Nacional de Aviação Civil, Associação Brasileira de Shopping-Center (ABRASCE), Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) e Ministério da Educação (MEC).

Por outro lado, diversas informações precisam ser levantadas diretamente junto às prefeituras e secretarias municipais, especialmente através de trabalho de campo. Essas fontes incluem Planos Diretores, Leis de Parcelamento e de Uso e Ocupação do Solo, Código de Obras, Planos Setoriais (mobilidade, habitacional, de saneamento), entre outras. Também devem ser realizados diálogos com os gestores públicos, pois estes podem fornecer informações importantes para a pesquisa.

Cabe ainda destacar a presença de grandes projetos urbanos (GPU) vinculados à logística, à infraestrutura e a grandes equipamentos de uso coletivo. Apesar de restritos a um determinado recorte espacial, tais projetos, por vezes, suplantam, em importância, os processos de planejamento territorial voltados à totalidade do município. Esses projetos têm sido utilizados para a implementação de parcerias público-privadas, visando atrair investidores, mas sem que os benefícios sejam distribuídos por todo o município.¹⁰⁴

g) Desigualdades socioespaciais na escala interurbana

Nas regiões produtivas do agronegócio, o campo e a cidade revelam as novas faces da pobreza estrutural (Elias, 2006c). De

¹⁰⁴ Entre as publicações sobre reestruturação urbana de cidades associadas ao agronegócio, cito: Elias (2003a), Elias e Pequeno (2010, 2016, 2018, 2023) e Pequeno e Elias (2020).

maneira geral, as cidades do agronegócio reproduzem problemas urbanos semelhantes aos das cidades maiores, além de gerarem novas e mais complexas desigualdades.

Destacaríamos: ausência ou insuficiência de equipamentos sociais (creches, escolas, postos de saúde) nas áreas habitadas pela população de menor renda; favelização nos espaços destinados a usos institucionais e áreas verdes; surgimento de áreas de ocupação em situação de risco ambiental; disseminação de vazios urbanos atrelados à especulação imobiliária; loteamentos periféricos clandestinos desprovidos de infraestrutura; congestionamento nas áreas centrais por movimentação de carga e descarga, entre outros (Elias; Pequeno, 2016, p.391).

Assim, outro tema essencial para estudo de uma cidade do agronegócio refere-se às desigualdades socioespaciais. O estudo dessas desigualdades nas cidades do agronegócio inclui diversas variáveis, como ocorrem em relação a outras cidades brasileiras.

Em parceria com o arquiteto e urbanista Renato Pequeno (UFC), realizei alguns trabalhos sobre este eixo. Nossa primeira pesquisa conjunta, em meados dos anos 2000, considerava a difusão do agronegócio e as novas dinâmicas socioespaciais em áreas que até então compunham parte do *exército de lugares de reserva*, especialmente em regiões do Cerrado nordestino, região que, posteriormente, passou a ser conhecida como Matopiba, com a expansão do complexo soja. Da mesma forma que nos vales úmidos do Semiárido, com a produção de frutas tropicais voltadas à exportação (regiões do baixo Jaguaribe - CE e baixo Açu - RN; Petrolina - PE e Juazeiro - BA). Durante essa pesquisa, realizamos alguns trabalhos de campo que incluíram municípios diretamente associados ao agronegócio.¹⁰⁵

¹⁰⁵ Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Correntina, São Desidério, Formosa do Rio Preto (BA); Uruçuí (PI); Balsas (MA); Limoeiro do Norte, Russas, Icapuí e Quixeré (CE); Mossoró, Areia Branca, Açu, Ipanguaçu (RN); Petrolina (PE) e Juazeiro (BA).

Foi durante as pesquisas realizadas em parceria com o professor Renato Pequeno, que passei a organizar melhor os procedimentos metodológicos, tendo aprendido com ele a organização do que ele denomina matriz metodológica. Posso afirmar, inclusive, que grande parte do que apresento neste capítulo é fruto dessa parceria extremamente frutífera e prazerosa.¹⁰⁶

Outra importante lição que aprendi com esse pesquisador refere-se à possibilidade de estudo das desigualdades socioespaciais na escala da cidade, tendo a moradia como variável-chave. Segundo Pequeno (2010, 2015), a moradia é a variável que melhor explicita o estágio de desigualdades socioespaciais no espaço urbano, tendo sido, por esse motivo, escolhida para traduzir as disparidades nas cidades do agronegócio em algumas das pesquisas que realizamos.¹⁰⁷

Ainda de acordo com Pequeno e, considerando critérios propostos por Corrêa (1995, 2013), a análise da produção da moradia pode ser realizada segundo os diferentes agentes da produção do espaço, incluindo a força dos grupos hegemônicos vinculados ao setor imobiliário privado, a pertinência e os impactos da produção de interesse social pelo Estado e a produção em condições precárias pelos grupos excluídos (Pequeno; Elias, 2020). Pequeno (2010, 2015) traduz essa dinâmica como a cidade produzida pelo mercado imobiliário, a cidade das políticas habitacionais de interesse social e a cidade informal e precária.

Novamente, destaco que tais separações correspondem a um recurso metodológico para facilitar a compreensão dos processos espaciais com base nos diferentes agentes, reconhecendo, contudo, que estes são totalmente interligados e interdependentes.

Em relação às questões norteadoras, muitas das que foram citadas no eixo anterior contribuem para a compreensão das desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. Entre

¹⁰⁶ Sobre o tema, pode ser visto Elias (2007a, 2011, 2020a, 2022c).

¹⁰⁷ Produzimos alguns artigos científicos sobre as desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio: Elias e Pequeno (2007, 2010, 2016, 2023) e Pequeno e Elias (2020).

as que não foram mencionadas, destaco: Como a questão da moradia se manifesta, considerando-se os diferentes agentes da produção do espaço? Quais agentes se destacam em relação à questão da moradia e quais são seus papéis e interesses? Onde se localizam os vazios urbanos? Qual o tamanho desses vazios urbanos? Já se observa o processo de verticalização associado à moradia na cidade? É possível encontrar espaços ocupados por grupos autoss segregados? Há setores onde predomina a habitação social de mercado? A cidade possui conjuntos habitacionais originários de políticas públicas? A que políticas e programas habitacionais eles se vinculam? Como as políticas urbana e habitacional foram conduzidas nas últimas décadas? É possível reconhecer associação entre ambas? Que instrumentos da política urbana podem ser apontados para o enfrentamento da questão habitacional? De que maneira a regularização fundiária tem ocorrido no município? Como são as condições de moradia das populações excluídas em assentamentos urbanos precários? Existem loteamentos periféricos clandestinos desprovidos de infraestrutura? Há ocupação de áreas em situação de risco ambiental? Registram-se ausência ou insuficiência de infraestrutura urbana, serviços e equipamentos sociais nas áreas habitadas pela população de menor renda?

Uma pesquisa sobre as desigualdades socioespaciais tendo a moradia como variável-chave exige um esforço de síntese a partir da análise de um vasto conjunto de dados secundários, produzidos por instituições públicas, assim como de informações que precisam ser coletadas junto ao setor privado, como as empresas do setor imobiliário. O trabalho de campo é igualmente imprescindível para a obtenção de dados primários, ampliando as chances de se alcançar resultados consistentes, que reflitam da forma mais fidedigna possível a realidade da desigualdade socioespacial das cidades estudadas.

Entre as fontes produzidas por instituições públicas, cito: os estudos da Fundação João Pinheiro sobre as características do déficit habitacional; os estudos e programas do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH); os vários documentos que com-

põem os planos diretores dos municípios; a Lei de Parcelamento; a Lei de Uso e Ocupação do Solo; os programas habitacionais apoiados pela Caixa Econômica Federal (CEF) ou pelo Banco do Brasil junto às prefeituras e aos respectivos governos estaduais; os programas de urbanização de favelas, incluindo as remoções e o reassentamento de populações de áreas ocupadas. Ressalto a importância de investigar o conteúdo das políticas urbana e habitacional, a fim de identificar possíveis instrumentos urbanísticos capazes de enfrentar as disparidades, atenuar as precariedades e atender às demandas localizadas.

Entre as informações a serem obtidas em campo, destaco: a existência de imobiliárias com a dinamização do mercado urbano de terras e de moradias, inclusive para aluguel; os principais lançamentos das construtoras (de loteamentos fechados e edifícios); a presença e o peso dos vazios urbanos; a existência da verticalização; os estudos sobre o déficit habitacional, as condições inadequadas de moradia e os domicílios vagos; o mapeamento de assentamentos urbanos precários, ocupados pela população excluída pelas políticas públicas; a existência de cortiços, favelas, conjuntos habitacionais inacabados e loteamentos irregulares e clandestinos, inclusive promovidos pelos agentes do mercado imobiliário formal. Atualmente, várias dessas informações podem ser obtidas via internet.

Consumo produtivo nas cidades do agronegócio

O objetivo principal deste capítulo é, efetivamente, operacionalizar um dos eixos citados no capítulo anterior: o do consumo produtivo do agronegócio. Para isso, revisito o conceito de consumo produtivo, especialmente a partir da obra de Milton Santos, a partir de dois objetivos principais: evidenciar a importância dessa noção para a compreensão da urbanização brasileira, notadamente nas áreas de difusão do agronegócio e destacar as derivações que promovi a partir dessa noção. Tais objetivos salientam, também, a importância do corpo teórico-conceitual e metodológico trabalhado por Milton Santos.

7.1. Revisitando o conceito de consumo produtivo

Em várias de suas obras e sob diferentes aspectos, o geógrafo brasileiro Milton Santos (1979b, 1987, 1993, 1994a, 1996, 2000) abordou o consumo a partir de sua relação com a terciarização da economia, com o incremento da economia urbana e da urbanização e com a alienação e a formação do consumidor mais-que-perfeito.

Em um de seus trabalhos basilares para compreender a urbanização brasileira no período técnico-científico-informacional, Santos (1993) destacou as novas formas de consumo como uma das variáveis-chave para a compreensão da diversidade e da complexidade dessa urbanização, associadas ao consumo consumptivo ou ao consumo produtivo. Segundo o geógrafo, enquanto o consumo consumptivo está diretamente associado às demandas da população (alimentação, saúde, educação, vestimenta, lazer etc.), esgotando-se em si mesmo e criando

demandas heterogêneas, de acordo com os diferentes estratos de renda, o consumo produtivo relaciona-se às demandas da produção, ou seja, à reprodução dos meios de produção.¹⁰⁸

Para esse segundo tipo de consumo, de forma mais proeminente, Santos (1993, 1994a, 1996, 2000) enfatizou o consumo produtivo da agricultura moderna, realizada com conteúdos crescentes de ciência, tecnologia, informação e capital intensivos. No livro *Técnica, espaço e tempo*, o autor alerta para o fato de que:

À medida que o campo se moderniza, requerendo máquinas, implementos, componentes, insumos materiais e intelectuais indispensáveis à produção, ao crédito, à administração pública e privada, o mecanismo territorial da oferta e da demanda de bens e serviços tende a ser substancialmente diferente da fase precedente. Antes, o consumo do campo e das localidades propriamente rurais era, sobretudo, um consumo consumptivo, tanto mais expressivo quanto maiores as sobras disponíveis, estas sendo função da importância dos rendimentos e salários. [...]. Com a modernização agrícola, o consumo produtivo tende a se expandir e a representar uma parcela importante das trocas entre os lugares da produção agrícola e as localidades urbanas (Santos, 1994b, p. 146-147).

Isso faz com que as cidades próximas às áreas de agricultura modernizada sejam chamadas a suprir as demandas crescentes por insumos materiais e intelectuais de diferentes segmentos comerciais e de serviços especializados. Nas palavras do autor, “o consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, as adapta” (Santos, 1993, p. 50). Além disso,

os fatores de coesão entre a cidade e o campo se tornaram mais numerosos e fortes. A agricultura moderna, à base de

¹⁰⁸ Os estudos sobre o consumo produtivo apareceram primeiro em Marx (1982), associados à reprodução dos meios de produção. De acordo com Sandroni (2008), o consumo produtivo refere-se ao consumo de produtos que retornam ao processo de produção – sob a forma de insumos ou bens intermediários (matérias-primas elaboradas) – para serem transformados em novos produtos.

ciência, tecnologia e informação, demanda um consumo produtivo cuja resposta, imediata, deve ser encontrada na cidade próxima. Com a divisão interurbana do trabalho, as tarefas especializadas reduzem os respectivos custos unitários, aumentando a produtividade e a rentabilidade de cada agente individual e fortalecendo o conjunto de cidades (Santos, 1996, p. 227).

Diante do exposto, o crescimento do consumo produtivo voltado à agropecuária se deu de forma extraordinária em várias partes do país, notadamente em regiões que Santos (1993) chamou de Brasil agrícola com áreas urbanas e que representam uma parte cada vez maior das relações e trocas entre o campo e as cidades, sendo caracterizadas ainda pelo incremento da urbanização e aumento do número de cidades nas áreas de difusão do agronegócio.

Dada sua importância para a compreensão da urbanização brasileira desde os anos 1970, desenvolvi investigações sobre o consumo produtivo inerente à agropecuária, empreendida com conteúdos crescentes de ciência, tecnologia, informação e capital intensivos, no âmbito da pesquisa que resultou em minha tese de doutorado. Por vários anos, utilizei a noção de consumo produtivo agrícola ou consumo produtivo da agricultura moderna para me referir a esse tipo de consumo produtivo (Elias, 2003a, 2006b). Porém, há alguns anos, substituí esse conceito pelo de consumo produtivo do agronegócio, visando explicitar com maior precisão a qual conjunto de atividades efetivamente esse consumo se vincula, entendendo ainda que esse seria um caminho mais eficiente para consolidar conceitualmente a noção (ELIAS, 2012, 2015a, 2022c,d).

Considero que o consumo produtivo do agronegócio está diretamente relacionado às condições gerais de produção do agronegócio, sendo inerente à reprodução dos meios de produção (bens e serviços) necessários à sua realização nas diversas atividades agropecuárias e agroindustriais. Assim, a reestruturação produtiva da agropecuária e a difusão do agronegócio glo-

balizado no Brasil não apenas ampliaram a produção agrícola e agroindustrial, como também foram determinantes para a expansão qualitativa e quantitativa do setor terciário e da urbanização (Elias, 2003a).

Não tenho dúvida em afirmar que o aumento de uma extensa gama de comércios e de serviços especializados voltados ao agronegócio está entre os principais vetores de dinamização da economia urbana. Além disso, também pode ser identificado como um elemento-chave na (re)estruturação de várias cidades e no surgimento de novas e complexas relações campo-cidade, além do incremento da urbanização e de processos de (re)estruturação urbano-regional em regiões onde o agronegócio é relevante na economia e na produção do espaço (Elias, 2022c,d).

Entendo, assim, que o estudo do consumo produtivo do agronegócio é fundamental para se compreender a complexidade da urbanização brasileira dos últimos 50 anos.

7.2. Economia urbana e consumo produtivo do agronegócio

Na presente seção, apresento casos emblemáticos de economias urbanas fortemente associadas ao consumo produtivo do agronegócio em diferentes partes do Brasil. Não se trata de uma listagem exaustiva de todos os comércios e serviços possíveis em cidades específicas, mas sim da exposição de dados referentes a diversas cidades do agronegócio, no intuito de comprovar as principais teses discutidas na seção e no capítulo anteriores, mais especificamente no tópico que se refere ao tema. Os casos contemplam, em especial: a) comercialização de sementes, fertilizantes, defensivos e máquinas; b) *tradings* agrícolas; c) feiras agropecuárias; d) sistema financeiro; e) ensino técnico, tecnológico e superior e f) pesquisa agropecuária.

Alguns exemplos referem-se a cidades de porte médio que, de maneira geral, exercem papéis regionais e polarizam amplas regiões produtivas do agronegócio. Embora sejam essenciais no

oferecimento de bens e serviços para o agronegócio, são também importantes centros de consumo consumptivo e desempenham funções clássicas de cidades que comandam outras cidades, que integram suas respectivas regiões de influência. Também trago como objeto de análise, algumas cidades menores, mais especializadas no consumo produtivo do agronegócio.

De maneira geral, o número de serviços e comércios associados às demandas do agronegócio é bastante expressivo e diversificado. Há estabelecimentos voltados à comercialização de insumos e fertilizantes, colheitadeiras e tratores de última geração, sementes transgênicas, equipamentos para sistemas de irrigação etc. Além do número de estabelecimentos, também merece destaque a quantidade de pessoas dedicadas a essas atividades. Quanto maior o nível de especialização produtiva da região onde determinada cidade do agronegócio está inserida, maior tende a ser o percentual de trabalhadores nos segmentos ligados ao agronegócio, tanto no setor terciário quanto nos estabelecimentos industriais da cidade.

a) Comercialização de sementes, fertilizantes, defensivos e máquinas

A cidade de Uberlândia – que polariza ampla região produtiva do agronegócio no Triângulo Mineiro (MG) e se notabiliza pela produção de soja, milho, café, cana-de-açúcar, entre outros, além de possuir um importante parque agroindustrial – é destaque na região em relação à oferta de bens e serviços especializados ao consumo produtivo para tais atividades. Em pesquisa realizada por Silva, Souza e Pereira (2013), foram localizados 23 estabelecimentos que comercializavam sementes, fertilizantes e defensivos. Esses estabelecimentos foram classificados entre pequenos e grandes, sendo estes últimos distribuidores ou representantes de multinacionais.

O uso intensivo de máquinas agrícolas (colheitadeiras, tratores, semeadores, arados, pulverizadores etc.) é outra característica da agricultura intensiva, o que impulsionou o aumento de estabelecimentos que comercializam e prestam assistência

técnica e manutenção a esses equipamentos. Os autores ainda encontraram 18 estabelecimentos que forneciam esse tipo de produto/serviço na cidade de Uberlândia, sendo que alguns estavam entre as mais importantes multinacionais do setor, como Case Agriculture, New Holland e John Deere (Silva; Souza; Pereira, 2013).

Em Dourados (MS), é notória a relação da (re)produção do espaço urbano e o agronegócio. A cidade comanda uma ampla região produtiva do agronegócio de soja, cana-de-açúcar, milho, suínos, galináceos e bovinos, entre outros produtos, e conta com um portentoso parque agroindustrial, que inclui indústrias esmagadoras de soja, usinas do setor sucroenergético e frigoríficos – muitos deles controlados por corporações transnacionais, como Bunge, JBF, BRF etc.. Diante dessa realidade, o consumo produtivo associado a essas atividades assume grande relevância e se traduz na significativa participação na composição do comércio e dos serviços, visando o atendimento às demandas em produtos, serviços e mão de obra especializados.

Segundo Calixto e Bernardelli (2016), em Dourados, há várias empresas comerciais que distribuem toda a complexa gama de insumos e maquinários voltados ao agronegócio. Muitas são representantes de algumas das mais importantes corporações transnacionais do segmento, como a Basf, Syngenta, John Deere, Bunge, DuPont, Caterpillar, Massey Ferguson, New Holland, Case Agriculture, entre outras.

Chapécó também se destaca como cidade de porte médio que comanda uma ampla e complexa região produtiva do agronegócio, com ênfase para atividades agropecuárias e agroindustriais associadas à produção e abate de animais (aves e suínos, principalmente). Na região, as corporações do ramo de frigoríficos, como BRF, Aurora e Regional Alfa, são hegemônicas no segmento. O consumo produtivo do agronegócio é, portanto, central na dinâmica da cidade, articulando claramente as escalas urbana e regional, com reflexos na (re)estruturação da cidade.

A cidade fornece grande variedade de produtos para a agropecuária, como utensílios para aviários, herbicidas, sementes

melhoradas, rações e medicamentos, além de vários serviços, como de melhoramento genético. Uma pesquisa realizada por Matiello et al. (2016) mostrou que, das 15 maiores empresas comerciais da cidade, cinco atuavam no fornecimento de produtos para a agropecuária, sendo que entre essas últimas, algumas eram filiais de empresas multinacionais.

Quando se trata de serviços, a lista é ainda maior e mais complexa, contemplando desde serviços mais clássicos – como pesquisa agropecuária, manutenção de máquinas agrícolas, empresas de transporte de carga, de leilões de gado, de análise de solos, de assessoria para exportação, de armazenamento, de aluguel de máquinas agrícolas, de financiamento, de compra e venda de grãos – até os mais modernos e sofisticados, como os associados às *agtechs*, *startups* voltadas ao agronegócio, entre muitos outros.

b) Tradings agrícolas

Uma vez que várias das cidades do agronegócio centralizam amplas regiões produtivas especializadas em grãos, notadamente soja e milho, e que a produção é principalmente voltada à exportação, é comum que nessas cidades existam *tradings* agrícolas.

A partir de dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviço (MDIC), Souza (2019) identificou várias *tradings*, notabilizando-se as transnacionais em algumas das cidades do agronegócio no Matopiba. Luís Eduardo Magalhães (BA) e Balsas (MA) eram as duas maiores exportadoras de soja e derivados de toda a região e possuíam, respectivamente, 13 e 12 *tradings*. Em Luís Eduardo Magalhães, estavam instaladas a Bunge, Multigrain, CGG, Cargill, ADM, Noble, Glencore, Naturalle, Nidera, Amaggi & LDC, Bunge, ADM e Multigrain, enquanto Balsas contava com a Bunge, ADM, SLC, Cargill, Algar Agro, Agrex do Brasil, Risa, Agrinvest Brasil, Amaggi & LDC, Multigrain, Glencore, CHS. Em Bom Jesus (PI), por sua vez, havia as seguintes *tradings*: Cargill, Amaggi & LDC, CHS, Multigrain, CGG, Glencore e Agrex do Brasil. Já em Uruçuí (PI), estavam instaladas apenas duas: a Bunge e Risa.

c) Feiras agropecuárias

Outra atividade de grande dinamismo no Brasil agrícola com áreas urbanas, especialmente nos últimos 30 anos, refere-se às feiras agropecuárias, que ocorrem anualmente em várias cidades do agronegócio e funcionam como vitrines do que há de mais modernos no segmento. Como exemplo, cito a Agrishow – Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação –, em Ribeirão Preto (SP), considerada a maior do Brasil; a Fenasuco, em Sertãozinho (SP), especializada no setor sucroenergético; a Tecnoshow / Comigo em Rio Verde (GO); a Expoagro em Dourados (MS); a Exposição Agropecuária de Uberlândia (MG); a Bahia Farm Show, em Luis Eduardo Magalhães (BA); a Expofruit – Feira Internacional da Fruticultura Tropical Irrigada, em Mossoró (RN), entre outras.

Nessas feiras, são negociados produtos e serviços de ponta voltados a todas as etapas do processo produtivo do agronegócio, incluindo máquinas, animais, insumos químicos, serviços etc. Comercializa-se, inclusive, parte da produção futura de vários segmentos. A programação também contempla atividades como rodadas de negócios, minicursos, palestras, mesas redondas, plantio experimental, entre outros. De acordo com os organizadores da Agrishow, em Ribeirão Preto, a Rodada Internacional de Negócios, ocorrida em 2018, reuniu fabricantes brasileiros de máquinas, implementos agrícolas, pecuária e equipamentos de irrigação com compradores (importadores, distribuidores e representantes), procedentes não só do Brasil, mas também de outros países, como África do Sul, Etiópia, Irã, Nigéria, Peru, Quênia, Rússia, Tanzânia e Zimbábue.¹⁰⁹

Além de promover negócios específicos com as empresas do setor, essas feiras são extremamente importantes para a eco-

¹⁰⁹ A Agrishow 2018 foi uma iniciativa de algumas das principais entidades do agronegócio no país: Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA), Federação da Agricultura e da Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP) e Sociedade Rural Brasileira (SRB) (Agrishow, s.d.).

nomia das cidades como um todo, injetando milhões de reais nos segmentos de alimentação, transporte, aluguel de veículos, hospedagem etc., serviços que são utilizados pelos milhares de visitantes. Também há geração expressiva de empregos temporários. Na edição de 2014 da Agrishow, por exemplo, foram criadas 2,2 mil vagas temporárias somente para a montagem da infraestrutura do evento.

O público que frequenta essas feiras é formado principalmente por produtores e técnicos agrícolas, representantes comerciais, empresários do agronegócio de diferentes segmentos, gestores, consultores, veterinários etc. Em 2018, em sua 25ª edição, a Agrishow recebeu 159 mil visitantes em seus cinco dias (Agrishow, s.d.). Em 2022, após dois anos sem ocorrer presencialmente devido à pandemia de Covid-19, a feira recebeu 193 mil pessoas de todas as partes do país e do exterior (Compre Rural, 2022). A Tecnoshow / Comigo em Rio Verde (GO), por sua vez, recebeu 128 mil pessoas em sua edição de 2022 (Tecnoshow Comigo, s.d.).

Outro elemento que comprova a importância da Agrishow é o fato de que ela costuma receber representantes dos poderes Executivo e Legislativo federais. Em 2022, ano eleitoral, o evento contou com a presença do então presidente e candidato à reeleição Jair Bolsonaro, além dos presidentiáveis Ciro Gomes (PDT) e João Doria (PSDB) (Compre Rural, 2022).¹¹⁰

Em várias dessas cidades, as feiras agropecuárias determinam a (re)estruturação urbana e regional, dada a magnitude dos equipamentos e a infraestrutura envolvidos. Para a realização desses eventos, são instaladas infraestruturas fixas que, por vezes, interferem nas diretrizes do plano diretor e na própria legislação urbana, inclusive promovendo especulação imobiliária associada aos vazios urbanos localizados nas proximidades dessas feiras, que tendem a ser mais valorizados. Da mesma forma, por se tratar de equipamentos que se associam a atividades com ampla relevância econômica, esses eventos impactam

¹¹⁰ Para mais informações sobre o consumo produtivo do agronegócio na região de Ribeirão Preto, consultar Elias (2003a).

a estruturação viária da região, tendo em vista o atendimento à demanda de municípios do entorno e de outros mais distantes, sob influência da cidade que polariza a região.

d) Sistema financeiro

O agronegócio é extremamente dependente de grandes quantias de capital para se viabilizar, o que, em parte, explica a proliferação dos diversos agentes operadores do sistema financeiro nas mais distantes fronteiras agrícolas. O número de bancos e agências bancárias evidencia a necessidade do nexo financeiro para a produção. Além disso, a quantidade de crédito concedido se relaciona diretamente ao volume e ao valor da produção de uma cidade, um município e uma região.

De maneira geral, as atividades do agronegócio demandam grandes montantes de crédito para investimento, custeio, comercialização, infraestrutura etc. Historicamente, a reestruturação produtiva da agropecuária se deu através do financiamento público e de bancos, como o BNDES, o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, pilares desse processo até o presente. Antigos bancos estaduais, como o Banespa (SP), o Banestado (PR) e o Banrisul (RS), posteriormente privatizados, também foram importantes para esse processo.

Sem o dinheiro público, não teria sido possível mudar a base técnica da agropecuária; realizar as pesquisas de engenharia genética, que viabilizaram a produção de soja no Cerrado; massificar o consumo de máquinas agrícolas, produtos veterinários, sementes transgênicas; construir os aviários e; em última instância, produzir o meio técnico-científico-informacional, nos espaços rural e urbano, viabilizando os fluxos materiais e de informação com todas as demais escalas geográficas, imprescindíveis à produção moderna.¹¹¹

¹¹¹ A título de exemplo, cito algumas linhas de financiamento de bancos públicos: Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Finame – Moderfrota); Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (BNDES – Moderagro); Linha Especial de Financiamento Agrícola (Finame – Linha Especial); Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Finame – Moderinfra); Programa de

Em cidades do agronegócio, é comum a existência de agências especializadas em diferentes linhas de crédito para atender exclusivamente ao setor. Em Dourados, por exemplo, há uma agência do Banco do Brasil, voltado principalmente ao setor agropecuário (Calixto; Bernardelli, 2016). Em Chapecó, Matiello et al. (2016) observaram que os empréstimos bancários para a agropecuária e para a agroindústria representavam um percentual de quase 50% do total de créditos da cidade.

e) Ensino técnico, tecnológico e superior

Na busca por maior produtividade e eficiência científico-técnica do trabalho, muitas ações voltadas à capacitação para as atividades do agronegócio são realizadas nessas cidades, impactando diretamente a estrutura do emprego e das profissões. Dessa forma, parte do crescimento dos serviços associados à educação, em relação ao ensino técnico, tecnológico ou superior, se refere às demandas desse segmento.

Grande parte dos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos em cidades do agronegócio relacionam-se às necessidades desse setor. A cidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, há cerca de 300 quilômetros da capital Porto Alegre, comanda uma ampla região produtiva do agronegócio, importante produtora de grãos (especialmente soja, trigo e milho) e aves. O município possui várias instituições de ensino superior e, dentre os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, destacam-se o mestrado e o doutorado em Agronomia. Quanto aos cursos de especialização, cito o curso de Produção de Ovinos de Corte. Considerando-se que Passo Fundo possui em seu parque industrial diversos estabelecimentos produtores de máquinas, equipamentos e artefatos agrícolas, essa realidade também se reflete no ensino técnico e tecnológico, com cursos inerentes ao segmento metal-mecânico da mesma linha de produtos, oferecidos pelo CEFET (atual IFRS) e SENAI (Sobarzo, 2010).

Desenvolvimento do Agronegócio (BNDES – Prodeagro); Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (BNDES – Propflora); Programa de Desenvolvimento da Fruticultura (BNDES – Prodefruta) etc.

Em Uberlândia, os estudos realizados por Silva, Souza, Pereira (2013) mostraram que a cidade possuía diversos cursos técnicos e superiores voltados à formação de mão de obra especializada para as demandas do agronegócio, oferecidos por instituições públicas e privadas. Entre esses cursos, figuravam: Veterinária, Agronomia, Biotecnologia, Engenharia Ambiental, Agroindústria, Tecnologia em Agronegócio, Tecnologia em Produção Sucroalcooleira, entre outros.

O mesmo foi observado em relação a Dourados, como evidencia a grade de cursos nas cinco instituições de ensino superior existentes na cidade, entre públicas e privadas. Dentre os cursos de graduação, encontravam-se os de Agronomia, Biotecnologia, Engenharia Agrícola, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Aquicultura, Engenharia de Energia, Zootecnia, Química Industrial, Medicina Veterinária e Administração de Agronegócios. Vários são também os cursos de pós-graduação em nível de mestrado, como os de Engenharia Agrícola, Agronegócios, Química, Zootecnia, Agronomia e Recursos Naturais, sendo que esses dois últimos também contam com a opção de doutorado. Os autores também constataram a presença de cursos tecnológicos, como o de Tecnólogo em Produção Agrícola (Calixto; Bernardelli, 2016).

Essa diversidade de cursos é uma evidência da demanda de mão de obra qualificada voltada ao agronegócio. Entre os segmentos que traduzem essa realidade, podemos citar o de consultorias. Em todas as cidades do agronegócio, há serviços de consultoria de várias naturezas (financeira, gestão, comércio exterior, planejamento, irrigação, silagem, topografia etc.). Dourados possuía 61 empresas de consultoria associadas ao agronegócio, o que representava 61,5% de todas as estabelecimentos de consultoria da cidade (Calixto; Bernardelli, 2016).

f) Pesquisa agropecuária

Entre as tecnologias que revolucionaram a agropecuária em todo o mundo, temos a biotecnologia. A partir das pesquisas com a engenharia genética, foi possível o melhoramento

genético das plantas e dos animais; a diminuição do ciclo produtivo de algumas culturas, viabilizando um maior número de safras; a criação de novas espécies de plantas mais resistentes às intempéries, às pragas e doenças; a adequação de algumas plantas a solos adversos etc. Além disso, esse ramo da ciência é um importante vetor para a eficiência dos demais insumos modernos (fertilizantes, inseticidas etc.) (Elias, 2003a).

Dessa forma, fica evidente que a engenharia genética foi um dos pilares das transformações radicais que ocorreram na agropecuária brasileira. Isso se deve, em grande parte, à organização do primeiro sistema de pesquisa agropecuária pública de âmbito nacional, quando o Governo Federal criou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 1973.

Dada a diversidade dos biomas brasileiros, as unidades da Embrapa se implantaram em todo o Brasil e foram determinantes para a reestruturação produtiva que passou a ocorrer no país. Várias das cidades do agronegócio possuem escritórios da Embrapa, como Passo Fundo, Dourados, Uberlândia, Sinop e Petrolina, entre outras (Embrapa, s. d.).

O escritório de Passo Fundo foi a primeira unidade descentralizada criada pela Embrapa. É especializada em trigo, mas desenvolve também pesquisa com culturas de verão típicas da agricultura subtropical, assim como para o aprimoramento de máquinas agrícolas para o plantio direto em parceria com as indústrias metalmeccânicas do segmento existentes na cidade.¹¹²

Uberlândia, por sua vez, também possui um importante segmento privado de pesquisa biotecnológica, constituindo um dos centros de excelência no país no segmento de melhoramento genético de sementes, especialmente de algodão, milho, soja e arroz. No complexo produtivo de biotecnologia de Uberlândia,

¹¹² Durante um trabalho de campo realizado em Passo Fundo e região, tive oportunidade de realizar uma visita técnica à Embrapa. Em entrevista com seu diretor-presidente, até aquele momento, a unidade já havia produzido 164 cultivares de grãos, sendo 100 de trigo, 33 de soja, 14 de cevada, nove de triticale, três de milho, dois de feijão, um de centeio, um de canola e um de ervilha forrageira (Elias, 2015a). Em outras oportunidades, visitei também a unidade da Embrapa em Petrolina (PE) e em Fortaleza (CE).

destacam-se algumas corporações transnacionais, como a Bayer e a Syngenta. Presente em mais de 90 países, no Brasil, a Syngenta possui atividades em várias das regiões produtivas do agronegócio. Nas cidades aqui consideradas para análise, além de unidade de centro de pesquisa em Uberlândia, a empresa também está presente em Rio Verde, Lucas do Rio Verde e Porto Nacional (TO), além de possuir uma unidade de beneficiamento de sementes em Matão (Syngenta Brasil, s.d.).¹¹³

¹¹³ Mais recentemente, passei a estudar a difusão do agronegócio globalizado na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Em parceria com o geógrafo Felipe Rodrigues Leitão, publiquei um artigo que mostra, de forma muito elucidativa, incluindo a questão da metodologia empregada, vários aspectos do consumo produtivo do agronegócio na cidade de Fortaleza, que entendo como centro de gestão do agronegócio de todo o estado do Ceará (Elias; Leitão, 2023).

Considerações finais

Após décadas de privilégios oferecidos aos segmentos do agronegócio no Brasil, temos como resultados: o agravamento da concentração fundiária; a expulsão e a expropriação de vários povos originários, com a eliminação de muitos saberes e fazeres historicamente construídos; e a expansão de monoculturas, com a consequente devastação ambiental e diminuição da biodiversidade, gerando um avassalador processo de erosão genética.

De outro lado, temos a fragmentação do território e a difusão de especializações territoriais produtivas, acompanhadas pelo avanço da urbanização corporativa e pela reorganização urbano-regional. Formam-se, assim, regiões produtivas compostas por campo e cidades altamente funcionais ao agronegócio, revelando o uso corporativo do território e rompendo completamente com os esquemas clássicos da hierarquia urbana válidos até os anos de 1980.

É válido lembrar que territorialização das corporações do agronegócio no espaço agrário e a monopolização desse espaço por essas corporações não ocorrem sobre o nada, mas sobre formação socioespacial repleta de vida e de história. Esses processos se impõem através de inúmeros conflitos por terra e por seus bens naturais (água, minérios, biodiversidade), envolvendo grilagens, expropriações, expulsões e assassinatos, de modo a perpetuar o traço estrutural da violência e dos conflitos no campo, que seguem presentes até os dias atuais.

A difusão do agronegócio em escala nacional conserva e, em muitos casos, intensifica alguns traços históricos da sociedade brasileira, como as estruturas de poder baseadas no patrimonialismo, com o crescente entrelaçamento entre as esferas pública e privada. Compreendo, inclusive, o agronegócio como uma evidência importante da inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho no atual período histórico.

Por tudo isso, o tecido social no país se encontra profundamente esgarçado: a exclusão de milhões de brasileiros e a manutenção da cultura do privilégio moldam, cada vez mais, as relações sociais, inibindo a construção de uma sociedade de direitos. Isso se expressa em experiências cotidianas, como tensão social, violência e banalização da vida humana.

Considerando esse panorama, não me parece exagero afirmar que o agronegócio tem representado um verdadeiro desastre para o Brasil, um entrave para a construção de um projeto de nação e um obstáculo à reconstrução e à transformação do país rumo ao amadurecimento da democracia.

Às portas de completar um quarto do século XXI, o Brasil vive graves pressões e ameaças à democracia. Precisamos pensar os caminhos possíveis para enfrentar a catástrofe que a economia, a política, a sociedade e os territórios do agronegócio vêm promovendo no país. É urgente a desconstrução dos muitos mitos criados sobre o agronegócio, visto que estes funcionam como nós estruturais da sociedade brasileira e permitem o uso corporativo do território livremente pelos agentes hegemônicos do agronegócio, que se apropriam dos bens naturais de toda a população. Assim, o que se propaga como “moderno” se fundamenta inteiramente em velhas e novas formas de espoliação e apropriação da natureza.

Considerando as escalas de ação, os aspectos políticos e o alcance espacial das práticas dos agentes hegemônicos do agronegócio no Brasil, afirmo que é necessário desatar o nó da terra; o nó do pacto político do agronegócio; o nó da simbiose entre o Estado e os agentes do agronegócio; o nó da psicosfera do agronegócio; o nó do desmonte, da desconstrução de políticas públicas voltadas à agricultura familiar; o nó da corrupção normativa; o nó da financeirização da agricultura; o nó do alimento como mercadoria; o nó da concentração econômica, com a formação de corporações agroindustriais alimentares e de supermercados; o nó da monocultura e da pecuária intensiva e; naturalmente, o nó da urbanização corporativa fragmentada

e da produção de regiões produtivas e cidades do agronegócio, cada vez mais segregadas e desiguais.

Acredito nas resistências dos homens simples do Brasil profundo e na fortaleza dos movimentos sociais para a construção de novas solidariedades orgânicas em contraposição à das corporações. Dessa forma, a agenda de reconstrução do país precisa considerar que as saídas estão nas resistências, na atuação junto aos movimentos sociais, na formação de uma frente popular, na reforma agrária popular, na construção de uma sociedade de direitos e não de privilégios como a que vivemos, como já nos alertava Milton Santos, ainda na década de 1980, em seu livro *O espaço do cidadão*.

Por isso, no Brasil, país de tantas contradições e desigualdades, não temos só fome de comida, mas fome de mudanças. Termino, agora mais do que nunca, com muitas saudades do futuro, um futuro sem alimentos com veneno, sem comida sintética, sem concentração de riquezas, sem latifúndio, sem desigualdades socioespaciais, sem retrocessos políticos, sem uso corporativo do território e sem fome, com muito alimento de verdade, produzido pela agroecologia, na mesa de todos os brasileiros e brasileiras, com justiça social, ambiental e climática, além de igualdade de gênero e de raça.

A força para seguir em frente surge ao admitirmos que isso é possível. Devemos sempre ter em mente as ideias de quem muito nos ensinou, como Milton Santos, com quem aprendi que só a leitura analítica do mundo nos permitirá criar a consciência do presente para, assim, construir um outro futuro. Entendo que sua obra constitui um dos caminhos para a construção desse outro futuro, de uma outra globalização.

Compreendo também que as regiões produtivas e as cidades do agronegócio compõem as formas-conteúdo mais acabadas da difusão do agronegócio globalizado, evidenciando muito claramente modos de inserção subordinados do Brasil na divisão internacional do trabalho, na economia e consumo globalizados. Dessa forma, uma melhor compreensão dessas cidades e regiões produtivas nos auxiliarão no entendimento de algumas

das novas faces da dependência que se processam no Brasil na fase atual do capitalismo e que, mescladas às formas antigas, vêm promovendo um caldo de violências e desigualdades socio-espaciais em todo o país.

Bibliografia

ABRAS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS. **Ranking Abras/ SuperHiper é lançado em evento virtual que reuniu 2 mil pessoas.** 5 jun. 2020.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS (Brasil). POF 2017-2018: proporção de domicílios com segurança alimentar fica abaixo do resultado de 2004. **Agência IBGE Notícias**, 17 set. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28896-pof-2017-2018-proporcao-de-domicilios-com-seguranca-alimentar-fica-abaixo-do-resultado-de-2004>. Acesso em: 2 abr. 2021.

AGRÍCOLA FAMOSA. **Agrícola Famosa**. [s.d.a]. Disponível em: <https://agricolafamosa.com.br/agricola-famosa/>. Acesso em: 28.abr. 2025.

AGRÍCOLA FAMOSA. **Produtos**. [s.d.b]. Disponível em: <https://agricolafamosa.com.br/produtos/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

AGRÍCOLA FAMOSA. Vídeo. **Facebook**, 18 fev. 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=469810970840070&rdc=1&rdr#>. Acesso em: 9 mar. 2025.

AGRISHOW. **Agrishow supera expectativa de negócios e alcança 2,7 bilhões**. [s. d.]. Disponível em: <https://www.agrishow.com.br/pt/imprensa/releases-feira/agrishow-supera-expectativa-de-negocios-e-alcanca-2,7-bilhoes1.html>. Acesso em: 9 jun. 2022.

AGROSABER. **No meio ambiente, a burocracia também devasta**. 26 mai. 2020. Disponível em: <https://agrosaber.com.br/no-meio-ambiente-a-burocracia-tambem-devasta/>. Acesso em: 9 mai. 2025.

ALBANO, Gleydson Pinheiro. **Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu (RN)**. 2005. 220 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

AMAGGI. **Home**. [s.d]. Disponível em: <https://www.amaggi.com.br/>. Acesso em: 12 mai. 2025.

ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. **A terra e o homem no Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

ANDRIOLI, Antônio Inácio; FUCHS, Richard (org.). **Transgênicos: as sementes do mal. A silenciosa contaminação de solos e alimentos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos avançados**, v. 11, p. 7-36, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000100002>

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva. In: CASTRO, Iná Elias; MIRANDA, Mariana;

EGLÉR, Cláudio (org.). **Redescobrimdo o Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; FAPERJ, 1999. p. 73-92.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. A questão regional e a questão nordestina. In: TAVARES, Maria Conceição (org.). **Celso Furtado e o Brasil**. SP: P. Abramo, 2000.

ARROYO, Priscilla. Multinacionais são financiadoras ocultas da Frente Parlamentar da Agropecuária. **De olho nos ruralistas**. 21 maio 2019. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/05/21/multinacionais-sao-financiadoras-ocultas-da-frente-parlamentar-da-agropecuaria/>. Acesso em: 7 mar. 2025.

BASSI, Bruno Stankevicius. Nova Frente Parlamentar da Agropecuária reúne 257 deputados e senadores; com 25, PSL de Bolsonaro só fica atrás de PP e PSD. **De olho nos ruralistas**. 22 mar. 2019. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/03/22/nova-frente-parlamentar-da-agropecuaria-reune-257-deputados-e-senadores-com-25-psl-de-bolsonaro-so-fica-atras-de-pp-e-psd/>. Acesso em: 2 maio 2025.

BATAIER, Carolina. Justiça condena acusado de participar do assassinato de Zé Maria do Tomé, no Ceará. **Brasil de Fato**, 9 out. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/10/09/justica-condena-acusado-de-participar-do-assassinato-de-ze-maria-do-tome-no-ceara/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BELIK, Walter. **Muito além da porteira: mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil**. Campinas: Unicamp Instituto de Economia, 2001. (Coleção Teses).

BERNARDINO, Marconi. Agrícola Famosa compra El Abuelo e cresce no mercado europeu. **Economic News Brasil**, 22 nov. 2024. Disponível em: <https://economicnewsbrasil.com.br/2024/11/22/agricola-famosa-compra-el-abuelo-e-cresce-no-mercado-europeu/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BETIM, Felipe. O que significou o AI-5 para o Brasil, segundo o historiador Carlos Fico. **El País Brasil**, 26 nov. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/26/politica/1574785901_729738.html. Acesso em: 11 fev. 2025.

BEZERRA, Juscelino. **O mercado de trabalho agrícola formal nas áreas de difusão do agronegócio no Nordeste do Brasil**. 2008. 221p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

BEZERRA, Juscelino E.; ELIAS, Denise. Difusão do trabalho agrícola formal no Brasil e sua dinâmica multiescalar. **Investigaciones Geográficas**, n. 76, p. 104-117, 2011. DOI: <https://doi.org/10.14350/rig.29878>

BOECHAT, Cássio Arruda. Os Fiagros, o capital fictício e a financeirização recente do agronegócio brasileiro. **Revista Nera** (UNESP), v. 27, p. 1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v27i2.10025>

BOMBARDI, Larissa Miles. **Agrotóxicos e colonialismo químico**. 1. ed. Editora Elefante, 2023. 108p.

BRASIL. **Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963.** Dispõe sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4214.htm. Acesso em: 2 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 2 mai. 2022.

BRASIL. **Lei complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.** Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (Lei Kandir). 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm. Acesso em: 9 mai. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 6.299, de 2002.** Altera os arts. 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2002. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=46249&utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 9 mai. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 149/2003, de 24 de fevereiro de 2003.** Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, tipificando o crime de terrorismo e dá outras providências.. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2003. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao/?idProposicao=104916>. Acesso em: 9 mai. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: uma história brasileira** (org.) Aranha, Adriana Veiga. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira.** 2. ed. 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 13 mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.260/2016, de 16 de março de 2016.** Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2016a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/l13260.htm. Acesso em: 12 mai. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5.065/2016, de 25 de abril de 2016**. Altera o artigo 2º da Lei 13.260/2016, dando nova redação ao seu caput e ao seu § 1º, inciso V, acrescentando os incisos VI, VII e VIII ao seu § 1º, e revogando o seu § 2º. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2016b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2082470>. Acesso em: 9 mai. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2.963/2019, de 22 de dezembro de 2019**. Regulamenta o art. 190 da Constituição Federal para dispor sobre a aquisição e o exercício de qualquer modalidade de posse, inclusive o arrendamento, de propriedades rurais por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2268070>. Acesso em: 9 mai. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Medida Provisória nº 886, de 2019**. Altera a Lei nº 13.844, de 18 junho de 2019, a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, para dispor sobre a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019b. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/137363>. Acesso em: 12 mai. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2.633/2020**. Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2020a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2252589&fichaAmigavel=nao>. Acesso em: 9 mai. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 191/2020, de 6 de fevereiro de 2020**. Regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2020b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2236765>. Acesso em: 9 mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.421/2022, de 20 de julho de 2022**. Altera as Leis nºs 492, de 30 de agosto de 1937, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.929, de 22 de agosto de 1994, 10.925, de 23 de julho de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e 13.986, de 7 de abril de 2020, e os Decretos-Lei nºs 3.365, de 21 de junho de 1941, e

167, de 14 de fevereiro de 1967. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14421.htm. Acesso em: 12 mai. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 555/2023, de 15 de fevereiro de 2023**. Altera o parágrafo 3º e inclui o parágrafo 4º do artigo 113, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichade-tramitacao?idProposicao=2348891>. Acesso em: 9 mai. 2025.

BRUZA, R. Aliados de Bolsonaro promovem 20 projetos autoritários no Congresso alegando combater o ‘terrorismo’. **Independente – Jornalismo Alternativo**. 20 dez. 2019. Disponível em: <http://www.independente.jor.br/aliados-de-bolsonaro-promovem-20-projetos-autoritarios-no-congresso-alegando-combater-o-terrorismo/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**. Petrópolis: Vozes, 1984.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; BERNARDELLI, Mara Lucia Falconi da Hora. Dourados/MS: uma cidade média entre os papéis regionais e a dinâmica globalizada. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; MAIA, Doralice Sátyro (org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional Dourados e Chapecó**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

CAMARGOS, Daniel. ‘Musa do veneno’, deputada Tereza Cristina recebe doações de empresários ligados a agrotóxicos. **Repórter Brasil**, 26 set. 2018. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2018/09/musa-do-veneno-deputada-tereza-cristina-recebe-doacoes-de-empresarios-ligados-a-agrotoxicos/>. Acesso em: 9 mai. 2025.

CANAL RURAL. Holding controladora do Grupo JBS anuncia compra do Canal Rural, **Rural Notícias**, 10 out. 2018. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/rural-noticias/holding-controladora-grupo-jbs-anuncia-compra-canal-rural-24895/>. Acesso em: 02 mai. 2022.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 21, p.831-851, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400006>

CARLOS, Ana Fani; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. (org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015. 272p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**. Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Editora Contexto, 2004. 154p.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; RIGOTTO, Raquel Maria; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; FRIEDRICH, Karen; BÚRIGO, André Campos (org.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. 624p.

CARTA CAPITAL. **Quem é Tereza Cristina, ‘musa do veneno’ confirmada na Agricultura**. 8 nov. 2018a. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-e-tereza-cristina-muda-do-veneno-confirmada-na-agricultura/>. Acesso em: 9 mai. 2025.

CARTA CAPITAL. **Veja o mapa da votação por município**. 8 out. 2018b. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/veja-o-mapa-da-votacao-por-municipio/>. Acesso em: 9 mai. 2025.

CASTILHO, Alceu Luís. Financiadores da bancada ruralista publicam anúncio em “total apoio” a Ricardo Salles. **De olho nos ruralistas**, 26 maio 2020. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/05/26/financiadores-da-bancada-ruralista-publicam-anuncio-em-total-apoio-a-ricardo-salles/>. Acesso em: 9 mai. 2025.

CASTILLO, Ricardo; ELIAS, Denise; PEIXINHO, Dimas; BUHLER, Eve Anne; PEQUENO, Renato. Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. **Revista da ANPEGE**, v. 12, n. 18, p. 265-288, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5418/RA2016.1218.0014>

CASTRO, Iná Elias de. Seca versus seca: novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Brasil: questões atuais de reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 283-324.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

CEARÁ. **Lei nº 16.820, de 8 de janeiro de 2019**. Inclui dispositivo na Lei Estadual nº 12.228, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre o uso, a produção, o consumo, o comércio e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como sobre a fiscalização do uso, do consumo, do comércio, do armazenamento e do transporte interno desses produtos. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, CE, 8 jan. 2019.

CHÃ, Ana M. **Agronegócio e indústria cultural**: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHAVES, Maria Lucenir. **Agronegócio e urbanização**: a rede urbana funcional ao agronegócio da fruticultura (RN/CE). 2016. 247f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

COELHO, Luisa; PERES, João. Como a Nestlé se apropriou das receitas brasileiras (ou de como viramos o país do leite condensado). **O joio e o trigo**, 8 abr. 2021. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2021/04/como-a-nestle-se-apropriou-das-receitas-brasileiras-ou-de-como-viramos-o-pais-do-leite-condensado/>. Acesso em: 18 abr. 2021.

COMPRE RURAL - Portal de Conteúdo Rural. **Agrishow 2022 bate recordes em negócios e visitantes**. 29 abr. 2022. Disponível em: <https://www.comprerural.com/agrishow-2022-bate-recordes-em-negocios-e-visitantes/>. Acesso em: 9 jun. 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. Metrôpoles, corporações e espaço. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002. p. 67-114.

- CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995. 240p.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Inovações espaciais urbanas – algumas reflexões. **Cidades**, n. 11, v. 7, p. 1-11, 2010. DOI: <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2010v7n11.12228>
- CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; PINTAUDI, Silvana Maria; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **A cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2013.
- CRAIDE, Sabrina. Ministro da Agricultura, Maggi é um dos maiores produtores de soja do país. **Agência Brasil**, 12 maio 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/ministro-da-agricultura-maggi-e-um-dos-maiores-produtores-de-soja-do-pais>. Acesso em: 9 maio 2025.
- DAVIS, William. **Barriga de trigo**: livre-se do trigo, livre-se dos quilos a mais e descubra seu caminho de volta para a saúde. São Paulo: Martins Fontes, 2017. 352 p.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Projeto Periferia, 2003. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- DEL MONTE FRESH PRODUCE BRASIL LTDA. **Quem somos**. [s.d]. Disponível em: <https://delmontebrasil.com.br/>. Acesso em: 9 mar. 2025.
- DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1985.
- DELGADO, Guilherme da Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS, 2012. 142p.
- DINIZ, Aldiva Sales. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado (org.). **Modernização excludente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. p. 37-60.
- DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- ELIAS, Denise. Modernização conservadora da agropecuária no Baixo Jaguaribe (CE). **Propostas Alternativas** n. 7, Vale do Jaguaribe: natureza e diversidade cultural II. Fortaleza: Imopec (Instituto da Memória do Povo Cearense), 2000, p. 18-21.
- ELIAS, Denise. Globalização, fragmentação e reorganização do espaço agrário cearense. **Geonordeste**, ano XI, n. 2, p.79-99, 2001.
- ELIAS, Denise. Integração competitiva do semiárido cearense. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado (org.). **Modernização excludente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002a. p.15-43.
- ELIAS, Denise. (org.). **O novo espaço da produção globalizada: o Baixo Jaguaribe (CE)**. Fortaleza: Funece, 2002b. 365p.

- ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003a. 400p.
- ELIAS, Denise. Agricultura científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). **Território Brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Ed. Territorial, 2003b. 610p.
- ELIAS, Denise. Territorialização do capital no espaço agrário cearense. **Geografia**, v.30, n.2, p. 223-239, 2005. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/658>. Acesso em: 10 mai. 2025.
- ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB/Etene, 2006a. 484p.
- ELIAS, Denise. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta Nova**, v. 10, p. 59-81, 2006b. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/1211>. Acesso em: 10 mai. 2025.
- ELIAS, Denise. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista NERA (UNESP)**, v. 1, n.8, p. 29-51, 2006c. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i8.1442>
- ELIAS, Denise. Semiárido: rumo a desintegração competitiva. In: SOUZA FILHA, Francisco de Assis; MOURA, Antonio Divino (org.). **Natureza e sociedade nos Semiáridos**. 1. ed. Fortaleza: BNB; FUNCEME, 2006d. p. 275-285.
- ELIAS, Denise. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular (Coleção Geografia em Movimento), 2007a. p.113-138.
- ELIAS, Denise. Fronteiras em mutação no Brasil agrícola. In: FELDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana (org.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios**. Salvador: EDUFBA, 2007b. p. 135-151.
- ELIAS, Denise. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, Glaucio; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo (org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007c. p. 49-66.
- ELIAS, Denise. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. **Scripta Nova**, v. XII, p. 74-96, 2008. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/ScriptaNova/article/view/115472>. Acesso em: 10 mai. 2025.
- ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agropecuária e urbanização dispersa no Brasil. In: SANFELIU, Carmen Bellet; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Las ciudades medias o intermedias em um mundo globalizado**. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2009. p. 87-105.
- ELIAS, Denise. O Brasil agrícola com áreas urbanas: a Cidade do Agronegócio. In: OLIVEIRA, José Aldemir de (org.). **Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. V. II. Manaus: Editora da UFAM, 2010. p.147-164.

- ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 13, p. 153-170, 2011. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p153>
- ELIAS, Denise. Les territoires de l'agrobusiness au Brésil. **Confins**, v. 15, p. 1-20, 2012. DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.7569>
- ELIAS, Denise. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **Acta Geográfica**, v. 1, p. 13-32, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5654/actageo2013.0003.0001>
- ELIAS, Denise. Consumo produtivo em regiões do agronegócio. In: BELLET, Carmem; MELAZZO, Everaldo; SPOSITO, Maria Encarnação; LLOP, Josep Maria (org.). **Urbanización, producción y consumo en ciudades medias / intermedias**. PP: UNESP; Lleida: Edicions de la Universitat, 2015a. p. 35-56.
- ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas regionalizações no Brasil. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (Org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do centro-norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015b.
- ELIAS, Denise. Agronegócio e reestruturação urbana e regional no Brasil. In: BUHLER, Eve Anne, GUIBERT, Martine; OLIVEIRA, Valter Lúcio (org.). **Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 63-82. DOI: <https://doi.org/10.7476/9786557250044.0004>
- ELIAS, Denise. Construindo a noção de Região produtiva do agronegócio. In: OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de; CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; SOARES, Murilo César (org.). **Cidades médias e região**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017a. p. 19-56.
- ELIAS, Denise. Agronegócio globalizado: do campo a metrópole. In: FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia (org.). **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017b. p. 587-509.
- ELIAS, Denise. Interações entre o rural e o urbano a partir do agronegócio globalizado e desenvolvimento regional. In: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan (org.). **Territórios, redes e desenvolvimento regional: perspectivas e desafios**. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2018. p. 117-134.
- ELIAS, Denise. A Região Metropolitana como recorte espacial para estudos sobre o agronegócio: questões de método e metodologia. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 01, n. 40, p. 1-28, 2020a. DOI: <https://doi.org/10.5216/bgg.v40i01.63448>
- ELIAS, Denise. Agroindústria alimentar: epicentro do agronegócio no Estado do Ceará (Brasil). **Confins**, v. 1, p. 1-24, 2020b. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.27877>
- ELIAS, Denise. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. **GeoUSP Espaço e Tempo**, v. 25, n. 2, p. e-182640, 2021a. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2021.182640>

ELIAS, Denise. O alimento-mercadoria e a fome no Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**, v.41, p. 1-35, 2021b. DOI: <https://doi.org/10.5216/bgg.v41.69103>

ELIAS, Denise. Agronegócio globalizado e (re)estruturação urbano-regional no Brasil. **Revista de Geografia**, v. 39, p. 290-305, 2022a. DOI: <https://doi.org/10.51359/2238-6211.2022.254811>

ELIAS, Denise. Agronegócio globalizado, uso corporativo do território, pobreza e desigualdades socioespaciais no Brasil. In: ARROYO, Mônica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). **Instabilidade dos territórios**: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos. São Paulo: FFLCH/USP, 2022b. p. 113-135. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/997>.

ELIAS, Denise. Pensando a operacionalização de estudos sobre Cidades do Agronegócio. **Tamoios**, v. 18, n. 1, p. 144-164, 2022c. DOI: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.63811>

ELIAS, Denise. Consumo produtivo e urbanização no Brasil: as cidades do agronegócio. **Ciência Geográfica**, v. XXVI, p. 1003-1019, 2022d. Disponível em: <https://www.ppg.revistas.uema.br/index.php/cienciageografica/article/view/2929>. Acesso em: 10 mai. 2025.

ELIAS, Denise. Formas-conteúdo e nós do agronegócio no Brasil: reflexões para debate. **GeoUERJ**, v. 1, p. 2-19, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/79073>.

ELIAS, Denise. Psicosfera e mitos do agronegócio no Brasil. In: PEREIRA JÚNIOR, Edilson; CASTILHO, Denis; BUFFALO, Luciana; ZANOTELLI, Cláudio; FRATINI, Noemi. **Geografias da Economia Política na América Latina**. Rio de Janeiro: Consequência, 2024a. p. 463-479.

ELIAS, Denise. Agronegócio e seletividade espacial: uma região produtiva do agronegócio de frutas no Semiárido. **Espaço Aberto**, v. 14, p. 57-76, 2024b. DOI: <https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2024.61232>

ELIAS, Denise. Agronegócio e especialização territorial produtiva nos Cerrados do Nordeste do Brasil. In: Marques, M.; ALVES, V. (org.) **A fronteira do Matopiba**: as novas faces da expansão do capital e seus conflitos. São Paulo: FFLH, 2024c. p. 455-470. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1557>.

ELIAS, Denise. Agronegócio e urbanização dependente no Brasil. In: RIBEIRO, Luíz César Queiroz; DINIZ, Nelson (org.). **A nova urbanização dependente no capitalismo rentista-neoextrativista**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2025. p. 357-384.

ELIAS, Denise; LEITÃO, Felipe Rodrigues. Agronegócio e economia urbana na Região Metropolitana de Fortaleza (CE). **Revista GeoUECE**, v. 12, n. 23, 2023. DOI: <https://doi.org/10.59040/GEOUECE.2317-028X.v12.n23.e2023001>

ELIAS, Denise; MUNIZ, Alexsandra; BEZERRA, Juscelino. Agronegócio e reorganização das relações de trabalho agrícola no Baixo Jaguaribe (CE). **Revista**

Econômica do Nordeste. Fortaleza: v. 38, n. 1, p.32-47, 2007. DOI: <https://doi.org/10.61673/ren.2007.516>

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais.** Fortaleza: BNB/Etene, 2006. 483 p. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2020/07/EBOOK-DIFUSA%CC%83O-AGRO-NE.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n.1, p. 25-39, 2007. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2007v9n1p25>

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamentos das desigualdades socioespaciais. In: SPOSITO, Maria Encarnação; ELIAS, Denise; SOARES, B. R. (org.). **Agentes econômicos, reestruturação urbana e regional:** Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.101-283.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Reestruturação econômica e urbana em uma cidade média do Semiárido brasileiro. **Revista da Anpege**, v. 8, p. 15-27, 2012. DOI: <https://doi.org/10.5418/RA2012.0809.0002>

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Re)estruturação urbana e desigualdades socioespaciais em região e cidade do agronegócio. **GEOgraphia (UFF)**, v. 17 n. 35, p. 10-39, 2016. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2015.1735.a13727>

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Reestruturação produtiva e do território de Mossoró (RN). In: ELIAS, Denise.; PEQUENO, Renato (org.). **Tendências da urbanização brasileira:** novas dinâmicas de estruturação urbano-regional. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018. p. 59-100.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (org.). **Tendências da urbanização brasileira:** novas dinâmicas de estruturação urbano-regional. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018. 303p. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2020/07/SE-book_TENDE%CC%82NCIAS-URBANIZAC%CC%A7A%CC%83O.pdf

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Faces contemporâneas da urbanização e do urbano no Brasil: um caso do Semiárido. **Revista Cidades**, Brasil, v. 15, n. 24, p. 86–111, 2023. DOI: <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2023v15n24.13642>

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato; LEITÃO, Felipe Rodrigues. **Estudos sobre agronegócio e urbanização:** a Região Metropolitana de Fortaleza (CE). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024. 243p. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2024/08/EBOOK-AGRO-RMF-DELIAS-ISBN-CORRETO.pdf>

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato; ROMCY, Priscila de Oliveria. Rupturas na rede urbana e faces do mercado de trabalho. **Geotextos (Online)**, v. 8, p. 2012-145, 2012. DOI: <https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v8i1.6221>

EMBRAPA. **Unidades - Embrapa Brasil.** [s.d.]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/embrapa-no-brasil>. Acesso em: 15 jun. 2022.

EXAME. **Melhores e maiores**. São Paulo, jul. 2016, 2016.

EXPOFRUIT. **A MAISA de hoje**. [s.d]. Disponível em: <https://www.expofruit.com.br/noticia.php?id=74>. Acesso em: 9 mai. 2025.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. *Agrária*, n. 1, p. 16-36, 2004. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i1p16-36>

FORBES. 15 agro bilionários do Brasil entram no ranking global da Forbes 2023. *Forbes Brasil*, 5 abr. 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-agro/2023/04/15-agro-bilionarios-do-brasil-entram-no-ranking-global-da-forbes-2023/>. Acesso em: 9 mai. 2025.

FRAGA, Alana. Campeã das campeãs: Agrícola Famosa. *Globo Rural*, 30 nov. 2022. Disponível em: <https://globorural.globo.com/especiais/melhores-do-agronegocio/noticia/2022/11/campea-das-campeas-agricola-famosa.ghml>. Acesso em: 30 mar. 2025.

FREDERICO, Samuel; DE ALMEIDA, Marina Castro. Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA. *Revista Nera* (UNESP), v. 22, p. 123-147, 2019. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i47.6268>

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL. **Atlas dos agrotóxicos: fatos e dados do uso dessas substâncias na agricultura**. Organização da edição brasileira: Marcelo Montenegro e Julia Dolce. Tradução: Paterson Franco Costa. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2023. 68 p. ISBN 978-65-87665-17-7. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/wp-content/uploads/2023/12/atlas-do-agrotoxico-2023.pdf>. Acesso em: 9 mai. 2025.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 18 ed. São Paulo: Nacional, 1982.

GIOIA, Antonio; ONDEI, Vera. Veja a lista das 100 maiores empresas do agro-negócio do Brasil. *Forbes*, 17 jan. 2022. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2022/01/veja-a-lista-forbes-as-100-maiores-empresas-do-agro/>. Acesso em: 10 mai. 2025.

GIOVANAZ, Daniel. Raio X: onde estão os 3,9 milhões de hectares sob controle estrangeiro no Brasil. *Brasil de Fato*, 18 de janeiro de 2021a. Disponível em: <https://www.brasiledefato.com.br/2021/01/18/raio-x-onde-estao-os-3-9-milhoes-de-hectares-sob-controle-estrangeiro-no-brasil>. Acesso em: 8 set. 2022.

GIOVANAZ, Daniel. Quase 4 milhões de hectares de terras agriculturáveis estão nas mãos de estrangeiros. *Diário do Centro do Mundo*, 18 jan. 2021b. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/quase-4-milhoes-de-hectares-de-terras-agriculturaveis-estao-nas-maos-de-estrangeiros/>. Acesso em: 9 mai. 2025.

GOMES, Iara Rafaela. **Agricultura e urbanização no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Edições UFC, 2019. 208p.

GONZALES, Jenny. Críticos afirmam: Blairo Maggi, o rei da soja, reina absoluto sobre o destino da Amazônia. **Mongabay**, 9 jul. 2018. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2018/07/criticos-afirmam-blairo-maggi-rei-da-soja-reina-absoluto-destino-da-amazonia/>. Acesso em: 9 mai. 2025.

GRADILONE, Cláudio; BERNARDO, José Vicente; ONDEI, Vera. Forbes Agro100 2022: as maiores empresas do agronegócio brasileiro. **Forbes Brasil**, 9 jan. 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2023/01/lista-forbes-agro100-2022-as-maiores-empresas-do-agronegocio-brasileiro/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

GREENPEACE BRASIL. Arthur Lira ganha a Motosserra de Ouro 2021. 17 ago. **Greenpeace**, 2021. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/arthur-lira-ganha-a-motosserra-de-ouro-2021/>. Acesso em: 13 mai. 2025

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997. 293p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HOWES, Guilherme. Corrupção normativa: uma visão jurídico-antropológica. **Jornal GGN**, 17 jun. 2021. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/artigos/corruptao-normativa-uma-visao-juridico-antropologica-por-guilherme-howes/>. Acesso em: 10 mai. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Introdução à Classificação Nacional de Atividades Econômicas: CNAE versão 2.0**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: https://concla.ibge.gov.br/images/concla/documentacao/CNAE20_Introducao.pdf. Acesso em: 10 mai. 2025.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Regiões de influências das cidades 2007 (Regic)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008, 2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agrícola municipal: culturas temporárias e permanentes**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

KATO, Karina Yoshie Martins; LEITE, Sergio Pereira. Land grabbing, financeirização da agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil. **Revista da ANPEGE**, v.16, n.29, p.452-483, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2020.v16i29.12506>

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LAMOSO, Lisandra Pereira. Reprimarização no território brasileiro. Espaço e Economia. **Revista brasileira de geografia econômica**, n. 19, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.15957>

LEÃO, M. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: Abrandh, 2013. 263p. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf. Acesso em: 10 mai. 2025.

LIMA, Gervásio. Intoxicação aguda por agrotóxicos atinge 30% dos trabalhadores rurais de Limoeiro do Norte e Quixeré. Blog do Sigi Vilares, 19 out. 2017. Disponível em: <https://www.sigivilares.com.br/index.php?pag=noticia&id=53418>. Acesso em: 10 out. 2024.

LOPES, F. Agrícola Famosa é campeã do 'Prêmio Melhores do Agronegócio', da Globo Rural. **Valor**, 1 dez 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2022/12/01/agricola-famosa-e-campea-do-premio-melhores-do-agronegocio-da-globo-rural-sembarreira.ghtml>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MARICATO, Ermínia. O nó da terra. **EcoDebate**. Site de informações, artigos e notícias socioambientais. 14 jul. 2008. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2008/07/14/o-no-da-terra-artigo-de-erminia-maricato/>. Acesso em: 10 mai. 2025.

MARQUES, Marta Inês Medeiros; ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.) **A fronteira do Matopiba**: as novas faces da expansão do capital e seus conflitos. São Paulo: FFLH, 2024. 549p.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo. Hucitec, 1990.

MARX, Karl. Introdução [À Crítica da Economia Política]. In: MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 [1859]. (Coleção Os Pensadores).

MATHIAS, Maíra. No sertão, latifúndio hídrico concentra a pouca água que existe. **O joio e o trigo**, 25 abr. 2023. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2023/04/no-sertao-latifundio-hidrico-concentra-a-pouca-agua-que-existe/#:~:text=Latif%C3%BAndio%20h%C3%ADdrico%20%C3%A9%20um%20conceito,s%C3%B3%20pelo%20cercamento%20das%20terras>. Acesso em: 9 mar. 2025.

MATIELLO, Alexandre M.; VILLELA, Ana Laura Vianna; FUJITA, Camila; OTSUSCHI, Cristina; ALBA, Rosa Salete. Chapecó/SC: o agronegócio, o setor terciário em expansão e a crescente desigualdade socioespacial. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; MAIA, Doralice Sátyro (org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Dourados e Chapecó. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

MELO, Mário Lacerda de. **Regionalização agrária do Nordeste**. Recife: Sudene, 1978.

MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste**: ensaio sobre a evolução social e política do nordeste da 'civilização do couro' e suas implicações históricas nos problemas gerais. 3. ed. Fortaleza: UFC, Casa José de Alencar, 1995.

MÍDIA NEWS. Família Maggi tem 4 entre os 15 bilionários do agro no Brasil. 5 abr. 2023. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/politica/fami->

[lia-maggi-tem-4-entre-os-15-bilionarios-do-agro-no-brasil/442437](#). Acesso em: 9 mai. 2025.

MOONEY, Pat Roy. **O escândalo das sementes**: o domínio na produção de alimentos. São Paulo: Nobel, 1987.

MUNIZ, Alexsandra. Reestruturação produtiva e trabalho agrícola no Baixo Jaguaribe. 2004. 329 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti; FREDERICO, Samuel. Imobiliárias agrícolas financeirizadas e land grabbing: a atuação das empresas agrícolas controladas pelo capital financeiro no mercado fundiário brasileiro. **GeoUSP: Espaço e Tempo**, v. 26, p. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2022.188587>

NOBREGA, Camila; BANDEIRA, Olívia. Proprietários da mídia no Brasil. Agronegócio e mídia brasileira: onde duas monoculturas se conectam. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 21 jan. 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/agronegocio-e-midia-brasileira-onde-duas-monoculturas-se-conectam/>. Acesso em: 10 mai. 2025.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil**. SP: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (org.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção social. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001454751>. Acesso em: 10 mai. 2025.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-Território**, v. 5, n. 10, p. 5-64, 2010. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT51012048>

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2025.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; FARIA, Camila; FELICIANO, Carlos; PIETRO, Gustavo; SOUZA SOBRINHO, José; TORRES, Maurício; COSTA, Sandra; SCHWADE, Tiago. **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. São Paulo: FFLCH, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/9786587621326>

OLIVEIRA, Cida de. Bolsonaro liberou 1.629 agrotóxicos em 1.158 dias de governo. **Brasil de Fato**, 10 mar. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/10/bolsonaro-liberou-1-629-agrotoxicos-em-1-158-dias-de-governo>. Acesso em: 10 mai. 2025.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2013. 152p.

OLIVEIRA, Thaísa; GABRIEL, João. Projeto que amplia crime de terrorismo avança no Congresso sob alerta de PF e MST. **Folha de São Paulo**, 10 mai. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/05/proje>

[to-que-amplia-crime-de-terrorismo-avanca-no-congresso-sob-alerta-de-p-f-e-mst.shtml](#). Acesso em: 28 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). **Página inicial**. [s.d]. Disponível em: <http://www.fao.org/home/en/>. Acesso em: 9 mai. 2025.

PEDROZO, José Zeferino. Tereza Cristina! **Página Rural**, 22 abr. 2020. Disponível em: <https://www.paginarural.com.br/artigo/3022/tereza-cristina>. Acesso em: 9 mai. 2025.

PEQUENO, Renato. Condição de moradia: retrato das desigualdades socioespaciais. In: Oliveira, José Ademir (org.). **Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus: Editora da UFAM, 2010. p. 40-56.

PEQUENO, Renato. Condições de moradia e desigualdades socioespaciais: o caso de Fortaleza. In: PEQUENO, Renato; COSTA, Maria Clélia Lustosa (org.). **Fortaleza: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015. p. 238-282.

PEQUENO, Renato; ELIAS, Denise. Estruturação urbana e questão da moradia nas cidades do agronegócio. **GeoTextos**, vol. 16, n. 1, 2020. p. 109-136. DOI: <https://doi.org/10.9771/geo.v16i1.37591>

PEQUENO, Renato; ELIAS, Denise. Tendências da urbanização brasileira e os espaços urbanos não metropolitanos. **Cadernos Metrôpole** (PUC SP), v. 12 (24), p.441-466, 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5898>. Acesso em: 10 mai. 2025.

PERES, João; ALMEIDA, Carol. O passo a passo da união entre o mercado financeiro e o agronegócio. **O joio e o trigo**, 24 nov. 2021. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2021/11/mercado-financeiro-e-agronegocio/>. Acesso em: 11 fev. 2025.

PETROLI, Viviane. Blairo Maggi integra lista dos bilionários da Forbes com fortuna de US\$ 1,2 bilhão. **Agro Olhar**, 2 mar. 2015. Disponível em: <https://www.agroolhar.com.br/noticias/exibir.asp?id=18499>. Acesso em: 9 mai. 2025.

PETRONE, Pasquale. **A várzea do Açu**. São Paulo: AGB, 1961. 74f. Relatório realizado a partir de pesquisas de campo durante a XV Assembleia Geral da AGB, Mossoró, 1960.

PINHEIRO, Érica Maria Bezerra. **Reestruturação produtiva da agropecuária e sujeição da renda da terra**. 2014. 158f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021. 392p.

POMPEIA, Caio. Uma radiografia do “agrobolsonarismo”. **Outras Palavras**, 24 jan. 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/uma-radiografia-do-agrobolsonarismo/>. Acesso em: 10 mai. 2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MALHEIRO, Bruno.; BARCELOS, Eduardo; MONTENEGRO, Jorge; GÓMEZ, Lina; PÉREZ, Mercedes; CRUZ, Valter (org.) **Dicionário de Ecologia Política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2024. 712p.

PRESSINOTT, Fernanda. Famosa, maior exportadora de frutas do país, cria empresa no Reino Unido. **Valor Econômico**, 4 ago. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2021/08/04/famosa-maior-exportadora-de-frutas-do-pais-cria-empresa-no-reino-unido.ghtml>. Acesso em: 28 abr. 2025.

PRESSINOTT, Fernanda. Agrícola Famosa monta frota de navios para exportar frutas à Europa. **Globo Rural**, 17 nov. 2023. Disponível em: <https://globorural.globo.com/negocios/noticia/2023/11/agricola-famosa-tera-frota-de-navios-para-exportar-frutas-a-europa.ghtml>. Acesso em: 28 abr. 2025.

PRESSINOTT, Fernanda. Maior exportadora de frutas do Brasil compra empresa espanhola El Abuelo. **Globo Rural**, 22 nov. 2024. Disponível em: <https://globorural.globo.com/negocios/noticia/2024/11/maior-exportadora-de-frutas-do-brasil-compra-empresa-espanhola-el-abuelo.ghtml>. Acesso em: 28 abr. 2025.

REDE PENSSAN. **Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2025.

REVISTA FORBES. **Agro 100**. Ano IX, n. 92, dez. 2021.

RIBEIRO JR, José Raimundo Souza; SAMPAIO, Mateus de Almeida; BANDONI, Daniel Henrique; CARLI, Luiza **Atlas das situações alimentares no Brasil: a disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo**. 1. ed. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2021.

RIBEIRO, Juliana. Agrícola Famosa transforma problema em negócio e cria empresa para exportar frutas. **AgFeed**, 28 jan. 2025. Disponível em: <https://agfeed.com.br/negocios/agricola-famosa-transforma-problema-em-negocio-e-cria-empresa-para-exportar-frutas/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Inflexão ultraliberal e a financeirização da ordem urbana brasileira: explorando algumas hipóteses. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **As metrópoles e o capitalismo financeirizado**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2020. p.371-418.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; DINIZ, Nelson (org.). **A nova urbanização dependente no capitalismo rentista-neoextrativista**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2025. 775p.

ROBERTS, Paul. **O fim dos alimentos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ROMCY, Priscila de Oliveira. **O mercado de trabalho na região mossoroense (RN)**. 2011. 149f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

ROSENO, Renato. **Chuva de veneno nunca mais: PSOL protocola ação contra lei dos drones**. Renato Roseno, 13 mar. 2025. Disponível em: <https://www.renatoroseno.com.br/noticias/adi-lei-drones-pulverizacao-aerea-ceara-re-nato-roseno>. Acesso em: 9 mai. 2025.

SADER, Emir (org.). **7 pecados do capital**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SALOMÃO, Raphael. Agrícola Famosa é a Campeã das Campeãs do Melhores do Agronegócio. **Revista Globo Rural**, 30 nov. 2022. Disponível em: <https://globorural.globo.com/especiais/melhores-do-agronegocio/noticia/2022/11/agricola-famosa-e-a-campea-das-campeas-do-melhores-do-agronegocio.ghhtml>. Acesso em: 10 mai. 2025.

SAMPAIO, Cristiane. “Musa do veneno”: saiba quem é a ministra da Agricultura de Bolsonaro. **Brasil de Fato**, 9 nov. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/09/musa-do-veneno-saiba-quem-e-a-ministra-da-agricultura-de-bolsonaro/>. Acesso em: 9 mai. 2025.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Anderson David Gomes dos; SILVA, Danielle Viturino da; MACIEL, Kleciane Nunes. A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, v. 21, n. 1, p. 46-61, 2019.

SANTOS, Alexandre Eduardo. **A municipalização do território no Vale do Araguaia (MT)**. Usos das terras, fragmentação e poder na fronteira. 2023. 239f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Jataí, Jataí, 2023.

SANTOS, Henrique Faria dos. **Especialização regional produtiva e vulnerabilidade territorial no agronegócio globalizado**: implicações locais da expansão e crise do setor sucroenergético no Brasil. 2022. 452f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, SP, AGB, 1977, p. 81- 99.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo, Hucitec, 1979a.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. Os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979b.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, Maria Adélia de; SANTOS, Milton (org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

- SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada**. O caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1994a.
- SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994b.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (org.). **Atlas do agronegócio**: fatos e números sobre corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. 60p.
- SAUER, Sérgio; BORRAS JR, Saturnino. “Land Grabbing” e “Green Grabbing”: uma leitura da “corrida na produção acadêmica” sobre a apropriação global de terras. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 11, n. 23, p. 6-42, 2016. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT112301>
- SCHEDENFFELDT, Bruna; LIMA, Andreza, LEVRERO, Gabriel; PINTO, Murilo; MONTEBELLO, Adriana. Instrumentos privados de financiamento do agronegócio. **Revista de Política Agrícola**, Ano XXX, n. 1, p. 70-84, 2021.
- SENADO NOTÍCIAS. **Projetos em tramitação no Senado ampliam legislação contra o terrorismo**. 14 jan. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/01/14/projetos-em-tramitacao-no-senado-recrudescem-legislacao-contra-o-terrorismo>. Acesso em: 28 abr. 2025.
- SHALDERS, André. Michel Temer preso: conheça detalhes de todas as investigações por corrupção contra o ex-presidente. **BBC News Brasil**, 22 mar. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/03/22/michel-temer-preso-conheca-detalhes-de-todas-as-investigacoes-por-corrupcao-contra-o-ex-pres.htm>. Acesso em: 9 mai. 2025.
- SILVA, Carlos Alberto Franco da. **As redes políticas do Grupo Amaggi**. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2011.
- SILVA, José Graziano. **A modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp/IE, 1996.
- SILVA, Laís Ribeiro; SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de Souza; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. O campo moderno e a estrutura do consumo produtivo em Uberlândia (MG). **VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária – VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária 1º Jornada de Geografia das Águas**, 2013. (ISBN 978-85-237-0718-7).

SOARES, Hidelbrando dos Santos. Agricultura e modernização socioespacial em Limoeiro do Norte. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado (org.). **Modernização excludente**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002. p. 83-108.

SOBARZO, Oscar. Passo Fundo: cidade média com funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio. In: SPOSITO, Maria Encarnação; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro (org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 29-100.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de. Cidades do agronegócio: difusão do consumo produtivo para agricultura moderna no Matopiba. **Revista Pegada**, v. 20, n. 2, 2019, p. 56-87. DOI: <https://doi.org/10.33026/peg.v20i2.6383>

SOUZA, Oswaldo Braga de. Os impactos da gestão ruralista da Funai. **OutrasMídias**, 08 nov. 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/os-impactos-da-gestao-ruralista-da-funai/>. Acesso em: 10 mai. 2025.

SPOSITO, M. E. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Revista de Geografia**, v. 35, p. 51-62, 2010a.

SPOSITO, Maria Encarnação. Formas espaciais e papéis urbanos: as novas qualidades da cidade e do urbano. **Cidades**, v. 7, p. 125-147, 2010b. DOI: <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2010v7n11.12227>

SUDRÉ, Lu. Entenda o que foi o AI-5, ato ditatorial defendido por Eduardo Bolsonaro. **Brasil de Fato**. São Paulo. 31 out. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/31/entenda-o-que-foi-o-ai-5-ato-ditatorial-defendido-por-eduardo-bolsonaro>. Acesso em: 10 mai. 2025.

SVAMPA, Maristela. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

SYNGENTA BRASIL. **Unidades**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.syngenta.com.br/unidades>. Acesso em: 15 jun. 2022.

TECNOSHOW COMIGO. **A feira**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.tecnoshowcomigo.com.br/a-feira>. Acesso em: 10 jun. 2022.

TRAMAS - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde. **Home**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.tramas.ufc.br/>. Acesso em: 12 mai. 2025.

TRIBUNA DO NORTE. Agrícola Famosa compra El Abuelo e expande produção. **Tribuna do Norte**, 5 dez. 2024. Disponível em: <https://tribunadonorte.com.br/economia/agricola-famosa-compra-el-abuelo-e-expande-producao/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO. Intoxicação aguda por agrotóxicos atinge 30% dos trabalhadores rurais de Limoeiro do Norte e Quixeré. **Trabalho Seguro**, 12 jun. 2023. Disponível em: <https://www.trt7.jus>.

br/index.php?option=com_content&view=article&id=5484:intoxicacao-aguda-por-agrotoxicos-atinge-30-dos-trabalhadores-rurais-de-limoeiro-do-norte-e-quixere&catid=327&Itemid=1443. Acesso em: 10 mai. 2025.

UOL ECONOMIA. **Entidades empresariais apoiam ministro e criticam lei ambiental burocrática**. 26 mai. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/26/entidades-desburocratizacao-meio-ambiente.htm>. Acesso em: 9 mai. 2025.

VALENTE, Rubens; HADDAD, Naief; ALMEIDA, Marco Rodrigo; BARROS, Laíssa. O que foi o AI-5? **Folha de São Paulo**, 20 jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/webstories/cultura/2020/07/o-que-foi-o-ai-5/>. Acesso em: 11 fev. 2025.

VALVERDE, Orlando; MESQUITA, Miriam. Geografia agrária do baixo Açú. **Revista Brasileira de Geografia**, ano XXIII, n. 3, p. 3-40, 1961.

VIGISAN. **Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil**. 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 10 mai. 2025.

VILELA, Pedro Rafael. Do agronegócio ao mercado imobiliário: conheça os outros negócios dos donos da mídia. **Brasil de Fato**, 2 fev. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/02/02/do-agronegocio-ao-mercado-imobiliario-conheca-os-outros-negocios-dos-donos-da-midia>. Acesso em: 10 mai. 2025.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WALLACE, R. **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. Tradução de Allan Rodrigo de Campos Silva. São Paulo: Elefante; Igrá Kniga, 2020.

Que as análises e denúncias de livros fundamentais como este de **Denise Elias** sirvam de farol para estudantes, professores, ativistas e políticos, que efetivamente lutam por um país, um continente e um mundo descolonizado de ideias e práticas moldadas pelo padrão extrativista de chãos e mentes que impõe uma visão de mundo capitalista, alienada das condições de vida da grande maioria da população, vista ainda apenas como força de trabalho ou aglomerado de indivíduos consumidores.

Rogério Haesbaert

Professor titular do Programa de Pós-graduação
em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Neste livro, **Denise Elias** nos oferece uma cosmovisão crítica e profundamente engajada sobre o agronegócio globalizado brasileiro e suas múltiplas implicações – econômicas, políticas, sociais, territoriais e ambientais. A influência de Milton Santos, referência incontornável na geografia crítica, é assumidamente central na trajetória intelectual e pessoal de **Denise Elias**. Por isso, este livro é também um convite a mergulhar no universo teórico-conceitual e metodológico de um dos maiores pensadores brasileiros, em diálogo direto com os dilemas do presente.

Hidelbrando dos Santos Soares

Geógrafo, professor e Reitor da Universidade Estadual do Ceará (UECE)

